



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

ARTUR MANUEL MARULO

**TURISMO E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE DO ECOTURISMO E SUA
CONTRIBUIÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL NO DISTRITO DE MATUTUINE: CASO DA
RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO - MOÇAMBIQUE**

Natal
2012

ARTUR MANUEL MARULO

TURISMO E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE DO ECOTURISMO E SUA
CONTRIBUIÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL NO DISTRITO DE MATUTUINE: CASO DA
RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO - MOÇAMBIQUE

Dissertação submetida ao programa de pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pré-requisito para obtenção do Grau de Mestre em Turismo.

Área de concentração: Turismo, Desenvolvimento e Gestão.

Orientador: Sérgio Marque Jr, Dr.

Natal

2012

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Marulo, Artur Manuel.

Turismo e meio ambiente: uma análise do ecoturismo e sua contribuição sócio-ambiental no distrito matutuine: caso da reserva especial de Maputo – Moçambique/ Artur Manuel Marulo. – Natal, RN, 2012.

123. il.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Marques Júnior

Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo

1. Turismo – Meio Ambiente - Dissertação. 2. Ecoturismo – Dissertação. 3. Impactos sócio-ambientais – Turismo – Dissertação. I. Marques Júnior, Sergio. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 379.85:502

ARTUR MANUEL MARULO

TURISMO E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE DO ECOTURISMO E SUA
CONTRIBUIÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL NO DISTRITO DE MATUTUINE: CASO DA
RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO - MOÇAMBIQUE

Dissertação submetida ao programa de pós-graduação em
Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
como pré-requisito para obtenção do Grau de Mestre em
Turismo.

Área de concentração: Turismo, Desenvolvimento e
Gestão.

Aprovada em 14/ 11/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Marques Junior, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientador

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof.Dr (a). Lissa Valeria Ferreira Silva
Examinador Interno

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Prof.Dr (a). Marli de Fatima Ferraz da Silva Tacconi.
Examinador Externo

DEDICATÓRIA

A MINHA QUERIDA MÃE: MARIA MANUELA NOGUEIRA

&

EM MEMÓRIA DO MEU QUERIDO PAI: MANUEL MARULO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a DEUS, por todas as conquistas que me tem proporcionado. Na sua palavra sempre busco inspiração para ultrapassar os obstáculos que surgem pela vida, fonte de conforto para nossas angustias, sempre ensinando lições, mesmo perante as coisas ruins da vida.

Agradeço a FUNDAÇÃO FORD, pela oportunidade concedida, depois de muito esforço e dedicação, eis que chego ao fim da meta que me propus, muito obrigado pela confiança a toda equipa do AAI-Moçambique.

Ao meu amigo e orientador, professor Sergio Marques que com toda dedicação mostrou-me o “norte” em que devia conduzir a pesquisa, pelos seus ensinamentos, seu saber científico e acima de tudo por ter sido esse amigo orientador que tornou as coisas menos complicadas para mim, muito obrigado.

À toda equipe do programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, prezados colegas do mestrado e mestres do PPGTUR, que com suas sugestões, discussões acadêmicas, indicações de fontes de materiais de pesquisa e apoio moral, contribuíram para a realização desta pesquisa. Especial menção a “super” Juliane Medeiros secretária do PPGTUR, Marcelo Milito (Madiba), Marilia Gonsalves, Suenia Galvão, Sylvana Marques, Jeferson, Saulo Gomes, Bernardo Mister, Messaline, Mayara, Ana Carolina, Cristiane e Elisangela. Agradecimento especial as minhas queridas amigas Gilkerly Albuquerque, Maria Conceição, Eloize Costa, Dulce Brígida e Felicidade Chicico

À minha família que com seu apoio incondicional me deu força e inspiração para trilhar esta caminhada em terra estrangeira, Nelio Marulo, Margarida Marulo, Isabel Marulo, Sandra Marulo, Martins Muyene, Kito Muyene.

Aos meus velhos e novos amigos que em todos os momentos estiveram do meu lado, me apoiando com palavra amiga e dando sempre apoio nos momentos difíceis, meu muito obrigado, especial atenção a Neusa Beatriz, Fabiana Cruz, Carol Coelho, Marcelo Milito, Bernardo Mister, Mario, Amindo, Nelson Santana, Nico Lambo, Osvaldo Filipe, Clavio Macuacua, Peres Chabana José Mauro e Jacob. Um obrigado muito especial a minha grande amiga Molly Kelly Schreiner, pelo apoio, pela força, por ter estado ao meu lado em todo processo de seleção e em momentos difíceis da minha vida, a ela vai o meu eterno obrigado.

RESUMO

Moçambique é detentor de um potencial para o desenvolvimento do turismo, principalmente para o turismo de natureza, devido a existência de áreas de conservação por quase todo o País. A Reserva Especial de Maputo (REM) configura-se como uma das mais importantes unidades de conservação e tem recebido investimentos por forma a dinamizar o desenvolvimento do turismo na região. Atualmente assiste-se a um aumento substancial na demanda de visitantes que se deslocam para REM com a intenção de desenvolver uma série de atividades de natureza recreativa relacionados ao ecoturismo. Atualmente o desafio reside na forma de otimização das oportunidades para o desenvolvimento do turismo com vista a atingir um nível de desenvolvimento econômico que conduza à redução da pobreza, sem degradar o meio ambiente. O ecoturismo face às demandas e discussões ambientais vem se assumindo como uma alternativa para o mercado turístico focado em áreas protegidas, pois se acredita que este segmento é capaz de conciliar o desenvolvimento do turismo, simultaneamente contribuir para melhorar a conservação do meio natural e ainda garantir a valorização das comunidades locais, promovendo o seu bem estar. Este estudo se propõe a analisar, a partir da percepção da comunidade local, a contribuição sócio-ambiental do ecoturismo na Reserva Especial de Maputo - Moçambique. A pesquisa buscou averiguar as relações entre desenvolvimento do ecoturismo na região e a geração de benefícios de âmbito sócio-ambiental para as comunidades residentes. Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma análise crítica acerca da geração dos benefícios sócio-ambientais versus ecoturismo no qual optou-se por uma abordagem quali-quantitativa procurando-se estabelecer a frequência do grau de concordância e discordância em relação aos benefícios gerados pelo ecoturismo através de inquerito aos membros da comunidade.

Palavras Chave: Turismo e Meio ambiente, Impactos Socio-ambientais, Ecoturismo

ABSTRACT

Mozambique holds a potential for tourism development, especially for nature tourism, due to the existence of conservation areas around the country. The Maputo Special Reserve (MES) is considered as one of the most important conservation area and has benefited from investment in order to increase the development of tourism in the region. Currently the number of visitors to MES has grown substantially with the intention to develop recreational activities related to ecotourism. Now the challenge lies in the way of optimizing opportunities for tourism development in order to achieve economic benefits reduction the lead to poverty, without degrading the environment. Ecotourism face the demands and environmental discussions has been assumed as an alternative to the tourist market focused on protected areas, as it is believed that this segment is able to reconcile tourism development and simultaneously improve the conservation of the natural environment and still ensure the recovery of local communities and promoting their welfare. This study aims to analyze, from the perception of the local community, social and environmental contribution of ecotourism in Maputo Special Reserve, Mozambique. The research sought to investigate the relationship between ecotourism development in the region and generate benefits for the socio-environmental communities for residents. To achieve the objective, was chosen a critical analysis about the generation of socio-environmental benefits versus ecotourism in which we opted for a qualitative and quantitative approach seeking to establish the degree of agreement and disagreement about the benefits generated by ecotourism through interviews with community members

Keywords: Tourism and Environment, Social and Environmental Impacts, Ecotourism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

- Figura n° 1:** Tipologia de Segmentação de Turismo
- Figura n° 2:** Foto 1 - Vista parcial do edifício do Governo do Distrito de Matutuine
- Figura n° 3:** Mapa 1 - Localização do Distrito de Matutuine
- Figura n° 4:** Mapa 2 - Localização da Reserva Especial de Maputo
- Figura n° 5:** Mapa 3 - Localização da Area de Conservação Transfronteiriça do Libombo
- Figura n° 6:** Foto 2 - Vista parcial de floresta de zonas úmidas
- Figura n° 7:** Foto 3 - Vista parcial de floresta de zonas pantanosas
- Figura n° 8:** Foto 4 - Vista parcial de manada de elefantes
- Figura n° 9:** Foto 5 - Vista parcial de crocodilo do nilo
- Figura n° 10:** Foto 6 - Vista parcial de hipopótamos no lago
- Figura n° 11:** Foto 7 - Vista parcial de aguia derapina
- Figura n° 12:** Foto 8 - Vista parcial da zona costeira da Reserva Especial de Maputo
- Figura n° 13:** Foto 9 - Vista parcial de tartaruga marinha
- Figura n° 14:** Foto 10 - Vista parcial de golfinhos na praia de milibangalala
- Figura n° 15:** Foto 11 - Vista parcial da unidade de alojamento na REM
- Figura n° 16:** Foto 12 - Vista parcial de unidade de alojamento na REM
- Figura n° 17:** Foto 13 - Turista no acampamento turístico de Milibangalala
- Figura n° 18:** Foto 14 - Turistas praticando pesca desportiva
- Figura n° 19:** Foto 15 - Estabelecimento comercial na Reserva Especial de Maputo
- Figura n° 20:** Foto 17 - Vista parcial de stand de venda de peças de artesanato

LISTA DE QUADROS

- Quadro n° 1:** Principios do turismo sustentavel
- Quadro n° 2:** Relação de impactos negativos do turismo
- Quadro n° 3:** Relação dos impactos ambientais do turismo
- Quadro n° 4:** Resumo dos impactos socioculturais do turismo
- Quadro n° 5:** Tipologia de ecoturismo
- Quadro n° 6:** Princípios do ecoturismo
- Quadro n° 7:** Áreas de Conservação Transfronteiriça em Moçambique

Quadro n° 8: Análise SWOT do turismo na Reserva Especial de Maputo

LISTA DE TABELAS

Tabela n° 1: Distribuição da população no Distrito de Matutuine

Tabela n° 2: Concessão de terras para diversos usos

Tabela n° 3: Áreas de conservação em Moçambique

Tabela n° 4: Capacidade de hospedagem em Moçambique

Tabela n° 5: Faixa etária dos entrevistados

Tabela n° 6: Distribuição por género dos entrevistados

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico n° 1: Estrutura etária da população do Distrito de Matutuine

Gráfico n° 2: Número de visitantes em Moçambique 2004-2011

Gráfico n° 3: Distribuição percentual por nacionalidade dos visitantes em Moçambique

Gráfico n° 4: Mercado emissor de visitantes para Moçambique

Gráfico n° 5: Fluxo de visitantes na Reserva Especial de Maputo

Gráfico n° 6: Proveniência de visitantes na Reserva Especial de Maputo

Gráfico n° 7: Fluxo mensal de visitantes Reserva Especial de Maputo

Gráfico n° 8: Benefícios do turismo em relação à melhoria de infra-estrutura local

Gráfico n° 9: Benefícios do turismo em relação à geração de emprego e aumento de renda

Gráfico n° 10: Benefícios do turismo em relação à oportunidade para intercâmbio e valorização do património histórico cultural local

Gráfico n° 11: Benefícios do turismo em relação à preservação ambiental.

LISTA DE SIGLAS

- ACTFL** - Área de Conservação Transfronteiriça do Libombo
- ACTF** - Área de Conservação Transfronteiriça
- APA's** - Áreas de Proteção Ambiental
- APP's** - Áreas de Proteção Permanente
- CITES** - Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
- DINATUR** - Direção Nacional do Turismo
- DINAGECA** – Direção Nacional de Geografia e Cadastro
- FGMA** – Fundo Global para Meio Ambiente
- GLTP** - Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo
- IUCN** - União Internacional para Conservação da Natureza
- INE** - Instituto Nacional de Estatística.
- MICOA** - Ministério Para Coordenação da Acção Ambiental
- MITUR** - Ministério do Turismo
- MMA** - Ministério do Meio Ambiente- Brasil
- PIB** - Produto Interno Bruto
- OMT** - Organização Mundial do Turismo
- PEDTM** - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo
- PNTEI** - Política Nacional do Turismo e Estratégia para sua Implementação
- PEDD** - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito
- PGREM** - Plano de Gestão da Reserva Especial de Maputo
- REM** - Reserva Especial de Maputo
- SDPI** - Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estrutura
- SWOT** – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats (oportunidades, ameaças, forças e fraquezas)
- SDAE** - Serviço Distrital de Atividades Económicas
- UCs** - Unidades de Conservação
- WCED** - Comissão Mundial para Meio ambiente e Desenvolvimento
- WGS** - Sistema de Coordenadas Geográficas
- WWF** - World Wide Fund for Nature (WWF, "Fundo Mundial para a Natureza")

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.2 Formulação do Problema.....	16
1.3 Justificativa.....	17
1.4 Objetivos.....	18
1.4.1 Objectivo Geral.....	18
1.4.2 Objectivos Específicos	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Turismo e Meio Ambiente.....	19
2.2 Impactos Socio-Ambientais do Turismo	29
2.2.1 Impatos Ambientais do Turismo	30
2.2.2 Impatos Sociais do Turismo	37
2.3 Considerações Sobre Ecoturismo	42
3. METODOLOGIA	51
3.1 Tipologia da Pesquisa.....	51
3.2 Fases da Pesquisa.....	52
3.2.1 Revisão Bibliográfica	52
3.2.2 Definição das Variáveis da Pesquisa	52
3.2.3 Preparação do Trabalho de Campo.....	52
3.2.4 Identificação do Universo da População e Definição da Amostra	53
3.2.5 Realização do Trabalho de Campo.....	53
3.2.6 Análise, Intrepretação e Elaboração do Relatório	54
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	56
4.1 Distrito de Matutuine e a Reserva Especial de Maputo.....	56
4.1.1 Localização	56
4.1.2 Condições Físico- Naturais.....	60
4.1.2.1 Clima	60
4.1.2.2 Vegetação	61
4.1.2.3 Hidrografia.....	62
4.1.2.4 Geologia e Geomorfologia	63
4.1.2.5 Solos	63
4.1.2.6 Elevação e Declive	64
4.1.3 Habitats Terrestres e Vida Selvagem Associada	64

4.1.3.1 Fauna Terrestre	65
4.1.3.2 Recursos Costeiros	66
4.1.3.3 Recursos Marinhos	67
4.1.4 Aspectos Socio-economicos e Culturais	68
4.2 Turismo na Reserva Especial de Maputo	71
4.2.1 Contexto do Turismo em Moçambique	71
4.2.2 Contexto do Turismo na Reserva Especial de Maputo.....	79
4.2.3 Zonas de Atração Turísticas na Reserva Especial de Maputo.....	83
4.3 Contribuição Social do Ecoturismo na Reserva Especial de Maputo	89
4.3.1 Melhoria da Infra-estrutura Social.....	90
4.3.2 Oportunidades de Emprego e Geração de Renda	93
4.3.3 Intercambio e Valorização do Patrimônio Histórico-cultural	97
4.4 Contribuição Ambiental do Ecoturismo	100
4.4.1 Financiamento de Acções de Preservação Ambiental	100
4.4.2 Dissiminação de Campanhas de Educação Ambiental	101
4.4.3 Aumento da Fiscalização e Incentivos a Conservação	102
4.5 Implicações Gerenciais.....	104
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	104
5.1 Conclusão	105
5.2 Recomendações	107

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICES

ANEXO

1. INTRODUÇÃO

O turismo é um setor em constante crescimento em todo o Mundo, é uma atividade econômica internacional que tem contribuído significativamente para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) da economia global. É considerado um dos setores com maior empregabilidade da população economicamente ativa no mundo (OMT, 2001).

Tradicionalmente a visão sobre o desenvolvimento do turismo preconizava quase que exclusivamente os benefícios econômicos que o setor poderia fornecer aos países e ao mundo, porém, a atividade turística nas comunidades onde ocorre, causa uma série de demandas de produtos e serviços com implicações e transformações não somente de âmbito econômico, mas nas vertentes social e ambiental.

O crescimento exponencial que o turismo vem tomando, tem despertado preocupação cada vez maior com os possíveis impactos sociais e ambientais nas regiões onde ocorre. Diante da emergência desta questão, os impactos sobre o meio ambiente e sobre as comunidades locais passam a ser enfatizados, em particular nas áreas protegidas que concentram muitos recursos naturais, cujo fluxo de visitantes tem aumentado consideravelmente em várias partes do mundo.

De acordo com o Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (MITUR, 2004) o turismo é uma atividade perceptível e encontra-se em evolução desde o fim da guerra civil. Aposta-se neste setor como alternativa para a redução do índice de desemprego e ao mesmo tempo como fonte de arrecadação de receitas para o Estado. Prova disso, são os esforços que o governo tem empreendido no sentido de planificar o turismo em nível nacional, de forma a proporcionar o crescimento equilibrado e sustentável desta atividade.

De acordo com o Direção Nacional do Turismo (DINATUR, 2012) desde o reinício da atividade turística em Moçambique, o país vem registrando um aumento gradual em termos de número de visitantes. Em 2004 registrou cerca de 400 mil visitantes estrangeiros. Este número alcançou cerca dois milhões e quinhentos mil em 2009, e projeções apontam para que o número de visitantes continue crescendo impulsionado pelo de investimentos públicos e privados planificados para o setor.

Moçambique possui um conjunto de áreas de conservação distribuídas por todo País, cobrindo uma parte considerável da superfície nacional com variedades de sistemas ecológicos ricos em espécies endêmicas. Assiste-se a iniciativas visando potencializar as áreas

de conservação como destinos turísticos, garantindo ganhos econômicos, como resultado do aumento global na procura de ambientes naturais para prática do turismo e simultaneamente como forma de diversificação da oferta turística dominada por produtos associados a sol e mar.

A abordagem sobre o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas focaliza a necessidade de sustentabilidade nas esferas social, econômica e ambiental pelo caráter multidimensional que caracteriza o turismo. Enfatiza o aproveitamento das potencialidades existentes através da promoção de uma série de atividades de natureza recreativa, sem no entanto, ameaçar a existência dos ecossistemas e valorizando o bem estar das comunidades locais. É nesse contexto que o ecoturismo surge como uma proposta, que através dos seus princípios se dispõe a estabelecer bases que garantam a valorização dos recursos naturais e culturais e ao mesmo tempo gere benefícios sócio-econômicos.

A Reserva Especial de Maputo (REM) constitui um património natural de Moçambique e do Distrito de Matutuíne em particular. Ela agrega características que a tornam singular, possui um potencial turístico que permite combinar o turismo de sol e mar e o turismo de natureza. Concentra ainda um conjunto de belezas cénicas com paisagens terrestres e marinhas de valor excepcional, tornando-se ideal para desenvolvimento de várias atividades turísticas com destaque para observação de animais de grande porte, pássaros, pesca desportiva, mergulho, canoagem, trilhas ecológicas e ainda apreciação de manifestações culturais das comunidades locais.

Diante da diversidade dos recursos naturais e culturais o turismo na REM tem impulsionado o deslocamento tanto de visitantes nacionais, como estrangeiros, oriundos de diversas partes de mundo, que encontram neste local condições favoráveis para a prática do ecoturismo. Neste contexto o setor público tem empreendido esforços visando atrair investimento privado capaz de garantir a implantação de infra-estruturas de apoio ao turismo para atender a essa crescente demanda de visitantes.

No entanto, a gestão de atividades nas áreas de conservação, principalmente aquelas diretamente relacionadas ao turismo, tornou-se um desafio na gestão das áreas de conservação. Dada a tendência de degradação destas áreas e a necessidade de sustentabilidade, há uma pressão para que estabeleçam mecanismos de gestão ambiental que possam conciliar os aspectos econômicos do turismo, porém, preservando a integridade ambiental dos ecossistemas e ainda garantindo oportunidades de uma vida melhor para as comunidades.

Nesta perspectiva, procura-se adotar formas sustentáveis de turismo, onde o ecoturismo passa a ocupar um lugar prioritário, por considerar-se que este segmento tem capacidade de conciliar o desenvolvimento de atividades turísticas e ao mesmo tempo promove a preservação ambiental e a valorização das comunidades locais na REM.

A legislação Moçambicana através da Política Nacional do Turismo e Estratégia para sua Implementação (MITUR, 2003), estabelece como estratégia para o aproveitamento das áreas de conservação para fins turísticos, o desenvolvimento do ecoturismo, que consiste num conjunto de ações socialmente justas, economicamente sustentáveis e ambientalmente possíveis. O ecoturismo é considerado como um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Assim, o presente trabalho de pesquisa se propõe a analisar o desenvolvimento do turismo na Reserva Especial de Maputo, sob forma de ecoturismo de modo a avaliar a contribuição nos aspectos sócio-ambiental que esta atividade tem induzido, com enfoque na percepção das comunidades residentes.

1.2 Formulação do Problema.

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução nas últimas décadas ocorreu como consequência da busca do verde e da fuga dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos. A atividade turística representa atualmente um dos setores cujo seu desenvolvimento tende a localizar-se em áreas naturais e depende em grande medida da exploração dos recursos naturais predominantes (RUSCHMANN, 1997).

As unidades de conservação têm se firmado como espaços ideais e legítimos para a prática do ecoturismo nas últimas décadas. Isso ocorreu, em parte por serem espaços que concentram a maior variedade de atrativos naturais relevantes e biomas/espécies animais preservadas, ao mesmo tempo são consideradas uma experiência real do uso sustentável da atividade, considerando a existência de uma base legal e administrativa que assegura limites à sua utilização.

O distrito de Matutuine possui diversidade de habitats de importância primordial, não só para a subsistência de grande parte da população em geral, mas também permite o desenvolvimento de outras atividades econômicas, sendo o ecoturismo uma das mais

representativas, na qual as perspectivas apontam para um ritmo de crescimento considerável em poucos anos. A exploração dos recursos existentes nesta região sob forma de turismo deve ser realizada de forma equilibrada de modo a garantir a sua existência e disponibilidade para as gerações vindouras.

O ecoturismo tem se afirmado como uma importante atividade econômica na REM, propiciando oportunidades para os visitantes vivenciarem manifestações da natureza e da cultura aprendendo sobre a importância da conservação da biodiversidade e das culturas locais, ao mesmo tempo em que garante a geração de renda para a conservação e benefícios para as comunidades residentes.

No entanto Ruchamann (1997) aponta para um cenário de exploração dos recursos, relacionados ao desenvolvimento do turismo em áreas naturais que resultam numa série de impactos negativos como destruição das dunas primárias, aceleração da erosão dos solos, destruição de habitats naturais, aumento da produção de resíduos sólidos, poluição e descaracterização da paisagem, escloso social, perda de autenticidade nas culturas locais entre outros problemas sócio-ambientais.

Mesmo acreditando que o ecoturismo possui um carácter conservacionista, afirmando-se como um caminho possível para a preservação ambiental aliado ao desenvolvimento sócio-econômico da localidade, é necessário questionar até que ponto esse caminho continua sendo viável, avaliando se os custos têm proporções maiores ou menores em relação aos benefícios causados e propondo formas de minimizar custos e maximizar benefícios.

Assim o presente trabalho de pesquisa se propõe a responder a seguinte problemática: Na perspectiva da comunidade residente, qual é a contribuição sócio-ambiental do ecoturismo na Reserva Especial de Maputo?

1.3 Justificativa.

Na atualidade o turismo tem sido considerado como uma atividade com questionamentos sobre sua interação com o meio ambiente e sobre as comunidades receptoras. As várias discussões visam essencialmente estabelecer novas abordagens que tratem sobre o uso dos recursos naturais, aliado a melhoria das condições de vida das comunidades onde se procuram novas estratégias de gestão de forma a garantir um desenvolvimento equilibrado do setor.

Moçambique é detentor de um potencial para o desenvolvimento do turismo, principalmente para o turismo de natureza, devido a existência de uma extensa rede de áreas de conservação espalhadas por todo país. A REM é considerada uma das áreas de conservação de maior relevância e tem-se beneficiado de investimentos por forma a aproveitar a crescente demanda de visitantes.

O desafio do país reside na forma de otimização das oportunidades para o desenvolvimento do turismo com vista a atingir um nível de desenvolvimento econômico que conduza à redução da pobreza, sem contudo degradar o meio ambiente nas áreas de conservação. Surge então a aposta do ecoturismo que segundo Coroliano (2006) representa um modelo de desenvolvimento do turismo em áreas naturais com uma proposta conservacionista, pois é um tipo de turismo que passa a ter cuidado com o meio ambiente, valoriza as populações locais, exige qualidade de vida, hospitalidade, segurança e serviços interrelacionados.

No entanto, em algumas situações o ecoturismo em regiões naturais apresenta-se como uma atividade complexa, pois seus objetivos ambientais e metas sócio-econômicas nem sempre são confirmadas. Ao mesmo tempo em que o ecoturismo apresenta um grande potencial para promover a conservação do ambiente natural, também pode contribuir direta ou indiretamente para a degradação ambiental, como também para uma série de problemas sociais. A apropriação do espaço e conseqüentemente dos recursos naturais existentes pelo turismo, têm um impacto significativo na vida das comunidades que nesses mesmos recursos naturais possui a base para sua subsistência.

A importância do meio ambiente para o turismo deve ser sempre enfatizada, já que na maioria dos destinos turísticos em Moçambique, o desenvolvimento do turismo assenta-se no aproveitamento dos recursos naturais. Neste contexto, analisar a relação entre o ecoturismo e sua contribuição sócio-ambiental na REM na visão das comunidades locais torna-se relevante, pois permite que se tenha uma maior reflexão sobre a necessidade de integração/cooperação e ainda concorre para o fortalecimento da gestão participativa a nível local.

Permite igualmente que se tenha uma visão mais aprofundada sobre os impactos do ecoturismo no ambiente natural e na vida das comunidades, fornecendo a gestão da REM um instrumento para tomada de decisão em relação as ações de planejamento ambiental visando harmonização dos objetivos econômicos, ambientais e sociais por meio da promoção do ecoturismo.

Do ponto de vista acadêmico, espera-se que o presente trabalho contribua para melhorar as discussões relacionados ao ecoturismo em Moçambique, servindo de base de consulta por parte da sociedade civil e outros interessados para diversos fins, tais como consultas bibliográficas e pesquisas acadêmicas, pois verifica-se escassez de trabalhos relacionados ao desenvolvimento do turismo e seus impactos em áreas de conservação.

1.4 Objetivos

Objetivo Geral

- Analisar, a partir da percepção da comunidade local, a contribuição sócio-ambiental do ecoturismo na Reserva Especial de Maputo- Moçambique

Objetivos Específicos

- a) Descrever as características espaciais e a inserção do ecoturismo na Reserva Especial de Maputo
- b) Verificar a partir da percepção das comunidades, a contribuição social do ecoturismo na Reserva Especial de Maputo.
- c) Avaliar a partir do entendimento da comunidade residente, a importância ambiental do ecoturismo na Reserva Especial de Maputo.

Para alcançar o objetivo proposto e de acordo com a metodologia definida para o estudo, este trabalho está dividido em cinco (5) partes distintas: A primeira é referente a introdução onde se faz a apresentação do panorama do turismo em Moçambique, particularmente a inserção do ecoturismo na área de estudo, apresenta-se ainda a problemática de estudo, a relevância e os objetivos do trabalho.

A segunda apresenta o referencial teórico, onde se analisa as diferentes abordagens dos autores consultados, sobre temas relacionadas ao turismo e meio ambiente, impactos sócio-ambientais do turismo e por fim sobre o ecoturismo. A terceira componente é referente a metodologia, onde são definidos os procedimentos metodológicos utilizados para realização do trabalho, o universo da população, a definição do tamanho da amostra, o período de duração da pesquisa, o tipo e natureza da pesquisa, os instrumentos de coletas de dados e as técnicas de análise. Na quarta parte apresenta-se os resultados e a discussão dos mesmos onde se ilustra o panorama do desenvolvimento do turismo em Moçambique em geral e da REM, em particular, a contribuição sócio-ambiental do ecoturismo. Na ultima parte apresenta-se a conclusão do trabalho e as respectivas recomendações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Turismo e Meio Ambiente

O turismo na sociedade moderna pode ser considerado como um conjunto de atividades econômicas diversas que englobam os transportes, os meios de hospedagem, os agenciamentos de viagens e as práticas de lazer, além de outras ações mercadológicas que produzem riquezas e geram empregos para muitas regiões e países (RODRIGUES, 2000).

Para Ignara (1999, p. 23) “o turismo representa o estudo do homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora”.

Para o presente trabalho assume-se a definição formulada pela Organização do Mundial do Turismo (OMT 2001, p. 39) que considera o turismo como um “conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros”.

Conforme Freitas (2001) entende-se por meio ambiente um espaço que apresenta equilíbrio dinâmico entre as forças concorrentes dos meios físico, biótico e antrópico, as quais se organizam em um sistema de relações extremamente complexas e sensíveis às modificações de seus elementos constituintes.

Para Holder (1991) meio ambiente é entendido como as rochas, a água e o ar que envolvem a terra, juntamente com os ecossistemas que eles mantêm, isto é, a ecosfera. Esses ecossistemas são constituídos de comunidades de indivíduos de diferentes populações (bióticos), que vivem numa área juntamente com o seu meio não vivo (abiótico) e se caracterizam pelas suas interrelações, sejam elas simples ou mais complexas que engloba igualmente os recursos artificiais.

Neste experimento assume-se a definição apresentada pelo MICOA¹ que define o meio ambiente como:

o meio em que o homem e outros seres vivem e interagem entre si e com o próprio meio, incluindo o ar, a luz, a terra e a água; os ecossistemas, a biodiversidade e as relações ecológicas, toda matéria orgânica e inorgânica, todas as condições sócio-culturais e econômicas que afetam a vida das comunidades (MICOA, 1997, p.19).

A abordagem sobre meio ambiente tem sido motivo de discussão e análise devido a alterações que o mesmo tem registrado, principalmente desde a Revolução Industrial e no

¹ Ministério para Coordenação da Ação Ambiental em Moçambique

período posterior a Segunda Guerra Mundial, motivada pela crescente pressão exercida sobre os recursos naturais. Essas alterações estão relacionadas com o aumento pela competição por terras, água, recursos energéticos e biológicos e ao desenvolvimento tecnológico puramente materialista onde a natureza é vista como uma fonte de oferta de recursos naturais inesgotáveis (SANTOS, 2004).

O turismo é uma atividade econômica que se desenvolveu com as características atuais, como um fenômeno de massas em decorrência do desenvolvimento tecnológico iniciado na Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra. Segundo Dias (2008) essa revolução introduziu na sociedade moderna um modelo econômico que tem como objetivo principal a geração de renda, por meio da expropriação e exploração dos recursos naturais, desencadeando uma intensa demanda para satisfação de objetivos econômicos.

Em meados dos anos 1970 fatores como o grande crescimento populacional, o maciço desenvolvimento das indústrias e os consequentes efeitos negativos na natureza, poluição atmosférica, destruição da camada de ozônio, aquecimento global, desmatamento, entre outros problemas ambientais fizeram despertar na sociedade uma maior preocupação com o rumo da exploração dos recursos naturais e suas consequências nos ecossistemas (KÖRÖSSY, 2008).

Considerando a primeira metade do século XIX como período do seu surgimento, o turismo moderno é altamente consumidor dos recursos naturais, existindo profunda interdependência entre atividade turística e meio ambiente (DIAS, 2008). Na concepção de Ruschmann (1997) o turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução nas últimas décadas ocorreu como consequência da busca do verde e da fuga dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos.

Nos últimos anos do sec.XX, as populações dos países desenvolvidos, que formam grupos de alta renda aumentaram seu interesse na melhoria da qualidade de vida, tornando-se a natureza - o meio ambiente natural – um atrativo cada vez maior, por representar o oposto de sua vivência diária, mergulhados que estavam em áreas urbanas com vegetação pobre ou pouco diversificada e numa atividade cotidiana estressante. Passaram a demandar serviços que propiciassem o atendimento de suas necessidades mínimas: tranquilidade, ambiente saudável, despreocupação com as coisas menores do cotidiano e contato com uma natureza rica em cores e vida animal (DIAS, 2008, p. 16).

De acordo com Cruz (2001) o desenvolvimento do turismo no mundo ocorreu de maneira exponencial e em muitos casos não planejada e desordenada, assumindo em muitas ocasiões uma atitude predatória em relação aos recursos disponíveis para o seu desenvolvimento. Porém, recentemente o mundo concentrou a sua atenção numa questão de

grande importância e que constitui motivo de muitos debates: a relação entre turismo e meio Ambiente.

Conforme Swarbrooke (2000) o turismo faz uso de uma variedade de recursos naturais, tais como ar limpo e puro das montanhas, as terras, as águas minerais com propriedades terapêuticas, que são o foco de desenvolvimento de spas; água dos lagos e mares, se ela for relativamente morna e limpa, portanto adequada ao banho e em muitos casos, podem ser o atrativo principal de uma destinação.

Contudo, apesar do turismo poder oferecer uma vantagem econômica para esses recursos, também pode ser uma ameaça a sua sobrevivência. Diante disso, Ruschmann (1997) considera que o turismo constitui atualmente uma das atividades que depende em grande medida do uso dos recursos naturais, pelo grande poder de atratividade que estes recursos tem sobre o mercado.

O que torna o planejamento fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim que o turismo destrua as bases que o fazem existir.

A atividade turística se utiliza dos recursos naturais disponíveis de diversas formas, apropriando-se dos mesmos para atrair os turistas e possui parcela de culpa na deterioração desses recursos naturais, a maioria dos empreendimentos turísticos se fundamenta em uma plataforma natural que predetermina com o passar do tempo seu sucesso ou seu fracasso (MOLINA, 2001).

Os atuais moldes de aproveitamento dos recursos naturais para desenvolvimento do turismo demandam uma série de alterações de natureza estrutural, de modo a estabelecer bases para uma relação saudável entre o homem em si e com o meio ambiente, como lembra Coriolano (2006):

A integração entre o turismo e meio ambiente deve ter um sentido profundamente ético e pedagógico: os recursos naturais estão disponíveis para o benefício também do homem, que ao fazer uso deles tem responsabilidade de conservá-los, não apenas porque outros desejam fazer o mesmo, mas, e principalmente, porque os ecossistemas naturais são frágeis, e sua renovação em alguns casos se dá ao longo de milhares de anos, quando determinados fatores não se perdem definitivamente (CORIOLANO, 2006, p. 38).

A atenção em relação a alterações que o desenvolvimento do turismo causa ao meio ambiente é cada vez maior. Autores como Kripendorf (1989), Ruschmann (1997), Rodriguez (1997), Dias (2003) Swarbrooke (2002) e Coriolano (2006) discutem profundamente a questão da sustentabilidade no turismo, principalmente no que se refere a

preservação sócio-ambiental. Pode-se perceber que a evolução da atividade turística no mundo induziu a mudança de paradigma em relação à visão que se tinha no início das discussões a respeito deste fenômeno, como considera Körössy (2008).

Durante muito tempo, a ênfase sobre a atividade direcionou-se, quase que exclusivamente, aos aspectos econômicos e aos contributos que o turismo poderia desempenhar no Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, mais recentemente, observa-se a emergência de um outro tipo de visão para o setor. O turismo, para além de ser associado aos indicadores econômicos, está fortemente ligado a fatores ambientais e sociais. O que se constata, na atualidade, é que vários destinos turísticos em todo o mundo estão fortemente empenhados em alcançar aquilo que se convencionou chamar de turismo sustentável (KÖRÖSSY, 2008, p.18).

Desde meados das décadas de 80 e 90, a questão ambiental e social tem exercido influência em diversos segmentos e com o turismo não foi diferente. No momento em que a atenção do mundo volta-se para a delicada situação de degradação ambiental do planeta, novas formas de pensar e praticar a atividade turística começam a emergir, surge então a ideia de turismo sustentável (KÖRÖSSY, 2008).

Entende-se agora que é impossível que o turismo ocorra numa região sem causar impactos negativos, portanto deve-se pautar pela promoção do desenvolvimento do turismo aliado ao planejamento e ao uso responsável dos recursos, procurando garantir a preservação do meio ambiente (DIAS, 2000).

O surgimento de um novo paradigma sobre o estado do meio ambiente e principalmente pela necessidade de se garantir a integridade ambiental e social das regiões onde ocorre o turismo, proporcionou o aparecimento de modelos de desenvolvimento contrários aos modelos tradicionais que se apresentavam altamente consumidores da natureza e com relativa atenção a questões sociais, trata-se do turismo alternativo, como lembra Magalhães:

O turismo alternativo foi desenvolvido na Europa com o intuito de satisfazer as necessidades de uma clientela com aspirações e motivações, decorrentes de uma nova realidade contemporânea, bem como de tentar atender as exigências do meio ambiente. Talvez isso tenha sido, além de uma estratégia de expansão capitalista (em vista da saturação do turismo tradicional), um resultado da emergência das questões ambientais que vem ocupando gradativamente o centro do cenário político internacional (MAGALHÃES, 2002, p. 28).

Conforme Tosun (1998) o conceito de turismo sustentável deriva do conceito de desenvolvimento sustentável introduzido pelo Relatório Brundtland em 1987. Apesar do termo possuir uma série de definições de caráter abrangente, este não foi de nenhuma forma tratada de forma reducionista, de modo que o paradigma transformou-se num importante tema

de debate na atualidade, sendo aplicado em vários campos de atividade, e o turismo como uma das atividades mas marcantes não constituiu exceção (Bell & Morse, 2000). Contudo, o entendimento do que vem a ser turismo sustentável passa necessariamente pelo entendimento do que é o desenvolvimento sustentável, que por sua vez possui relação estreita com as preocupações sócio-ambientais (GUATTARI, 1999).

Desta forma, entende-se por desenvolvimento sustentável como sendo aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às próprias necessidades, promovendo o crescimento econômico de forma ecológica e socialmente igualitária, ou seja, centrado no tripé: crescimento econômico, proteção dos recursos naturais e equidade social. (BRUNDTLAND, 1991).

Conforme Saarinen (2006), as origens do termo turismo sustentável estão relacionadas ao interesse acadêmico sobre os impactos negativos do turismo e as pesquisas relacionadas à capacidade de carga, que no decurso das duas últimas décadas formou a base da abordagem e da gestão dos impactos negativos da atividade, porém, após este período, tornou-se um conceito problemático tanto em termos operacionais como teóricos.

Para a OMT (2003), o desenvolvimento do turismo sustentável consiste em atender às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Segundo Partidário (1999) turismo sustentável é aquele que se desenvolve e mantém numa área (ambiente, comunidade) de tal forma, e a uma tal escala que garante a sua viabilidade por um período indefinido de tempo sem degradar ou alterar o ambiente (humano ou físico) em que existe e sem pôr em causa o desenvolvimento e bem-estar de outras atividades e processos.

A mesma fonte considera ainda que o turismo sustentável destaca três princípios, baseados nos pilares do desenvolvimento sustentável, nomeadamente: respeito pelo ambiente natural, cultural e social das áreas de destino; desenvolvimento econômico e social das comunidades locais; satisfação das necessidades (materiais e imateriais) dos visitantes e da população local.

No quadro 1 são apresentados de forma resumida os princípios do turismo sustentável defendido por Nogueira, Imbroisi e Rios et al (2001).

Quadro 1 - Princípios do Turismo Sustentável

1. Usar os recursos de forma sustentável

A conservação e o uso sustentável dos recursos – naturais, sociais e culturais – são cruciais,
e garante os negócios a longo prazo.

2. Reduzir o consumo exagerado e o desperdício

A redução do consumo exagerado e do desperdício evita o custo da recuperação do meio ambiente, danificado ao longo do tempo, e contribui para a boa qualidade do turismo.

3. Manter a diversidade

Manter e promover a diversidade natural, social e cultural é essencial para o turismo sustentável de longo prazo, e cria uma base resistente para a indústria do turismo.

4. Integrar o turismo ao planejamento

O empreendimento turístico integrado num contexto de planejamento estratégico, nacional e local, e submetido aos EIAs (Estudos de Impacto Ambiental) aumenta a viabilidade a longo prazo do turismo.

5. Apoiar as economias locais

O turismo que apóia uma ampla série de atividades econômicas locais e que leva em conta os custos/valores ambientais, protege essas economias e evita danos ao meio ambiente.

6. Envolver as comunidades locais

O envolvimento total das comunidades locais no setor do turismo não só traz benefícios a elas e ao meio ambiente em geral, mas também melhora a qualidade da experiência do turismo.

7. Consultar os investidores e o público

As consultas a investidores, comunidades locais, organizações e instituições são essenciais se todos quiserem trabalhar juntos e conciliar interesses potencialmente conflitantes.

8. Treinar equipes

O treinamento de equipes que integram o turismo sustentável, além do recrutamento de pessoal local em todos os níveis melhora a qualidade do produto do turismo.

9. Fazer o marketing

O marketing que fornece informações completas e responsáveis aumenta o respeito dos turistas pelo meio ambiente natural, social e cultural das áreas de destino, e aumenta a satisfação dos clientes.

10. Realizar pesquisas

A pesquisa contínua e o monitoramento pela indústria do turismo, coletando e analisando dados, é essencial para a resolução de problemas, além de trazer benefícios às localidades de destino, à indústria do turismo e a seus consumidores

Fonte: NOGUEIRA; IMBROISI; RIOS (2001, p.18)

Os princípios do turismo responsável estabelecidos pela World Wide Found of Nature² (2004, p. 16) são: o turismo deve ser parte de um desenvolvimento sustentável amplo e de suporte para a conservação; o turismo deve usar os recursos naturais de modo sustentável; o turismo deve eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição e o desperdício; o turismo deve-respeitar as culturas locais e prover benefícios e oportunidades para as comunidades locais; o turismo deve ser informativo e educacional.

Na concepção de Ceballos-Lascuráin (2001), o turismo sustentável possui capacidade de se assumir como uma alternativa plausível para a conservação da biodiversidade, cria bases para o desenvolvimento de alternativas econômicas para as populações locais e ainda é capaz de criar receitas que incentivem a conservação da biodiversidade e despertar o apoio e interesse público necessário para proteção dos ecossistemas.

No entanto, a crença em considerar o turismo como a única alternativa para a conciliação dos objetivos da conservação da biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico, constitui perigo permanente ao estabelecimento de práticas sustentáveis. Aliado a esta situação há uma tendência na sobreposição dos interesses econômicos gerados, impulsionando assim uma dinâmica baseada no uso desenfreado dos recursos, como considera Ceballos-Lascuráin (2001),

claramente o turismo tem um papel econômico predominante para os países em todo o mundo [...]. No entanto, o desenvolvimento inapropriado do turismo – baseado principalmente no modelo “mainstream” ou no turismo de massa – tem produzido impactos negativos nos ambientes naturais e culturais, incluindo a biodiversidade [...] Consequentemente, a apropriada interação entre a conservação da biodiversidade, o planejamento e desenvolvimento do turismo transformou-se no problema-chave para muitas instituições em nível, local, nacional e internacional (CEBALLOS-LASCURÁIN, 2001, p. 32).

Baseando-se na visão do turismo sustentável, a capacidade de carga surge como uma questão diretamente relacionada com a questão de proteção ambiental. O aumento da demanda de turistas em todo mundo para as áreas naturais protegidas evidência a necessidade de se estipular o número aceitável para estas regiões, pois os ecossistemas sensíveis ficam irremediavelmente comprometidos quando ultrapassam os limites de sua capacidade de carga (RUSCHMANN, 1997, p. 17).

² O World Wide Found for Nature (WWF, "Fundo Mundial para a Natureza") é uma Organização não governamental (ONG) internacional que atua nas áreas da conservação, investigação e recuperação ambiental, anteriormente chamada World Wildlife Fund.

Entende-se por capacidade de carga como sendo a quantidade máxima de visitantes que uma área pode acomodar mantendo poucos impactos negativos sobre os recursos e ao mesmo tempo, altos níveis de satisfação para os visitantes (BOO, 1990). Para Cooper et. al (1993), "a capacidade de carga seria o nível de presença turística que cria impactos na comunidade anfitriã que são aceitáveis para ambos, os turistas e a comunidade receptora".

O grande deslocamento para certos destinos turísticos, principalmente para regiões naturais, pode conceber muita popularidade a algumas regiões e por conseguinte favorece a grande concentração de visitantes que podem intensificar a degradação ambiental. Os estudos de capacidade de carga servem como uma ferramenta para o planejamento turístico no sentido de auxiliar no controle de ingressos nas áreas de conservação, tendo assim uma maneira de preservar e conservar a biodiversidade do local (BOO, 1990).

Para Swarbrooke (2000, p. 25) existem vários tipos de capacidade de carga, que podem ser: "física, ambiental ou ecológica, econômica, infra-estrutural, social, e perceptiva, que seria o número de visitantes que uma localidade pode receber antes que a qualidade da experiência do turista comece a ser afetada negativamente". O autor afirma que cada localidade possui características únicas em termos geográficos, econômicos e sociais, o que dificulta a aplicação da capacidade de carga em diferentes localidades, além disso alguns conceitos são muito subjetivos, como no caso de capacidade de carga social ou perceptiva que permeiam seus limites através de indicadores qualitativos.

Atualmente, verifica-se um aumento considerável em atividades turísticas desenvolvidas em áreas protegidas muitas vezes considerado turismo ecológico ou ecoturismo, tem crescido aproximadamente 20% ao ano contra 7,5% do turismo convencional e de acordo com a OMT nos últimos 15 anos este segmento recebeu 90% a mais de investimentos (MARQUES, 2005).

O turismo possui a capacidade de fortalecer a apropriação dessas unidades de conservação pela sociedade enquanto incrementa a economia e promove a geração de empregos e renda para a localidade, o grande desafio é justamente equilibrar esse uso com o desgaste natural da visitação, balanceando a geração de riqueza e a preservação do meio ambiente (MMA, 2006).

Sendo assim, o turismo em algumas situações pode concorrer de forma singular para consolidar cada uma dessas concepções, contudo, existe uma tendência de se minimizar de forma considerável os impactos indesejados do turismo como um todo. Ao mesmo tempo

maximizar os benefícios em vertentes, como a ambiental, econômica e social, através da promoção do turismo sustentável, conforme a World Commission of Environment and Development (WCED, 1987).

Procurando formas de garantir a redução da degradação ambiental em áreas de conservação e contribuir deste modo para a preservação dos recursos naturais de que o turismo tanto depende e o meio natural em si, têm-se apostado no planejamento turístico que segundo Ruschmann (1997, p. 9) pode ser entendido como “ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando dessa forma os efeitos negativos nos recursos, que destroem ou reduzem sua atratividade”.

No entanto, a busca de alternativas ao turismo tradicional tem levado a exploração de lugares novos, em muitos casos com ecossistemas frágeis que correm o risco de uma rápida e irreversível degradação. Como um paradoxo, essa mudança de interesse pode voltar-se contra os espaços com elevado valor ecológico (SANCHO, 2001).

Perante este cenário, Boo (1990) considera uma questão imprescindível a necessidade de preservar o meio ambiente natural onde o turismo se desenvolve, principalmente quando se trata de áreas de conservação que acolhem uma diversidade de ecossistemas bastante vulnerável a ação humana e de grande valor biológico. Sendo o turismo em áreas protegidas uma atividade que utiliza o meio ambiente como atrativo principal e que muitas vezes essa apropriação acarreta consigo efeitos ambientais indesejados.

Na opinião de Ruschmann (1997) é necessário que se tome uma série de medidas com vista a salvaguardar natureza dos efeitos indesejados provocados pelo turismo que passam por:

- a) Combater todo tipo de contaminação provocada pelo turismo
 - Assegurando o tratamento das águas servidas, construindo estações de depuração e evitando o lançamento de esgotos no mar e rios;
 - Limpando, protegendo e conservando as áreas turísticas;
 - Desenvolvendo estudos de impacto ambiental do turismo nos espaços naturais e determinando sua capacidade de carga;
 - Evitando as grandes aglomerações de turistas e as concentrações de equipamentos.
- b) Integrar os equipamentos turísticos às paisagens:
 - Regulamentando a construção de equipamentos;

- Incentivando o desenvolvimento de uma arquitetura adequada as tradições das localidades;
 - Zelando pelo equilíbrio entre os espaços explorados intensamente pelo turismo e aqueles que serão preservados tanto local como regionalmente.
- c) Reduzir os efeitos negativos da motorização dos turistas
- Estimulando a prioridade do transporte público;
 - Criando zonas de descanso e de recreação, preferencialmente protegidas da motorização;
 - Regulamentando o tráfego de veículos, particularmente nas localidades turísticas;
 - Limitando a navegação turística motorizada;
 - Aumentando as possibilidades para atividades recreativas nas zonas urbanas e de residência das populações.

Sabe-se que a gestão dos recursos naturais e os processos de apropriação do espaço territorial se desenvolveram de modo diferente nos diversos países. Também foram diferentes as preocupações que levaram ao desenvolvimento de legislações e processos de tomada de decisão para a gestão desses recursos. O que não se contesta hoje é a inegável necessidade do Estado intervir nas ações sociais e econômicas que interferem no ambiente e causam seu dano. A constatação da perda de biodiversidade nos últimos anos, e inevitavelmente nos próximos também, deixa clara que essa intervenção é imprescindível e urgente (FRANCA, 2009).

Segundo Magalhães (2002) o Estado tem a responsabilidade de elaborar políticas, leis, diretrizes, estratégias, planos, princípios e modelos a serem adotados no desenvolvimento do turismo sustentável. Estes devem ser preparados de maneira que não ponham em risco a manutenção da soberania, deve existir o suporte operacional para a manutenção dos mecanismos de gestão e participação de modo que a prática obedeça na íntegra as concepções e as proposições sugeridas, devendo haver um mecanismo de fiscalização e cobrança de postura ética.

Por sua vez, Ruchaman (1997) considera que o Estado e as coletividades regionais são responsáveis por um série de ações relacionadas com a proteção do meio ambiente, seja ele utilizado para fins turísticos ou não e que se fundamentam nas seguintes atividades: consciencializar e sensibilizar a população, elaborar uma legislação específica para proteção do meio ambiente e zelar pela sua aplicação, criar e administrar parques e reservas naturais e

desenvolver campanhas promocionais visando atrair uma clientela nacional e internacional para áreas específicas.

A relação entre turismo e meio ambiente tem se baseado em dois (2) aspectos distintos, como sugere Ribeiro e Stiglino (2010) a relação entre desenvolvimento do turismo e as questões ambientais, de forma simplificada, tem sido abordada sob dois enfoques majoritários: turismo como origem de degradação socioambiental e o turismo visto como alternativa de desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Considerando que a interrelação entre o turismo e meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a matéria prima da atividade. A deterioração das condições de vida nos grandes conglomerados urbanos faz com que um número cada vez maior de pessoas procure regiões com beleza naturais em tempos de lazer (RUSCHMAN, 1997).

É preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, para que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da sua degradação. O Estado deve cumprir seu papel, principalmente no que se refere a aplicação das leis ambientais e ao zelo pelo seu cumprimento, envolvendo as coletividades dos locais turísticos, assim como os outros agentes de seu desenvolvimento contribuam igualmente para proteção dos atrativos naturais que estimulam o fluxo de turistas (RUSCHUMANN, 1997).

2.2 Impactos Sócio-Ambientais do Turismo

Para OMT (2008), o turismo é um fenômeno de rápido crescimento e tem se tornado um dos maiores setores econômicos do mundo, que causa impactos nas esferas ambiental, social e econômica. No entender de Montejano (2001) estes impactos podem ter repercussão positiva ou negativa especialmente se não existe um verdadeiro planejamento, disposição e controle por parte das administrações públicas sobre a arquitetura, o urbanismo, e a ecologia, para obter um turismo sustentável.

O desenvolvimento do turismo em qualquer parte implica o deslocamento de pessoas e sua permanência fora de sua origem ou residência habitual, desencadeando relações de produção e consumo que resultam em interferências nos destinos e nos espaços de acesso aos mesmos, como considera Pires (2001):

O caráter dinâmico e multifacetado das relações de interdependência que se estabelecem no meio físico, juntamente com seus suportes ecológicos, e as atividades humanas no seu sentido mais amplo [...], levam a admitir que o desencadear do processo turístico produzirá, inevitavelmente, impactos de desdobramentos positivos e negativos com seus efeitos sinérgicos no tempo e no

espaço, todos recaindo sobre o homem, a sociedade e o entorno natural (PIRES, 2001, p. 241).

Os estudos sobre os impactos do turismo, em grande parte, envolvem a sobreposição da vertente econômica em relação as vertentes sócio-cultural e ambiental que também são imprescindíveis. Para Swarbrooke (2000), esses impactos em geral são invisíveis e intangíveis, e com pouca ou nenhuma oportunidade de serem revertidos depois de ocorridos e ainda porque estes ocorrem de forma mais lenta e discreta sendo detectados ao longo do tempo.

2.2.1 Impactos Ambientais

Entende-se por impacto ambiental qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais (COIMBRA; OLIVEIRA, 2004).

Abordando especificamente os impactos causados pela atividade turística, Ruschman (1997, p. 34), considera que, “os impactos ambientais do turismo referem-se a gama de modificações ou sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras”.

Conforme Coriolano (2006) os impactos ambientais do turismo resultam do processo de turistificação das paisagens ou processo de mudança de um lugar para adequá-lo a função turística, quando não se consegue sincronizar o ritmo e o volume da exploração dos recursos com a capacidade que o meio oferece de suportar esta exploração.

O acelerado crescimento do turismo nas últimas décadas e o aperfeiçoamento do homem em relação a natureza fizeram com que o processo de degradação ambiental aumentasse. Os indicadores apontam para um crescimento contínuo da atividade, em cerca de 4% a 5% ao ano e conseqüentemente, os impactos sobre o meio ambiente também se intensificarão, pois quando ocorre o desenvolvimento do turismo, verificam-se mudanças sobre o meio ambiente (RUSCHMANN, 1997).

Os impactos ambientais resultante da atividade turística ocorrem como resultado da implantação de vários elementos que compõem a cadeia de produção e estabelecimento de relações de consumo no turismo que vão alterar o estado natural do ambiente, esses impactos

são resultados de um processo de interação complexo entre os turistas, as comunidades e os meios receptores e não de uma causa específica (RUSCHMANN, 1997).

Antes de identificar os principais impactos do turismo no meio ambiente natural, faz-se necessário compreender que restam poucos cenários “naturais” no mundo, pois quase todos foram afetados pela ação do homem através dos séculos; o turismo é apenas uma das atividades que alteram as paisagens, e é menos significativo em seus impactos que a agricultura, mineração e extração de pedras; a paisagem natural representa o cerne do produto do turismo (SWARBROOKE, 2000).

A partir deste panorama, Dias (2008) afirma que é possível destacar os impactos ambientais do turismo que são mais recorrentes e que, de maneira geral, estão relacionados à vegetação; solo; elementos geológicos, minerais e fósseis; recursos hídricos; vida selvagem (fauna); qualidade do ar e estética da paisagem.

Quanto aos impactos do turismo na vegetação, observa-se a compactação da vegetação por pisoteio (bicicletas, motos, carros etc.); o pisoteio também pode expor e danificar raízes, causando queda de árvores e abertura de clareiras; corte da vegetação para abertura de trilhas, acampamentos ou outros tipos de uso; coleta de plantas e flores; deposição de lixo e dejetos que alteram as condições do solo, e por consequência, o crescimento vegetal (COROLIANO, 2006).

Na concepção de Coriolano (2006) a presença do turismo ou do ecoturismo no meio natural causa impactos nos ecossistemas, devido a necessidade de implementação de serviços, equipamentos e de alojamentos, ou seja, a ocupação turística na natureza provoca desequilíbrios na bioecologia da região.

A crescente evolução do turismo a nível global impulsionada por fatores socioeconômicos, estimulou a necessidade de se providenciar uma gama de infra-estruturas, que em muitos casos foram concebidos de forma desapropriada sem uma prévia avaliação do impacto ambiental. Corroborando com esse fato, Cruz (2001) afirma que os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto a colocação de infra-estruturas nos territórios para que o turismo possa acontecer, assim como pela circulação de pessoas que a prática turística promove nos lugares; os meios de hospedagem edificados em áreas não urbanizadas, bem como outras infra-estruturas a eles associados podem representar riscos importantes de desestabilização dos ecossistemas em que se inserem.

O homem urbano como consequência da deterioração das condições de vida nas cidades foge delas em seu tempo livre em busca do verde. Sendo assim, o meio ambiente

constitui a “matéria-prima” incontestável do turismo, o contato do homem urbano com esses ambientes extremamente sensíveis tais como montanhas e praias, deve ser profundamente avaliado e seus efeitos negativos evitados antes que esses locais de refúgio de biodiversidade sejam degradados em níveis irreversíveis (RUSCHMANN, 1997).

A autora cita ainda alguns impactos negativos do turismo em áreas naturais como: acúmulo de lixo nas margens dos caminhos e das trilhas, nas praias, nas montanhas, nos rios e lagos; uso de sabonetes e detergentes pelos turistas, contaminando a água dos rios e lagos, comprometendo sua pureza e a vida dos peixes e da vegetação aquática; contaminação das fontes e dos mananciais de água doce e do mar perto dos alojamentos provocada pelo lançamento de esgoto e lixo *in natura* nos rios e no oceano.

Acrescenta outros impactos, como a coleta e destruição da vegetação às margens das trilhas e dos caminhos da floresta; erosão de encostas devido ao mau traçado e a falta de drenagem das trilhas; alargamento e pisoteio da vegetação das trilhas e dos caminhos; ruídos que assustam animais e provocam sua fuga de ninhos e refúgios (ruídos, palmas, tiros, assobios, música, apitos etc.); turistas que alimentam animais mais dóceis com produtos com conservantes – estes constituem uma dieta estranha a dieta silvestre habitual, provocam doenças e até a morte; incêndios nas áreas mais secas provocados por fogueiras ou faíscas de isqueiros, fósforos ou cigarros; desmatamento para a construção dos lodges e de equipamentos de apoio; descaracterização da paisagem pela construção de equipamentos cuja arquitetura, cujos materiais e cujo estilo contrastam com o meio natural (RUSCHMANN, 1997, p.62).

Segundo Dias (2003) o turismo pode causar impactos ambientais em todos os recursos naturais: a água, a terra, as florestas, os animais silvestres, as plantas de modo geral, a paisagem, e quando não bem dimensionados podem tornar-se irreversível prejudicando a comunidade residente atual e as gerações futuras que terão sua qualidade de vida prejudicada.

O autor aponta como os principais impactos negativos sobre o meio ambiente: a poluição das águas, pela atividade dos turistas; grande demanda sobre a terra para construção de infra-estruturas; destruição de florestas e matas para implantação de megaprojetos; alteração no modo de vida da fauna silvestre e alteração da paisagem.

Conforme Hunter e Green (1996) apud Swarbrooke (2000) os impactos negativos do turismo sobre o meio ambiente podem-se resumir nos seguintes aspectos sobre:

- Composição de espécies da flora e fauna - perturbação dos hábitos de reprodução, matança de animais pela caça e para fornecimento de matérias para

o mercado de souvenirs, destruição da vegetação pela coleta de madeira ou plantas, pisoteamento e danos à vegetação pela passagem de pedestres e veículos.

- Poluição - Poluição das águas pela descarga dos detritos, derramamento de óleo e petróleo, poluição do ar por emissão de veículos e queima de combustível para aquecimento e iluminação, poluição sonora devido ao transporte de turistas e suas atividades.
- Erosão - danos a ribanceira dos rios, danos as características geológicas, alteração na ocorrência de avalanche e deslizamento/movimentação, compactação de corpos sólidos causando o aumento de deslizamento da superfície erosão.
- Recursos naturais - esgotamento de solo e fornecimento de água na superfície, dos combustíveis fósseis que geram energia para atividades turísticas, dos recursos minerais para materiais de construção, exploração excessiva dos recursos biológicos, alteração nos padrões hídricos e da terra para atividades primárias.
- Impacto visual - lixo esparramado, detritos, florescimento de algas.

Para Coroliano (2006) o desenvolvimento do turismo acarreta consigo efeitos indesejados ao meio ambiente natural, podendo citar os seguintes:

- A proliferação congestiva de construções de todo tipo para servirem de alojamento e permanências – hotéis, pousadas, camping, caravaning, motéis, cafeterias, restaurantes, discotecas, piscinas, marinas e de zonas comerciais, que mudam a fisionomia do lugar, alterando a paisagem e modificando, simultaneamente, a flora e fauna.
- As vias de comunicação – estradas, caminhos, trilhas, portos, aeroportos, pistas, sinaleiras.
- Os serviços sociais – religiosos, sanitários, policiais, culturais, informativos e comunicacionais.
- O entretenimento paisagístico – atividades no meio natural com motivação cultural, recreativa: banhos, navegação, observação da natureza, interpretação ambiental, observação de animais e da vegetação, que causam ruídos, pisoteio, mutilações do tipo coleta de flores, conchas, peixes e aves.

- O acúmulo de restos de comida e lixo deixados nos ecossistemas que eutrofizam os biótopos, e favorecem o aparecimento de moscas, baratas, ratos, empobrecimentos dos ecossistemas, desequilibrando a cadeia alimentar e produzindo, muitas vezes, o crescimento descontrolado de algumas espécies dominantes.
- As aglomerações urbanas que podem anular o valor turístico da área, pois quase sempre, vem junta com atividades indústrias e comerciais.
- A privatização de áreas que ficam impossibilitadas ao uso público.
- E a especulação imobiliária que, na maioria das vezes, prejudica os residentes.

O quadro 2 refere-se aos principais problemas ambientais e suas implicações no meio ambiente, como resultado do desenvolvimento de atividades turísticas em áreas protegidas, sem o devido planejamento de modo a mitigar os impactos negativos.

Quadro 2 - Relação dos Impactos Negativos do Turismo

RESULTADO	IMPACTO
Conservação de importantes áreas naturais	Contaminação por produtos químicos de barcos, lixo jogado por turistas e até mesmo fezes e urina.
Poluição do ar	Por meio da emissão de poluentes dos carros, assim como a poeira que esses levantam principalmente em locais onde não há asfalto.
Poluição sonora	Devido a carros com o som muito alto em ambientes públicos, perturbando moradores e outros turistas
Poluição visual	Residências, pousadas, hotéis e Estabelecimentos comerciais que não possuem arquitetura condizente com o ambiente local se tornam nada atrativos para moradores e turistas
Superlotação e Congestionamento	Se dá devido ao excesso de turistas e veículos, causando muitas vezes brigas e ressentimentos da população local.
Problemas quanto ao uso de Terras	Um planejamento turístico bem feito não deve se utilizar de terras que sejam mais valiosas para outros tipos de usos ou que devam permanecer sobre rigoroso controle de conservação, como APA's (Área de proteção ambiental), APP's (Área de conservação permanente) e entorno de margens de rio.
Ruptura ecológica	O uso abusivo de ambientes naturais frágeis pode causar danos muitas vezes irreversíveis a esses. Extinção de espécies, danos a corais, desmatamento, esvaziar pântanos e mangues que são habitats importantes para a vida marinha e circulação das águas

	são apenas algumas das agressões mais comuns causadas à natureza.
Danos ao meio ambiente	Refere-se principalmente aos danos causados pela má engenharia na construção de instalações turísticas que podem gerar deslizamento de terra, sedimentação de rios e áreas costeiras, além de contaminação e ruptura de canais de drenagem.
Danos a locais históricos e Arqueológicos	O turismo em atrativos de valor históricos e arqueológicos deve ser bem planejado e orientado, devido à fragilidade desses locais que podem sofrer desgastes com vibrações excessivas e vandalismos.
Despejo impróprio de lixo	O despejo impróprio de lixo em locais frequentados é preocupante, isso espanta turistas e literalmente suja a imagem do lugar, além de contaminar a área poluindo-a e causar problemas de saúde a moradores e visitantes. Por isso, resorts, hotéis e pousadas também devem tomar cuidado com esse tipo de atitude e dar o devido tratamento a seus resíduos sólidos.

Fonte: Adaptado de Lickorish e Jenkins (2000, p.118)

O turismo tem sido considerado como atividade predatória que proporciona a ocorrências de impactos negativos ao meio ambiente em que se instala, inclusive o ambiente natural, e este último tem sido foco de crescente atenção devido à degradação em grande escala dos seus recursos. No entanto, é importante colocar que a atividade turística não pode ser considerada simplesmente como responsável pelos efeitos negativos ao meio ambiente (COROLIANO, 2006).

Para Swarbrooke (2000, p. 78) o turismo quando bem gerido pode auxiliar consideravelmente na conservação do meio ambiente, uma vez que proporciona a geração de renda local, que podem ser transformadas em recursos para a conservação das áreas e aumento da qualidade de vida das comunidades participantes. Pode ser benéfico ao meio ambiente natural quando oferece uma motivação para sua conservação, e sem esse incentivo financeiro para conservação, muitos órgãos do setor público provavelmente dariam menos atenção a proteção do meio ambiente natural.

Nesta mesma linha de pensamento sobre os impactos positivos do turismo sobre o meio ambiente, Ruschmann considera que,

O desenvolvimento turístico em ambientes naturais apresenta algumas vantagens que basicamente se refere a: criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos, e ainda de monumentos históricos, os empreendedores turísticos passam a intervir nas medidas preservacionistas, a fim de manter a qualidade e conseqüentemente a atratividade dos recursos naturais e socioculturais, promove-se a descoberta e a acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões não valorizadas, a fim de se desenvolver o seu conhecimento através de programas especiais, ecologicamente percebe-se uma

utilização mais racional do espaços e a valorização do convívio direto com a natureza (RUSCHMANN, 1997, p. 56).

Conforme Dias (2008) os impactos positivos do turismo sobre o ambiente natural consistem em: contribuições financeiras dos turistas para conservação dos ecossistemas; contribuições financeiras obtidas de fontes governamentais para preservação do meio natural; aperfeiçoamento de planejamento e gerenciamento ambiental; aumento da consciência ambiental; proteção e preservação; estabelecimento de medidas de controle.

No entender de Coriolano (2006, p. 37) contrariamente as consequências negativas que desvalorizam as áreas turísticas, pode-se citar outras de caráter positivo, sobretudo se associadas a uma moderada intensidade de ocupação e uma adequada regulação do turismo, como:

- a) A construção de estradas e outros meios de comunicação que permitem um acesso fácil a lugares, antes mal relacionados geograficamente;
- b) Cuidado com os parques florestais e as áreas de proteção ambientais que passam a receber melhor gestão, com indicação de usos adequados e possíveis;
- c) A produção de leis que regulam aproveitamento, uso e desfrute dos recursos renováveis e põe freio a tendência de privatizar áreas destinadas ao entretenimento público;
- d) A realização de campanhas educativas e de educação ambiental, que levam residentes e turistas a mudarem a mentalidade depredadora e assumir a ideia de que a natureza e o meio ambiente são um patrimônio comum da humanidade inteira, contra a qual, de nenhum modo, deve haver atentado;
- e) As medidas de polícia para evitar a poluição, as contaminações e as degradações;
- f) A limpeza das praias;
- g) A coleta seletiva de lixo;
- h) O uso de materiais reciclados;

Para Lickorish e Jenkins (2000, p. 120) “se bem planejado e controlado, o turismo pode ajudar a manter e a melhorar o meio ambiente de várias formas”. No quadro a seguir, apresentam-se os possíveis impactos positivos do turismo nas regiões onde ocorre.

Sendo assim, o quadro 3 refere-se aos benefícios que o desenvolvimento do turismo tem induzido, nas vertentes econômicas, sociais e ambientais em área protegidas, mostrando os vários impactos positivos inerentes a atividade turística.

Quadro 3 - Relação dos Impactos Ambientais do Turismo

RESULTADO	IMPACTO
Conservação de importantes áreas naturais	Uso de área natural para atividades turísticas pode justificar a conservação local e das atrações que poderiam antes ser deterioradas ecologicamente
Conservação de locais históricos e arqueológicos	O turismo justifica a necessidade de conservação e restauração de locais históricos e arqueológicos evitando que não fiquem abandonados e deteriorados;
Melhorias na qualidade ambiental	A chegada de visitantes que trazem lucros e movimentam a economia local servem como incentivo para “limpar” o meio ambiente como um todo, água, ar, poluição sonora e lixo jogado na rua, além fazer com que muitos Estabelecimentos melhorem sua infra-estrutura e estética;
Melhorias no meio ambiente	As instalações turísticas mais adequar arquitetonicamente com a atmosfera do local em que estão inseridas beneficiam o meio ambiente;
Melhoria da Infraestrutura	As melhorias na infra-estrutura da cidade turística beneficiam o morador e o turista.

Fonte: Lickorish e Jenkin (2000, p. 48)

O impacto do turismo sobre o meio ambiente é inevitável o que se pretende é mantê-lo dentro dos limites aceitáveis, para que não provoque modificações irreversíveis e não prejudique o prazer do visitante usufruir o lugar. Assim, a relação turismo e meio ambiente deve ser intermediada por um trabalho intenso de educação ambiental para que não se repitam os erros do passado, quando os recursos podiam ficar cada vez mas disponíveis para usufruto, sem preocupação com sua manutenção (DIAS, 2008).

2.2.2 Impactos Sociais do Turismo.

O turismo é um fenômeno cuja importância social vem crescendo ao longo dos últimos anos. Trata-se de uma das principais atividades que contribui para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de um país, além de ser um dos setores que mais apresenta condições favoráveis a conciliação de sua atividade com o meio ambiente (ANDRADE, 2002).

Conforme a OMT (2001) a atividade turística ocorre num âmbito em que entram em contato pessoas de bagagens culturais e sócio-econômicas muito diferentes, pois envolve o deslocamento de pessoas para uma região diferente da sua residência. Os impactos socioculturais, numa atividade turística são o resultado das relações sociais mantidas durante a

estada dos visitantes, cuja intensidade e duração são afetadas por fatores espaciais e temporais restritos.

A atenção dos estudos sobre o turismo primeiramente se concentrou para os aspectos positivos desta atividade (em especial o econômico), a partir da década de 1970, além dos impactos ambientais resultantes do desenvolvimento turístico, ganha dinamismo e atenção dos pesquisadores os impactos da atividade sobre os processos sociais e culturais (JAFARI, 1994).

De acordo com Swarbrooke (2000) a dimensão social do turismo tem recebido menos atenção em relação a vertente ambiental no debate sobre o turismo sustentável. Talvez isso ocorra porque os impactos socioculturais do turismo geralmente ocorrem de maneira vagarosa e discreta com o passar do tempo. Eles são também em grande parte invisíveis e intangíveis. Contudo, o impacto social do turismo geralmente é permanente, com pouca ou nenhuma oportunidade de reverter as mudanças uma vez ocorrido.

Segundo De Kadt (apud OMT 2001, p. 215) o encontro entre turistas e moradores ocorre em três contextos principais:

- i. Quando o turista compra um bem ou serviço residente;
- ii. Quando ambos compartilham o mesmo espaço físico (praias, passeios, etc);
- iii. Quando ambos trocam informações e ou ideias.

Segundo Dias (2008, p. 23) as interações entre a comunidade receptora e os turistas provocam modificações em todos os atores que participam desse processo, algumas perceptíveis e intencionais e outras não desejadas nem vislumbradas, embora existentes de qualquer modo.

Desta forma, o que acontece que os contatos interculturais promovidos pelo turismo modificam as sociedades de qualquer forma. Reforçando este apontamento, Magalhães (2002) considera que o rápido desenvolvimento do turismo tem gerado consequências sobre os valores, os estilos de vida coletiva, as condutas morais e políticas, a cultura, a gastronomia, a língua, as tradições, a religião e também sobre os tipos de arquitetura predominante.

Na esfera das transformações de ordem social e cultural, recorre-se a Ruschmann (1997) que enumera alguns impactos como: ocorrência do chamado “efeito demonstração”, que se caracteriza pelo fato de que um alto número de turistas acabar estimulando hábitos desconhecidos e, por vezes, inacessíveis à população local; alteração de princípios de moralidade tradicionais das localidades visitadas, tais como aumento da prostituição,

criminalidade e jogo organizado; disseminação de doenças endêmicas; necessidade de importação de mão-de-obra qualificada e produtos específicos para atendimento dos turistas, ocorrência de conflitos entre turistas e residentes, em áreas de turismo religioso, assim como arrogância cultural e destruição do patrimônio histórico.

Se por um lado o desenvolvimento do turismo traz consigo uma série de benefícios nas localidades onde ocorre, embora estes não aconteçam de forma equitativa, Azevedo (2002, p. 162) aponta para o fato do turismo poder representar uma alternativa de emprego e trazer recursos, mas pode provocar um atentado à cultura local, em que as comunidades receptoras consideram o poder de compra dos turistas uma ameaça à sua cultura e tradição.

Na opinião de Cooper et al. (2001) os impactos negativos do turismo sobre o tecido social da comunidade podem resumir-se nos seguintes aspectos:

1. Sexo: o fato de os turistas viajarem para desfrutar de encontros sexuais casuais desinibidos não é um fenômeno novo, mas o mercado do turismo sexual tem crescido em destinações como Tailândia, Gâmbia, alguns países da Europa central e Brasil.
2. Crime: o vínculo entre turismo e crime é difícil de ser estabelecido, apesar de muitos autores sugerirem essa relação, consideram estabelecer se o crime aumenta simplesmente por causa da maior densidade populacional ou se está especificamente associado ao turismo. Contudo, os crimes contra turistas são uma constante nos jornais e noticiários, uma vez que estes são um alvo de fácil identificação e que se espera que portem quantidade significativa de dinheiro e equipamentos eletrônicos (câmera filmadora e fotográfica digital, telefone celular etc.).
3. Saúde: além do problema da AIDS, que apresenta ligações com o turismo sexual, existem outros que podem decorrer de falhas na infraestrutura de saneamento básico.
4. Realocação da população local: a questão da expulsão dos habitantes de seus locais de habitação tradicional, onde os mesmos são “transferidos”, quer pela venda de suas propriedades, quer pela expulsão de terras ocupadas, para locais menos nobres e mais distantes da faixa litorânea. Certamente esse deslocamento tem impactos não só físicos, mas também culturais e

econômicas, causados pelo distanciamento da população do mar e dos postos de trabalho criados pelo turismo.

Ressaltando que o turismo necessita de mão de obra para os setores de serviços e construção civil, o que contribui para a desestruturação da economia de subsistência das comunidades anfitriãs. Também influencia na mobilidade geográfica de trabalhadores gerando, conseqüentemente, conflitos pelas ofertas de trabalho entre os moradores das comunidades e os trabalhadores que vêm de fora. Outras conseqüências do aumento do número de trabalhadores nas comunidades anfitriãs são a escassez de moradias e a falta de escolas, centros de saúde e remédios para atender a todos (CALVENTE, 2001).

O turismo enquanto atividade socioeconômica têm sido, muitas vezes, objeto de estudo na qual são realçados os impactos negativos sobre o tecido social, porém há de considerar que o turismo pode concorrer para indução de benefícios sociais como considera OMT:

Enquanto os impactos econômicos do turismo têm sido enfocados tradicionalmente do ponto de vista do lucro que apresenta, os impactos socioculturais costumam ser analisados por seu lado negativo. No entanto, o turismo pode contribuir com benefícios positivos ao promover o contato entre comunidades diferentes (OMT, 2001, p. 219).

Embora, ainda que os impactos sócio-culturais sejam tradicionalmente abordados segundo seus aspectos negativos – ao contrário dos impactos econômicos normalmente vistos segundo suas características positivas – é evidente a existência de benefícios decorrentes do contato entre diferentes grupos humanos (KRIPPENDORF, 1989).

De acordo com a OMT (2001) a qualidade da atividade turística depende, não só dos atrativos principais oferecidos no local, mas das infraestruturas e comodidades disponíveis. Normalmente o turismo traz consigo a melhoria das condições sanitárias da região em que se desenvolve, pois os turistas dão prioridade a todos aspectos relacionados a saúde. Essa melhoria costuma se estender também a outras comodidades e serviços: iluminação, coleta de lixo, melhoria nas comunicações, novas filias de entidades financeiras, etc. Aumentando, desta forma, a qualidade de vida dos moradores.

Por outro lado, o turismo pode ajudar a estimular o interesse dos moradores pela própria cultura, por suas tradições, costumes e patrimônio histórico, uma vez que os elementos culturais de valor para os turistas são recuperados e conservados, para que possam ser incluídos na atividade turística.

Diante disso, o despertar cultural pode construir uma experiência positiva para os moradores, dando-lhes certa conscientização sobre a continuidade histórica e cultural de sua

comunidade, que, por sua vez podem se tornar aspectos que potencializem o atrativo turístico do lugar. Sendo assim, o turismo contribui para a preservação e a reabilitação de monumentos, edifício; lugares históricos e a revitalização dos costumes locais: artesanato, folclore, festivais, gastronomia (OMT, 2001, p. 220).

No que concerne ainda aos impactos sociais positivos do turismo, Ruschamann (1997) aponta igualmente para melhoria das condições de saúde; comprometimento da autenticidade e espontaneidade de manifestações culturais; valorização do artesanato; valorização da herança cultural; orgulho de pertencer a uma etnia; valorização e preservação do patrimônio histórico; descaracterização do artesanato e vulgarização de manifestações tradicionais.

O turismo desencadeia por parte dos moradores, desenvolvimento do sentimento de orgulho dos recursos naturais da sua região e das características culturais da sua comunidade, reforçando no morador o valor de viver naquele local e compartilhar daquelas características culturais, fortalecendo sua identidade.

Permite ainda que moradores e turistas entrem em contato com comportamentos e formas de convívio diferentes dos habituais, o que contribui para a aquisição não formal de conhecimentos e também para o desenvolvimento de tolerância perante o outro (BESCULIDES, 2002).

O quadro 4 refere-se aos principais fatores de atração turística de âmbito social e seus respectivos impactos na comunidades, tanto positivos assim como negativos na perspectiva de desenvolvimento da atividade turística numa destinação.

Quadro 4 - Resumo dos Impactos Socioculturais do Turismo

Fatores associados com o turismo	Impactos positivos	Impactos negativos
O uso da cultura como atração turística	Revitalização das artes tradicionais, festivais e línguas. Acréscimo das culturas tradicionais.	Mudança nas atividades tradicionais. Invasão da privacidade.
Contatos diretos entre turistas e moradores	Ruptura dos estereótipos negativos. Aumento das oportunidades sociais.	Aumento da comercialização. Introdução de doenças. Efeito demonstração.
Mudanças na estrutura econômica e papéis sociais	Maiores oportunidades econômico-sociais. Diminuição das desigualdades sociais.	Conflitos e tensão na comunidade. Perda da linguagem.
Desenvolvimento de infra-estruturas	Aumento das oportunidades de lazer.	Perda de acesso às atividades de recreio e lazer.

Aumento da população de turistas	Melhora das condições sanitárias, educação e melhora da qualidade de vida.	Congestionamento, multidão, aumento da criminalidade.
----------------------------------	--	---

Fonte: (OMT, 1997, p. 64)

2.3 Considerações Sobre o Ecoturismo

Após a Revolução Industrial o Homem estabeleceu uma relação predatória sobre o meio ambiente buscando incansavelmente a conquista de espaço e de recursos em consequência dos elevados padrões de consumo e do uso sem controle dos recursos naturais. Ademais, após o advento do paradigma econômico clássico o progresso das sociedades humanas tem sido mensurado com base no crescimento econômico, desconsiderando o desenvolvimento em outras dimensões como a social, cultural e sobretudo ambiental. Este comportamento provocou uma série de alterações a natureza, constituindo uma forte ameaça a qualidade ambiental e comprometendo a possibilidade de uso dos recursos existentes por gerações futuras (FRANCA, 2009).

A crescente apropriação de áreas naturais pelo turismo, baseado no turismo de massas para o desenvolvimento de atividades a si relacionadas e os respectivos impactos sobre os ecossistemas despertaram um grande interesse em encontrar formas aceitáveis de exploração dessas áreas pelo turismo, sendo o ecoturismo a estratégia mais difundida (BOO, 1990).

Quando surgiu o turismo de massa os observadores otimistas acreditavam que os recursos turísticos eram inesgotáveis e, por isso, estabeleciam poucas restrições ao seu uso ou visitação. Porém, o tempo e o número de turistas em locais específicos demonstraram que o turismo agride as características e a originalidade das atrações. A constatação de que os recursos turísticos são finitos e de que seu uso deve ser monitorado levou os especialistas e os responsáveis pelo desenvolvimento da atividade a considerar a necessidade do planejamento para as regiões com potencialidades turísticas (RUSCHMANN 1997, p. 155).

Enquanto atividade econômica o turismo é capaz de auxiliar no desenvolvimento das localidades, gerando renda para as comunidades receptoras. Como resultado de várias pesquisas sobre a temática a sociedade ganhou consciência que o turismo causa impactos negativos ao meio ambiente e atualmente busca-se integrar as questões ambientais e sociais aos ganhos econômicos da atividade. Este fato serviu de catalisador para adoção de novos modelos de turismo mais equilibrados, surgia então o ecoturismo no mundo (PIRES, 1997).

Embora o termo ecoturismo tenha sido utilizado pela primeira vez em 1983, por Cebállos-Lascuráin, a sua consolidação ocorreu a partir do movimento ambientalista fortalecido após a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento³.

No âmbito acadêmico e científico, pode-se encontrar uma vasta lista de abordagens relacionadas ao ecoturismo, desde aquelas que consideram o ecoturismo simplesmente como um segmento da atividade turística em áreas protegidas e até os conceitos que incluem preocupações ambientais, sociais nos mais diversos níveis e ainda como uma questão filosófica.

Nota-se um evidente grau de dispersão nos conceitos apresentados sobre o que vem a ser ecoturismo, não existindo uma definição consensual sobre o termo (HAWKINS e KAHN, 2001). No entanto, os pesquisadores concordam que o ecoturismo é um segmento do turismo de natureza que tem seu principal suporte os atrativos naturais que formam as áreas de potencial ecológico (PIRES, 1997).

Para a OMT (2003) o ecoturismo é uma forma de turismo baseada na natureza, com grande ênfase na conservação do meio ambiente, incluindo a diversidade biológica, os sistemas de vida selvagem e ecológicos, ressaltando a importância da educação do turista quanto ao meio ambiente e ao modo de conservá-lo. As áreas de ecoturismo incluem comunidades, especialmente de povos tradicionais e o plano de ecoturismo precisa estudar as formas de conservar as tradições, como também as identidades culturais locais e o modo de levar benefícios a estas comunidades.

O ecoturismo “é satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando a conservação e desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”, segundo Lindberg e Hawkins (2001, p. 56). Por sua vez, Fennell (2002) após discutir alguns conceitos referentes ao termo conclui que:

o **ecoturismo** é uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não predatório e localmente orientado (controle, benefício e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas (FENNELL, 2002, p. 53).

O documento "Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo" que estabelece os conceitos pertinentes ao segmento de ecoturismo no Brasil define ecoturismo como sendo:

³ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como ECO-92, realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, reuniu chefes de Estado que buscavam meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994).

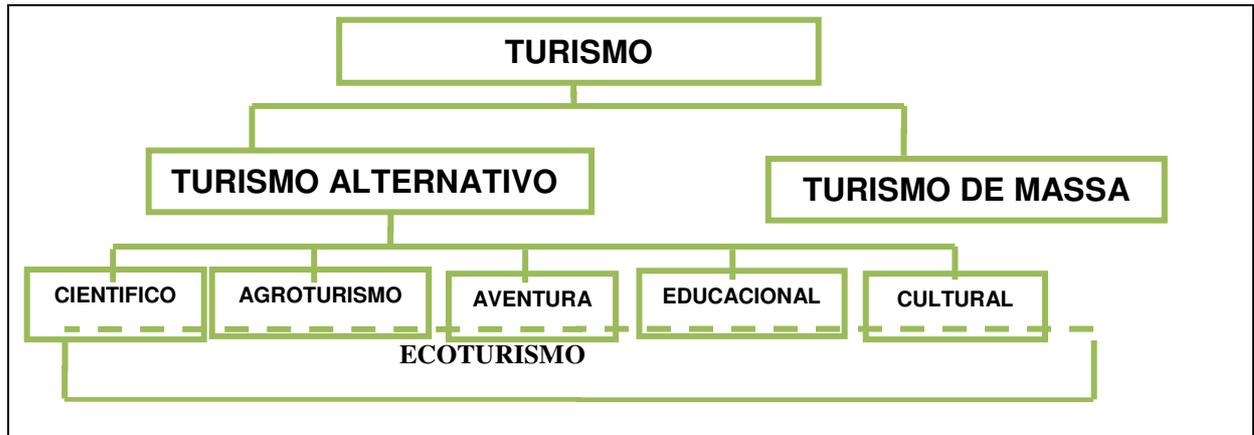
Para a presente pesquisa assume-se o conceito formulado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN – The International Union for Conservation of Nature), define ecoturismo como:

Viagem ambientalmente responsável e visitação a áreas naturais a fim de desfrutar e apreciar a natureza (e qualquer característica cultural nelas existentes, tanto passada quanto presente), que promova a conservação, tenha uma visitação de baixo impacto e promova de maneira benéfica o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais (IUCN, 1996 apud DRUMM & MOORE, 2002, p. 15).

Percebe-se que todos os conceitos que envolvem a prática do ecoturismo permeiam de alguma forma, a vertente conservacionista e preservação dos aspectos naturais dos ecossistemas, promovendo de igual forma a integração das populações residentes e a possibilidade de agregar benefícios econômicos. Trata-se, portanto, de uma ação com vertente gerencial no meio ambiente, na qual se ambiciona a instalação de infra-estruturas específicas e de apoio ao turismo aliado a um desenvolvimento equilibrado e em harmonia com os aspectos naturais e sócio-culturais (CALVACANTE, 2006).

Assim, o desenvolvimento do ecoturismo depende diretamente da qualidade do meio natural, considerado como sua “matéria-prima”, e cujo uso deve ser adequado às condições de sustentabilidade econômica, sócio-cultural e ecológica. Neste caso, o ecoturismo não pode prescindir de ordenamento e planejamento que vise antecipar e mitigar possíveis efeitos nocivos de seu desenvolvimento e buscar alternativas para otimizar os possíveis benefícios (TRENTIN e FROESE, 2009).

Tendo em vista que o segmento do ecoturismo apresenta-se na Figura 1 com tendência crescente no mercado mundial, e que se propõe a usar de forma responsável os recursos naturais e culturais disponíveis no meio ambiente, promovendo benefícios econômicos e também contribuindo para a preservação ambiental dos lugares onde se desenvolve através da integração dos objetivos econômicos, social e ambiental, o ecoturismo acaba abrangendo várias demandas, desde a prática do esporte radical ao estudo científico (MIECZKOWSI, 1995).

Figura 1 - Tipologia Segmentação de Turismo de Mieczkowski

Fonte: MIECZKOWSKI (1995, p. 459) apud WEARING & NEIL (1999, p. 5).

De acordo com Marques (2005) o ecoturismo no mundo tem crescido aproximadamente 20% ao ano, contra 7,5% do turismo convencional. Conforme a OMT (2008) nos últimos 15 anos este segmento recebeu 90% a mais de investimentos.

Assiste-se a uma tendência de uso massivo do termo ecoturismo, como atividade turística que se desenvolve em ambientes naturais protegidos, que preconiza a valorização das comunidades residentes. Com o aumento da demanda de visitantes para áreas de conservação, atraídos pela possibilidade de praticar atividades recreativas, surge questionamentos sobre o que seria concretamente o ecoturismo, pois qualquer tipo de atividade de natureza recreativa que se desenvolve em áreas naturais era de forma equivocada considerada de ecoturismo (DRUM e MORE, 2002).

O ecoturismo não é somente uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui uma nova concepção da atividade, que tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo em que preserva os recursos e o meio ambiente, compatibilizando a capacidade de carga e a sensibilidade de um meio natural e cultural com a prática turística (DIAS 2003, p. 103).

De acordo com Cavalcante (2006, p. 02), para que uma atividade se classifique como ecoturismo são necessárias quatro condições básicas:

- Respeito às comunidades envolvidas;
- Envolvimento econômico efetivo das comunidades locais;
- Respeito às condições naturais e conservação do meio ambiente;
- Interação educacional.

No mesmo sentido, Kinker (2002, p. 19) considera que para garantir a sustentabilidade da atividade, o ecoturismo deve cumprir três premissas: “a conservação do

ambiente visitado, seja ele natural ou cultural; a conscientização ambiental, tanto do turista como da comunidade receptora; e o desenvolvimento local e regional integrado”.

O ecoturismo no entender de Costa (2002) é antes de qualquer coisa uma atividade que compreende em si um posicionamento ambiental de conservação do patrimônio natural e cultural, tanto das áreas naturais quanto não naturais. Diferente das práticas tradicionais o ecoturismo está voltado para uma abordagem social e ambiental que valoriza as características e a cultura local, de forma que o visitante tenha certeza que será bem aceito, porém, dentro dos limites estabelecidos pela comunidade receptora, sem aceitar as imposições do visitante como forma de tê-lo na sua comunidade.

É importante citar que o ecoturismo enquanto produto turístico é realmente diferente, pois agrega valor a sua matéria prima (atrativo natural ou cultural), no contexto ambiental e sociocultural. O visitante consciente da problemática de sustentabilidade do planeta valorizará e desfrutará em sua exata extensão (DIAS, 2003).

No quadro 5 apresenta-se as diferentes formas de ecoturismo possíveis de se desenvolver em áreas naturais e suas respectivas atividades no âmbito do desenvolvimento do turismo.

Quadro 5 - Tipologia de Ecoturismo

TIPOS DE ECOTURISMO	ATIVIDADES ECOTURÍSTICAS
Ecoturismo Científico	estudos e pesquisas científicas em botânica, arqueologia, paleontologia, geologia, zoologia, biologia, ecologia, etc.
Ecoturismo Educativo	Observação da vida selvagem (fauna e flora), interpretação da natureza, orientação geográfica, observação astronômica.
Ecoturismo Lúdico e Recreativo	Caminhadas, acampamentos, contemplação da paisagem, banhos e mergulhos, jogos e brincadeiras.
Ecoturismo de Aventura	Montanhismo, expedições, contatos com culturas remotas, etc.
Ecoturismo Esportivo	Escalada, canoagem, “rafting”, bóia cross, rapel, “surf”, vôo livre, balonismo, etc.
Ecoturismo Étnico	Contatos e integração cultural com populações que vivem em localidades remotas em estreita relação com a natureza.
Ecoturismo Naturista	Prática do “Nudismo” ao ar livre junto à natureza.

Fonte: (PIRES, 1998)

Segundo Cavalcante (2006) o ecoturismo tem como objetivos:

- Promover e incentivar investimentos em conservação dos recursos culturais e naturais utilizados;
- Fazer com que a conservação beneficie materialmente comunidades envolvidas, pois somente servindo de fonte de renda alternativa estas se tornarão aliadas de ações conservacionistas;
- Ser operado de acordo com critérios de mínimo impacto para ser uma ferramenta de proteção e conservação;
- Educar e motivar pessoas através da participação em atividades a perceber a importância de áreas naturais e culturalmente conservadas.

Na opinião de Ceballos-Lascuráin (1996) o ecoturismo constitui uma atividade com potencial de abraçar integralmente o que é entendido como novo paradigma ambiental, surgido na década de 1970, com cinco principais componentes:

- Valorização da natureza a partir de seu próprio valor;
- Planejamento e ação para controlar riscos, pessoais e universais;
- Reconhecimento de limites reais para o crescimento;
- Entendimento das necessidades de uma nova sociedade;
- Estímulo à participação de indivíduos que não necessariamente envolvidos no mercado ou no Governo.

Para Hawkins e Kahn (2001) o ecoturismo em áreas protegidas pode trazer benefícios no que tange a conservação dos ecossistemas que se resumem em:

- a) Benefícios Diretos;
 - Proporcionam incentivos para a proteção do meio ambiente, tanto formalmente (áreas protegidas) como informalmente;
 - Proporcionam incentivos para a restauração e conversão de hábitos modificados;
 - Ecoturistas participando ativamente no melhoramento do habitat (doações, policiamento, manutenção, etc.).
- b) Benefícios Indiretos
 - A exposição ao ecoturismo fomenta um comprometimento mais amplo com o bem-estar do meio ambiente;

- Áreas protegidas por causa do ecoturismo providenciam vários benefícios ambientais.

Quadro 6 - Princípios do Ecoturismo

1. Usar os recursos de forma sustentável

A conservação e o uso sustentável dos recursos – naturais, sociais e culturais – é crucial, e garante os negócios a longo prazo.

2. Reduzir o consumo exagerado e o desperdício

A redução do consumo exagerado e do desperdício evita o custo da recuperação do meio ambiente, danificado ao longo do tempo, e contribui para a boa qualidade do turismo.

3. Manter a diversidade

Manter e promover a diversidade natural, social e cultural é essencial para o turismo sustentável de longo prazo, e cria uma base resistente para a indústria do turismo.

4. Integrar o turismo ao planejamento

O empreendimento turístico integrado num contexto de planejamento estratégico, nacional e local, e submetido aos Estudos de Impacto Ambientais aumenta a viabilidade em longo prazo do turismo.

5. Apoiar as economias locais

O turismo que apóia uma ampla série de atividades econômicas locais e que leva em conta os custos/valores ambientais protege essas economias e evita danos ao meio ambiente.

6. Envolver as comunidades locais

O envolvimento total das comunidades locais no setor do turismo não só traz benefícios a elas e ao meio ambiente em geral, mas também melhora a qualidade da experiência do turismo.

7. Consultar os investidores e o público

As consultas a investidores, comunidades locais, organizações e instituições são essenciais se todos quiserem trabalhar junto e conciliar interesses potencialmente conflitantes.

8. Treinar equipes

O treinamento de equipes que integram o turismo sustentável, além do recrutamento de pessoal local em todos os níveis melhora a qualidade do produto do turismo.

9. Fazer o marketing

O marketing que fornece informações completas e responsáveis aumenta o respeito dos turistas pelo meio ambiente natural, social e cultural das áreas de destino, e aumenta a satisfação dos clientes.

10. Realizar pesquisas

A pesquisa continua e o monitoramento pela indústria do turismo, coletando e analisando dados, é essencial para a resolução de problemas, além de trazer benefícios às localidades de destino, à indústria do turismo e a seus consumidores

O ecoturismo como qualquer outra atividade, pode produzir impactos positivos ou negativos de ordem socioeconômica e ambiental nos locais onde ele se desenvolve. O que se espera do ecoturismo é que pela sua natureza seja capaz de minimizar os impactos negativos e providenciar ganhos em todas as componentes que ele permeia, visando o bem estar da comunidade receptora e a rentabilidade dos empreendimentos do setor ao mesmo tempo em que se garante a preservação ambiental (BOO, 1990).

Para Lindberg Hawkins (1999) o ecoturismo é um meio de desencorajar atividades mais predatórias, em favor de um turismo mais leve e seletivo, com ênfase na natureza mais preservada ou pouco alterada. Entre outras coisas é visto como um veículo para financiar a conservação e promover o desenvolvimento econômico de áreas deprimidas, beneficiando as comunidades locais.

O turismo em áreas protegidas, especificamente o ecoturismo, oferece a possibilidade de gerar benefícios econômicos, sociais, culturais e ambientais, entre outros, para os visitantes e para a área visitada. E alguns destes possíveis benefícios foram listados por Eagles; McCool; Haynes, (2002, p.24) que se resumem em: protege processos ecológicos e bacias hidrográficas, conserva biodiversidade; protege, conserva e valoriza recursos culturais e heranças construídas; cria valores econômicos e protege recursos que por outro lado não tem valor para a população local, ou representa um custo ao invés de um benefício; difunde consciência de conservação através da educação e interpretação, ajuda a comunicar e interpretar os valores da herança natural e construídas e da herança cultural aos visitantes e residentes das áreas visitadas; e então constrói uma nova geração de consumidores responsáveis; cria melhorias na infraestrutura local, transporte e comunicações, ajuda no desenvolvimento de mecanismos autofinanciáveis para as operações das áreas protegidas.

O turismo em unidades de conservação, em especial o ecoturismo, pode ser responsável por uma série de benefícios tanto para a área protegida em questão, como para a comunidade local e os visitantes. De acordo com Serrano (apud SOARES, 2010), esses benefícios são:

- Difusão de informação ambiental por meio de programas de educação ambiental;
- Integração das UCs com as comunidades locais e com a sociedade;
- Geração de recursos, oriundos das taxas de visitação, que podem ser importantes na manutenção e no financiamento de programas dentro das unidades de conservação;
- Aumento da oferta de espaços de recreação e lazer em ambientes naturais.

Para Wearing e Neil (2001) se a atividade ecoturística for praticada corretamente, têm-se os seguintes benefícios: estimula a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano; assegura uma distribuição justa dos benefícios e custos; gera emprego local, tanto diretamente no setor de turismo, como em diversos setores da administração de apoio e de recursos; estimula as indústrias locais rentáveis – hotéis e outras instalações de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, produção de artesanato e serviços de guia. Diversifica a economia local, particularmente nas áreas rurais, onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente; incorpora o planejamento, assegurando o desenvolvimento turístico apropriado para a capacidade de sustentação do ecossistema; estimula a melhoria do transporte, da comunicação e de outros elementos da infra-estrutura comunitária local.

Baseando-se no referencial teórico apresentado, propõem-se um procedimento para investigar os benefícios sócio-ambientais aliados no ecoturismo na REM, onde a metodologia empregada é discutida a seguir.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipologia da Pesquisa.

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para realização do estudo, a tipologia, a descrição das fases da pesquisa, a identificação do universo da população, a definição do tamanho da amostra, os instrumentos de coleta de dados, as técnicas de análise e o período de coleta dos dados.

Segundo Gil (1999) metodologia é definida como sendo o método ou conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir um determinado propósito ou conhecimento. Em outras palavras, representa o caminho pelo qual se trilhou para chegar a um determinado resultado.

Do ponto de vista metodológico, o presente estudo pode ser classificado como uma pesquisa descritiva e aplicada. A pesquisa aplicada tem como propósito gerar conhecimentos para aplicação prática para à solução de problemas específicos, envolve verdades e interesses locais (SILVA; MENEZES, 2001). A pesquisa descritiva é definida como aquela que “é realizada para descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis” (RODRIGUES 2006, p. 90).

Para Marconi e Lakatos (1996), o estudo descritivo delinea o que é, ele centra-se na descrição, registro, análise e interpretação dos fenômenos, fato que se aplica nesta pesquisa, pois busca-se descrever de forma crítica o processo de desenvolvimento do ecoturismo e sua contribuição sócio-ambiental na área de estudo.

Recorreu-se a análise quali-quantitativa dos resultados obtidos. Segundo a OMT (2005, p.10) a análise qualitativa representa uma forma de abordar a realidade do setor turístico, entretanto, não pode ser considerado como uma metodologia alternativa a análise quantitativa, mas sim uma metodologia complementar. Apresenta-se como uma ferramenta de grande valor nos casos em que a informação quantitativa não é adequada em função de determinadas circunstâncias.

A pesquisa quantitativa baseia sua análise em informação, dados de fontes mensuráveis. Os resultados obtidos por meio dessa análise devem explicar o comportamento da população que se quer estudar, sendo importante a precisão estatística na obtenção da amostra, na elaboração dos questionários e nas fontes de informações utilizadas na pesquisa (OMT, 2005, p.1).

3.2 Fases da Pesquisa

3.2.1 Revisão Bibliográfica

Esta fase consistiu basicamente na pesquisa bibliográfica e documental com recurso à leitura apurada de obras e artigos científicos, bem como arquivos documentais de instituições que abordam direta ou indiretamente temas relacionados com a temática. Teve como objetivo identificar marcos e modelos teóricos, e produzir instrumentos de coleta de dados secundários.

Consultou-se ainda alguns documentos como relatórios, anuários estatísticos e sites na internet, de forma a obter informações referente ao turismo na REM em particular, e em Moçambique em geral. Estas informações foram recolhidas em instituições públicas que de certa maneira intervêm no processo de desenvolvimento do turismo em Moçambique.

3.2.2 Definição das Variáveis da Pesquisa.

As variáveis, como consideram Cervo e Bervian (2002), são aspectos, propriedades ou fatores reais ou potencialmente mensuráveis pelos valores que assumem e discerníveis em um objeto de estudo. No intuito de responder aos objetivos de pesquisa, trabalhou-se com percepção da comunidade local, em que foram estabelecidas variáveis como melhoria de vias de acesso, fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água, geração de emprego, aumento de renda, oportunidades de negócios, valorização e preservação do património histórico cultural, intercambio sócio-cultural, disseminação de campanhas de educação ambiental, aumento de financiamento de projetos de preservação ambiental e aumento da capacidade de fiscalização. (vide apêndice I)

3.2.3 Preparação do Trabalho de Campo e Elaboração de Instrumentos de Coleta de Dados

Nesta fase elaborou-se os instrumentos de coleta de dados, questionário, roteiro de entrevista e de observação sistemática para respetiva aplicação durante a realização do trabalho de campo. Posteriormente realizou-se contatos com as entidades administrativa e representantes das comunidades da REM no sentido de obter a autorização para a realização da pesquisa.

Para aplicação do instrumento de coleta de dados foram contratados 2 inquiridores (contratados pessoalmente) com o propósito de alcançar maior eficiência no processo de coleta de dados cumprindo as metas temporais estabelecidas. Elaborados os inquéritos e contratados inquiridores realizou-se a testagem dos instrumentos de recolha de dados e dos inquiridores, com o objetivo de criar condições necessárias para que o processo de recolha de dados ocorresse sem qualquer sobressalto, e ao mesmo tempo verificar o desempenho dos inquiridores para corrigir pequenas deficiências.

3.2.4 Identificação do Universo da População e Definição do Tamanho da Amostra

- **Universo Populacional**

Foi identificado como universo da amostra ou população de estudo 230 habitantes que residem nas zonas de atração turística na REM, uma vez que é nestas regiões onde os impactos do turismo se fazem sentir com maior relevância e ainda o gestor da REM.

- **Definição da tamanho da amostra**

A definição do tamanho da amostra da população de estudo foi baseado no método proposto por Krejcie e Morgan (1970) no qual estabelece nível de confiança de 95% e uma margem de erro (E) igual a 5%. (vide anexo I). Os indivíduos foram coletados de forma aleatória simples, que na opinião de Tiboni (2003 p. 22) consiste na seleção por meio de sorteio, onde todos os elementos da população têm uma chance igual e conhecida de seleção.

De acordo com dados disponíveis, o número da população residente no interior da REM é de cerca de (N) 230 habitantes, assim conforme o método proposto foi selecionada uma amostra de (A) correspondente a 144 nas regiões de Madjadjane, Milibangalala e Gala.

3.2.5 Realização do Trabalho de Campo

Reunidas todas as condições para a realização do trabalho, deslocou-se para a área de estudo a fim de colher dados necessários para a produção do relatório final. O trabalho de campo teve duração estimada de quarenta (40) dias e foram recolhidos dados por meio de:

- **Coleta de Dados Secundários**

Nesta etapa do trabalhos foram coletadas informações em relatórios e anuários estatísticos, referente ao desenvolvimento do turismo em Moçambique em geral, e no âmbito da Reserva Especial de Maputo, por forma a ilustrar-se de o panorama forma geral da

atividade, por meio da demonstração dos fluxos de visitantes, principais mercados emissores de visitantes, infra-estrutura de apoio ao turismo e ainda a composição do produto turístico nacional. Estas informações foram coletadas em várias instituições que intervêm direto ou indiretamente na gestão do turismo em Moçambique.

- **Questionario.**

Foram pesquisados os membros da comunidade residente no número definido no tamanho da amostra, com objetivo de coletar informação relacionadas à contribuição sócio-ambiental do ecoturismo na REM. O questionario foi construido tendo em consideração o grau de instrução da comunidade local, procurando assim garantir que o processo de coleta de dados ocoresse de forma efeciente.

A aplicação dos questinorios teve a duração de 15 dias e ocorreu nas regiões de influencia direta dos empreendimentos turisticos de Tinty Gala Lodje, Magjadjane Community Lodge e acampamento turistico de Milibangalala. Os inquiridores foram destribuidos junto as comunidades localizadas junto a cada êstancias turistica acima identificadas.

- **Entrevistas**

Técnica fundamental de investigação em que uma das partes busca coletar dados e outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 1999 p. 117). Foi submetido a entrevista o gestor da REM com objetivo de recolher dados sobre o aspectos relacionados ao desenvolvimento de turismo na região. A entrevista foi realizada em 2 etapas, sendo que o primeira aconteceu no início do trabalho de campo, e a última etapa realizou-se na fase final da pesquisa de campo. Este procedimento visava confirmar informações fornecidos pelo gestor com as situações observadas no campo.

- **Observação Sistemática**

Nesta fase os dados foram recolhidos por meio de observação sistemática, com objetivo de observar alguns fenômenos no âmbito sócio-ambiental ligados ao ecoturismo e outros aspectos relevantes para a realização do trabalho. Segundo Gil (1999), neste tipo de estudo (observação sistemática), o pesquisador sabe quais os aspectos da comunidade ou fenômeno que são relevantes para alcançar os objetivos pretendidos, devendo para tal, elaborar um plano de observação.

3.2.6 Redação do Relatório: Análise, Interpretação e Elaboração de Relatório

Esta foi a última etapa na elaboração do trabalho, nesta fase realizou-se a compilação dos dados coletados na área de estudo que culminou com a elaboração do relatório final. Para os dados qualitativos recorreu-se a análise de conteúdo das informações contidas em vários documentos consultados.

Recorreu-se igualmente a estatística descritiva para tabulação dos dados quantitativos onde se definiu a frequência relativa, em relação ao grau de concordância e discordância das variáveis arroladas no instrumento de coleta de dados (vide apêndice 1). As respostas foram agrupadas e classificadas de acordo com critérios previamente estabelecidos no roteiro de trabalho e os gráficos que ilustram as variações percentuais foram elaborados por meio do programa de informática Excel.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 DISTRITO DE MATUTUÍNE E A RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO.

4.1.1 Localização

Conforme MAE (2008), o Distrito de Matutuíne localiza-se a sul de Moçambique, no extremo sul da província do Maputo, entre os paralelos 26° e 27° de latitude Sul e entre 32° e 33° de longitude. Este, ao Norte é limitado pela baía de Maputo, a Sul pela República da África do Sul, através da Província de Kuazulo-Natal, a Este é banhado pelo Oceano Índico, e a Oeste limita-se com os Distritos de Namaacha e Boane e ainda com o Reino da Suazilândia. O Distrito possui uma superfície de 5,403 km² com uma população de 37,166 habitantes

Figura 2 - Vista parcial do Edifício do Governo do Distrito de Matutuíne

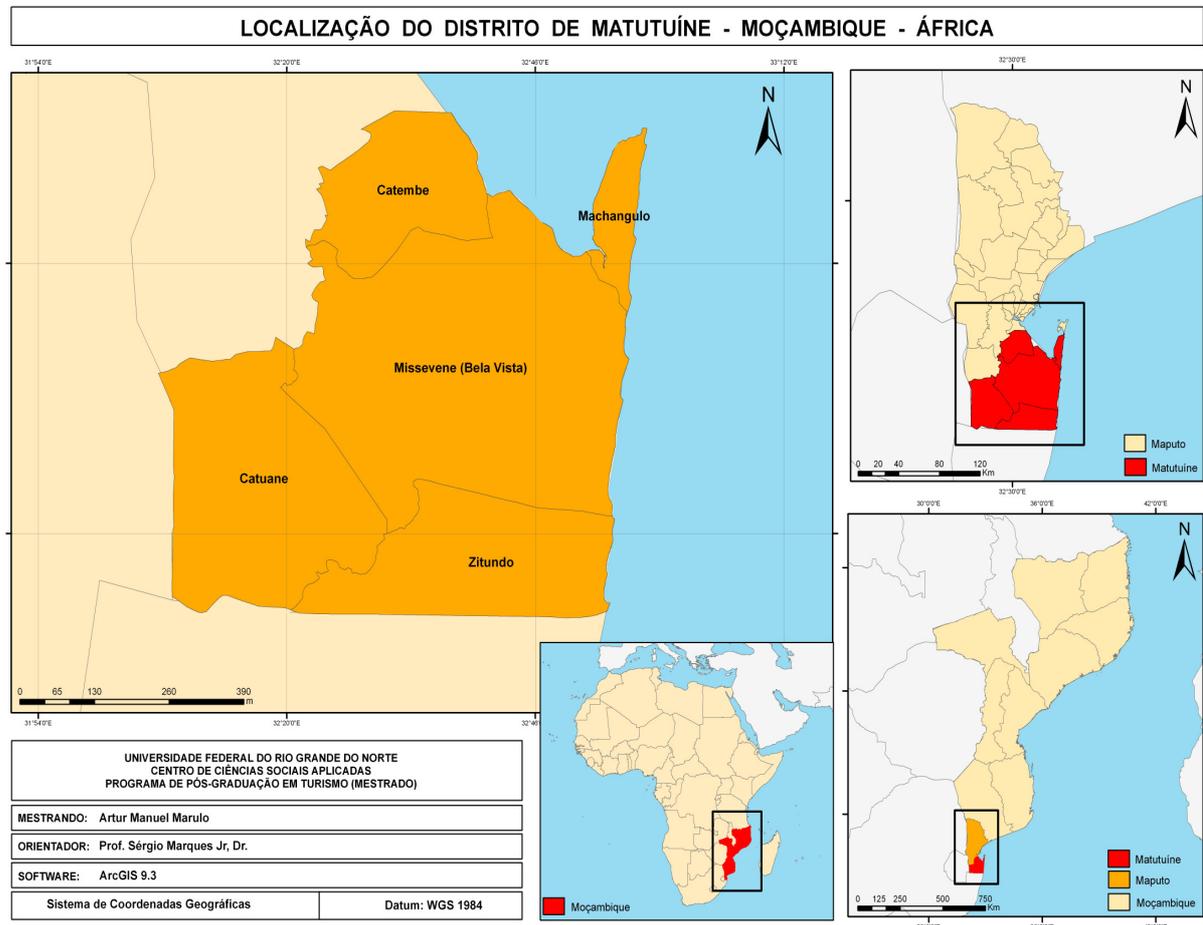


Fonte: SDPI, 2012

O Distrito de Matutuíne tem cinco (5) Postos Administrativos, nomeadamente: O Posto Administrativo de Bela Vista; O Posto Administrativo de Catembe-Nsime; O Posto

Administrativo de Catuane; O Posto Administrativo de Machangulo e o Posto Administrativo de Zitundo.

Figura 3 - Mapa de Localização do Distrito de Matutuíne



Fonte: WGS, 2012

A REM constitui uma das principais referências turísticas do Distrito de Matutuíne. Ela foi estabelecida em 1932 para proteger a população de elefantes e suas fronteiras foram legalmente estabelecidas pelo diploma legal n.º 22314 de 9 de Agosto de 1969.

Localiza-se no Distrito de Matutuíne na Província de Maputo no Sul de Moçambique, a Sul da península de Machangulo, suas fronteiras atuais são a baía de Maputo ao Norte, o oceano Índico a Este, o rio Maputo, o rio Futi e uma linha de 2 km a Este da estrada de Salamanga - Ponta do Ouro, a Oeste a extremidade Sul do Lago Xingute e o limite Sul do Lago Piti no Sul (DNAC, 2009).

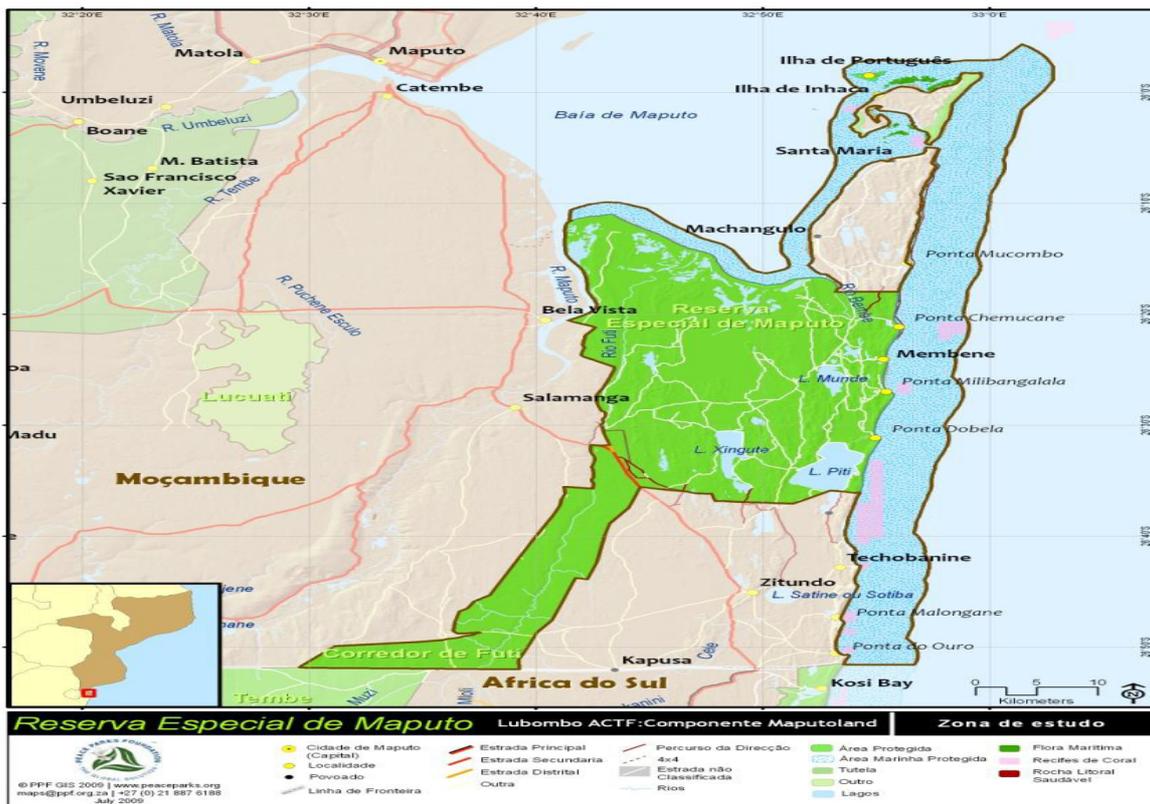
Originalmente declarada como a reserva de elefantes de Maputo, onde o seu objetivo estava especificamente relacionado com a conservação dos elefantes, porém, após a

introdução de outras espécies e do reconhecimento do valor da biodiversidade foi redenominada como Reserva Especial de Maputo.

Em 2011 o Governo de Moçambique aprovou o decreto de lei que alterou os limites da REM, anexando mais 24 mil hectares aos já existentes 700 Km² de extensão. Com a inclusão do corredor do Futi e da zona marinha protegida, a REM tornou-se a área protegida mais abrangente em termos de ecossistemas, habitats e diversidade de espécies no país.

A Reserva Especial de Maputo é composta por duas áreas principais, nomeadamente a área central terrestre, incluindo o corredor do Futi e a área marinha protegida, o corredor do Futi estabelece a ligação entre a área central da REM dentro de Moçambique e o parque de elefantes de Tembe dentro da África do Sul, situa-se entre o rio Maputo a Oeste e o oceano Índico a Este, e o seu principal objetivo é servir como ligação ecológica destinada à gestão de vida selvagem alargada e gestão de habitats (DNAC, 2009).

Figura 4 - Mapa de Localização da Reserva Especial de Maputo



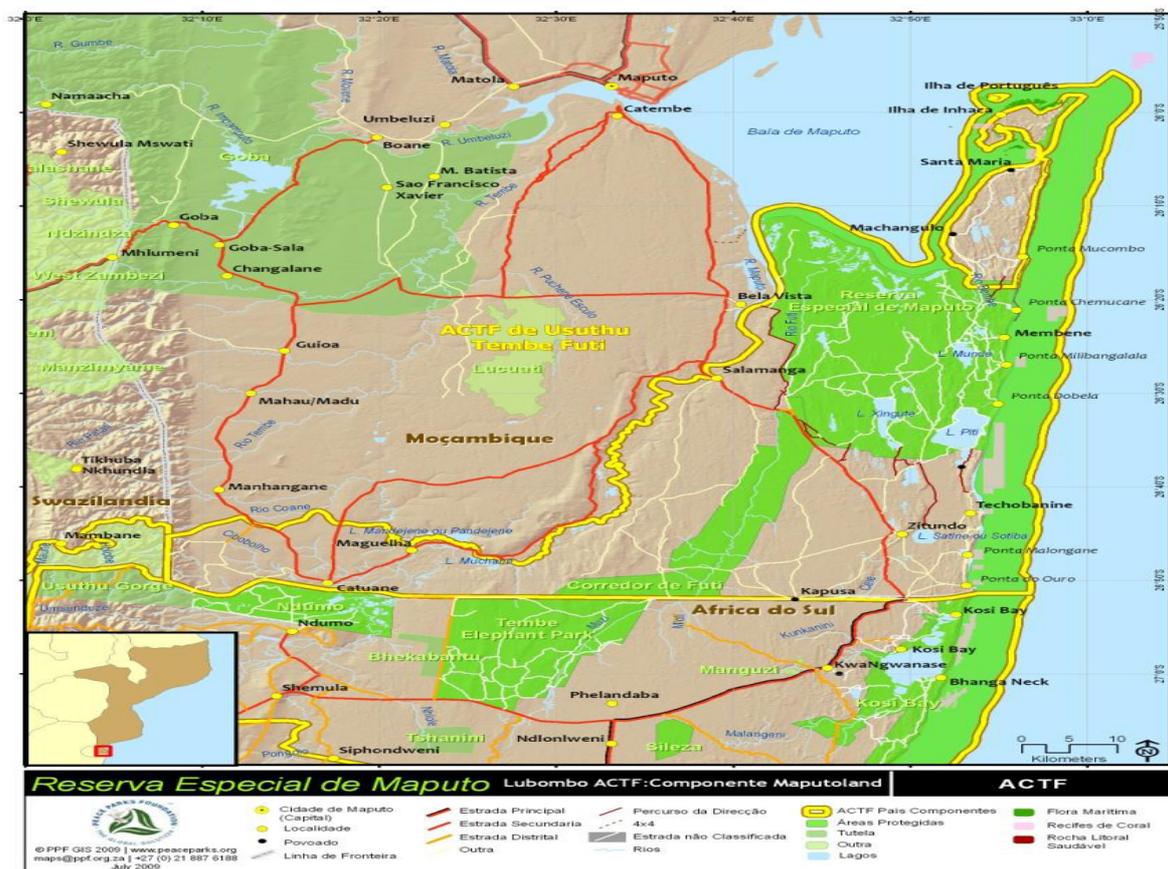
Fonte: DNAC, 2009

O Governo de Moçambique, da África do Sul e da Suazilândia, colocaram a redução da pobreza numa posição prioritária dentro das respectivas estratégias nacionais e internacionais, reconhecendo a necessidade de desenvolvimento econômico local baseado na

utilização sustentável dos recursos naturais, aproveitando o potencial elevado para o desenvolvimento do ecoturismo e impulsionando o desenvolvimento a nível regional.

Em 2000 foi assinado um memorando de entendimento entre os três países, em que foi oficialmente estabelecida Área de Conservação Transfronteiriça de Lubombo (ACTFL), considerado essencial para o processo de desenvolvimento da região e congrega as seguintes unidades de conservação dentro dos 3 países: REM; a reserva da ilha de Inhaca; reserva florestal costeira em Moçambique; o parque de elefantes de Tembe; reserva natural de Seleza e a reserva animal de Ndumu na África do Sul; as reservas comunitárias de Tshanini; Bhekabantu; e Usuthu Gorge no Reino da Swazilândia.

Figura 5 - Mapa de Localização da ACTF do Libombo



Fonte: DNAC, 2009

Conforme o DNAC (2009) a Área de Conservação Transfronteiriça de Libombo encontra-se totalmente sob o centro de endemismo de Maputoland e tem como objetivo servir como um veículo para a conservação e utilização sustentável dos recursos biológicos e culturais, enquanto promove a paz regional, a cooperação e o desenvolvimento. As ACTFs são um paradigma de conservação relativamente novo, trabalhando para promover a

conservação da biodiversidade, do desenvolvimento socioeconômico, assim como o fortalecimento das relações pacíficas de cooperação regional com vantagens de ordem ecológicas, socioeconômicas organizacionais.

O Programa de Áreas de Conservação Transfronteira e Desenvolvimento do Turismo representa a segunda fase de um programa de 15 anos. O Programa das ACTFs é financiado pelo Banco Mundial, cujo objetivo é implementar o conceito de ACTF no terreno e está organizado em cinco (5) componentes como se segue:

- Fortalecimento do Quadro Político Legal e Institucional das ACTFs;
- Planificação Integrada do Desenvolvimento do Distrito ;
- Desenvolvimento do Turismo e Conservação orientados para a Comunidade e o Setor Privado;
- Gestão da Área Protegida e Conservação da Biodiversidade;
- Gestão do Projeto, Monitoria e Comunicações.

4.1.2 Condições Físico-Naturais

Em seguida são apresentadas as condições físico-naturais do Distrito de Matutuine no geral, e da Reserva Especial de Maputo em particular. Esse dados foram compilados do Plano Estratégico do Desenvolvimento do Distrito (PEDD, 2009), Plano de Gestão da Reserva Especial de Maputo (PGREM, 2010-2014) e ainda do Relatório anual de atividades 2012 da Reserva Especial de Maputo.

4.1.2.1 clima.

O clima do Distrito de Matutuine não foge ao padrão geral prevalecente no Sul de Moçambique e que de uma forma geral é classificado como sub-tropical, onde ao longo do ano observa-se duas principais estações: a chuvosa e quente que vai de outubro a abril, e a seca e fria que vai de maio a setembro.

Do ponto de vista do comportamento das variáveis climáticas, como a temperatura, a precipitação e a evapotranspiração verifica-se a ocorrência de uma significativa variabilidade espacial. A precipitação apresenta uma variabilidade espacial significativa quando se caminha da costa para o interior e ao longo da orla costeira observam-se valores

médios de precipitação anual na ordem dos 1000mm decrescendo à medida que se caminha para o interior até aos níveis de 600mm.

Ao longo da fronteira ocidental verifica-se uma ligeira subida dos níveis pluviométricos justificada pelos efeitos da altitude. Registram-se temperaturas elevadas, com valor médio anual superior a 24° C, com amplitude térmica anual inferior a 10° C e com uma média anual de humidade relativa entre 55% e 75%.

O clima da REM é caracterizado por um verão quente úmido (outubro a março com temperaturas que variam entre os 26°C e os 30°C) e por um inverno frio seco (abril a setembro com temperaturas que variam entre os 14°C e os 26°C). A precipitação pluviométrica anual média varia entre 690-1000mm.

A característica mais impressionante do clima nesta região é a variação da precipitação pluviométrica na área, no sentido Este a Oeste ou em direção ao interior. Perto da costa, a Este da região, a média de precipitação pluviométrica varia entre os 1000 e 1100mm anualmente, mas este valor declina progressivamente à medida que nos dirigimos ao interior para apenas 600mm anualmente na margem Oeste da região.

4.1.2.2 Vegetação

De forma geral a vegetação do Distrito é diversificada e com características únicas, representando um encontro das floras Zambesíaca e da África temperada (tipo sul-africano), por isso, é qualificada como centro de diversidade biológica designada por região de Maputaland. Esta região estende-se ao longo do oceano Índico, desde a foz do rio Limpopo a norte até Great River na África do Sul. Este centro foi proposto no âmbito da convenção de Ramsar, como uma das 84 áreas de conservação ao nível do continente Africano. Ressaltando que, das áreas de conservação selecionadas apenas esta ocorre no território Moçambicano, representando assim a única relíquia mundial de biodiversidade que ocorre em Moçambique

Particularmente, a vegetação da REM é caracterizada por um mosaico único de variados ecossistemas com espécies florestais endêmicas que incluem: savanas, florestas de dunas costeiras, floresta de zonas pantanosas, floresta de terras arenosas, floresta de zonas húmidas e planícies imudáveis dos rios Maputo e Futi, floresta de Mangais na garganta do rio Maputo e ainda florestas de eucalipto artificial, intrusos na vegetação natural da REM.

Figura 6 - Floresta de Zonas Úmidas

Fonte: MAE, 2008

Figura 7 - Floresta de Zonas Pantanosas

Fonte: MAE, 2008

4.1.2.3 Hidrografia

Do ponto de vista físico a região é definida pelas bacias dos rios Maputo e Tembe, e tem como os principais rios: Maputo, Tembe, Futi, Nsele e Chilichili. Estes são por sua vez condicionados pelo regime climático prevalente na zona, o que lhes confere um caráter marcadamente sazonal, outra característica prende-se ao fato da maior parte destes rios ter sua origem fora dos limites do território Moçambicano, tal regime hídrico é igualmente condicionado pelo padrão de exploração destes rios nos países em que nascem.

Na conformação dos seus caudais médios anuais, grande contributo é determinado pelas quedas pluviométricas além-fronteira, sendo também de destacar as quedas pluviométricas ao longo da cordilheira dos grandes Libombos. Ao longo da faixa central da REM até a costa, a topografia de natureza sedimentar do substrato geológico constitui um dos principais reguladores do regime hídrico dos rios, uma vez que tratando-se já da parte terminal dos rios, as quedas pluviométricas não têm expressão de realce sobre os caudais. A REM é caracterizada pela existência de três rios principais, nomeadamente o rio Futi, o rio Maputo e o rio Tembe, apresenta ainda vários lagos com realce para os lagos Piti, Chingute e Mundi.

4.1.2.4 Geologia e Geomorfologia

As características geológicas do Distrito de Matutuíne assemelham-se ao padrão comum da faixa costeira do Sul de Moçambique. Predominam formações de terciário e quaternário resultantes dos vários ciclos de transgressão e regressão marinhas que ocorrem desde o pleistocênico. Ao longo das formações do terciário e quaternário predominam os depósitos sedimentares com distintos estágios de consolidação. Na faixa ao longo dos sopés dos Libombos predominam os riolitos.

A geomorfologia da REM é caracterizada pela prevalência da planície litoral grandemente modelada pelos processos de deposição oceânica (sedimentos arenosos) e fluvial (aluviões). Pode ser caracterizada como uma zona que forma fundamentalmente o regime oceânico através dos movimentos de transgressão e regressão marinhas e os regimes de erosão e deposição ligados aos principais sistemas fluviais dos rios Maputo e Tembe. É ao longo destes sistemas fluviais que ocorrem os principais depósitos aluvionares, o que determina a conformação de unidades ecológicas específicas na forma de corredores.

A região de Maputaland é constituída quase na sua totalidade por planícies costeiras rasas de nível baixo, cuja elevação máxima está na ordem dos 150m e faz parte da planície costeira. No entanto, para o Oeste ergue-se a uma elevação de cerca de 600m desde a estratificação das suas rochas matriz que são compostas por quatro categorias, ou seja, riolitos de stormberg, sedimentos do cretáceo, sedimentos terciários e sedimentos recentes e do pleistoceno.

No interior, destaca-se a cadeia dos Libombos que é de origem vulcânica e de uma configuração geomorfológica da orla fronteira, bem diferente de outra parte do Distrito. Sendo constituída por um embasamento geológico de rochas riolíticas, apresenta evidências de maior resistência aos processos de meteorização e erosão o que determina a ocorrência de solos aluvionares típicos, ou seja, salinizados.

4.1.2.5 Solos

A REM apresenta predominantemente três tipos de solo, nomeadamente: arenossolos alvícos; arenosos arenossolos práticos; muito arenosos fluvisolos molli-gleicos; argilosos. Na generalidade os solos da região são majoritariamente arenosos ao longo da costa que se caracterizam pela fraca capacidade de retenção da água e conseqüentemente uma taxa

elevada de infiltração. Ao longo dos principais vales fluviais ocorrem solos aluvionares com elevadas concentrações de argila, o que determina uma significativa capacidade de retenção de água, nas porções mais próximas ao sistema oceânico, os índices de intrusão salina são de certo modo consideráveis nestes vales fluviais, o que determina a ocorrência de solos salinizados.

Nas regiões correspondentes ao sopé da cordilheira dos Grandes Libombos, a natureza basáltica do embasamento geológico, determina a formação dos solos basálticos e argilosos, estes tipos de solos são geralmente muito férteis e com significativa capacidade de retenção da água. As características dos solos influenciam os padrões de desenvolvimento agrícola no distrito, de tal forma que as áreas localizadas ao longo do Rio Maputo são as que proporcionam maior produção e produtividade agrícola.

4.1.2.6 Elevação e Declives

Dentro da área de estudo, a variação altitudinal varia desde o nível do mar até 194m acima do mar, com as áreas mais elevadas caracterizadas pelas dunas à Este. Em direção a zona costeira as áreas mais baixas na planície aluvial do rio Maputo situam-se a Oeste da REM.

De forma geral a REM está rodeada de paisagens e vistas marinhas de beleza excepcional, que incluem extensas vistas de uma paisagem ondulante de pântanos, pastos, florestas e sulcos cobertos de floresta, enquanto as vistas marinhas incluem mares turquesa e praias de areia branca delimitadas por dunas costeiras arborizadas.

4.1.3 Habitats Terrestres e Vida Selvagem Associada

O Centro de Endemismo de Plantas de Maputaland é uma região de aproximadamente 17,000km² que fica dentro de Moçambique, África do Sul e Suazilândia. Este centro contém pelo menos 2500 espécies de animais das quais 225 espécies e três gêneros são endêmicos ou quase endêmicos. Também se associa a uma diversidade de fauna excelente que também inclui várias espécies endêmicas nos grupos de vertebrados e invertebrados, por exemplo, 472 espécies de pássaros, das quais cinco espécies e 43 subespécies são endêmicas ou quase endêmicas, 102 espécies mamíferos com 14 espécies e

subespécies endêmicas, 112 espécies e subespécies de répteis com 23 espécies endêmicas, 45 rãs com três espécies endêmicas, e 67 espécies de peixes com oito espécies endêmicas.

O centro de Maputoland é único quando comparado com outros centros, visto que o elevado número de espécies endêmicas se encontra disperso sobre quase todo o espectro taxonômico. É fundamental em termos dos regulamentos da convenção da IUCN sobre a diversidade biológica que os centros de endemismo sejam identificados e reconhecidos por autoridades de conservação. De uma perspectiva de conservação, a REM com a sua potencial ligação ecológica ao parque de elefantes de Tembe na África do Sul, é essencial para atingir alvos específicos de conservação dentro de Maputoland, embora, com base nas ameaças ocorridas por usos incompatíveis do solo.

4.1.3.1 Fauna Terrestre

Dentro das referidas formações vegetais com cerca de 70.000 hectares encontra-se uma variedade de espécies de animais, tais como: elefantes, hipopótamos, facocheros, cudos, pivas, inhalas, Imbavalas, macacos, cães do mato, simbas, esquilos, coelhos, antílopes (changos, cabritos vermelhos, cinzentos, xipenes), ratazanas, artrópodes, aracnídeos, batráquios, coleópteros, répteis (crocodilos, cobras diversas tais como jiboias e mambas), pássaros diversos, moluscos, tartarugas marinhas, câgados, platemintas, insectos, sapos, rãs, entre outros.

Figura 8 - Manada de Elefantes



Fonte: REM, 2012

Figura 9 - Crocodilo do Nilo



Fonte:REM, 2012

Figura 10 - Manada de Hipopótamos

Fonte: REM, 2012

Figura 11 - Ave de rapina

Fonte: REM, 2012

4.1.3.2 Recursos Costeiros

A zona costeira da Reserva Especial de Maputo, localiza-se na região tropical oriental e engloba uma diversidade de ecossistemas dentre os quais destacam-se : recifes de corais (Ponta Dobela, Milibangala, Techobamine, Chemucane e baixo São João até Ponta de D'Ouro), pequenas baías, tapetes de ervas marinhas, lindas praias, mangais, lagoas permanentes (Satine ou Sotiva, Xinguti, Sugi, Massanguane e Xambanhane) e não permanentes (Siconcovenhe, Cuvuca, e Nhengueleleti), sendo os mais extensos (Piti-3043ha, Xinguti-1323.4ha e Satine-5534.7ha), terras úmidas, florestas e graminais das dunas, graminais costeiros e zonas intermarés. Estes sistemas aquáticos são de importância econômica e social para as comunidades locais, dado o seu potencial pesqueiro. A linha da costa é caracterizada por longas extensões de praias arenosas.

Figura 12 - Vista Parcial da Zona Costeira da REM



Fonte: DNAC, 2009

4.1.3.3 Recursos Marinhos

A REM apresenta uma variedade de ecossistemas marinhos que suportam várias espécies de fauna com valor ecológico e econômico. De uma perspectiva marinha, apresenta uma variedade de espécies marinhas onde se destaca: tubarões-baleia, tubarões como do zambezi e tigre, vários mamíferos únicos como o dugongo e duas espécies de golfinhos (golfinho corcunda/*Sousa chinensis*, golfinho-comum/*Tursiops truncatus*) baleias (baleia-jubarte/*Megaptera novae*) e ainda tartarugas marinhas.

Figura 13 - Tartaruga Marinha na REM

Fonte: REM, 2012

Figura 14 - Golfinhos na zona costeira REM

Fonte: REM, 2012

4.1.4 Aspetos sócio-económicos e culturais.

Segundo dados do censo geral da população e habitação de 2007, a população do Distrito de Matutuine é de 37166 habitantes sendo 51.5% de mulheres. A densidade populacional é de 6.8 habitantes por km² (INE, 2001)

Tabela 1 – População do Distrito de Matutuine

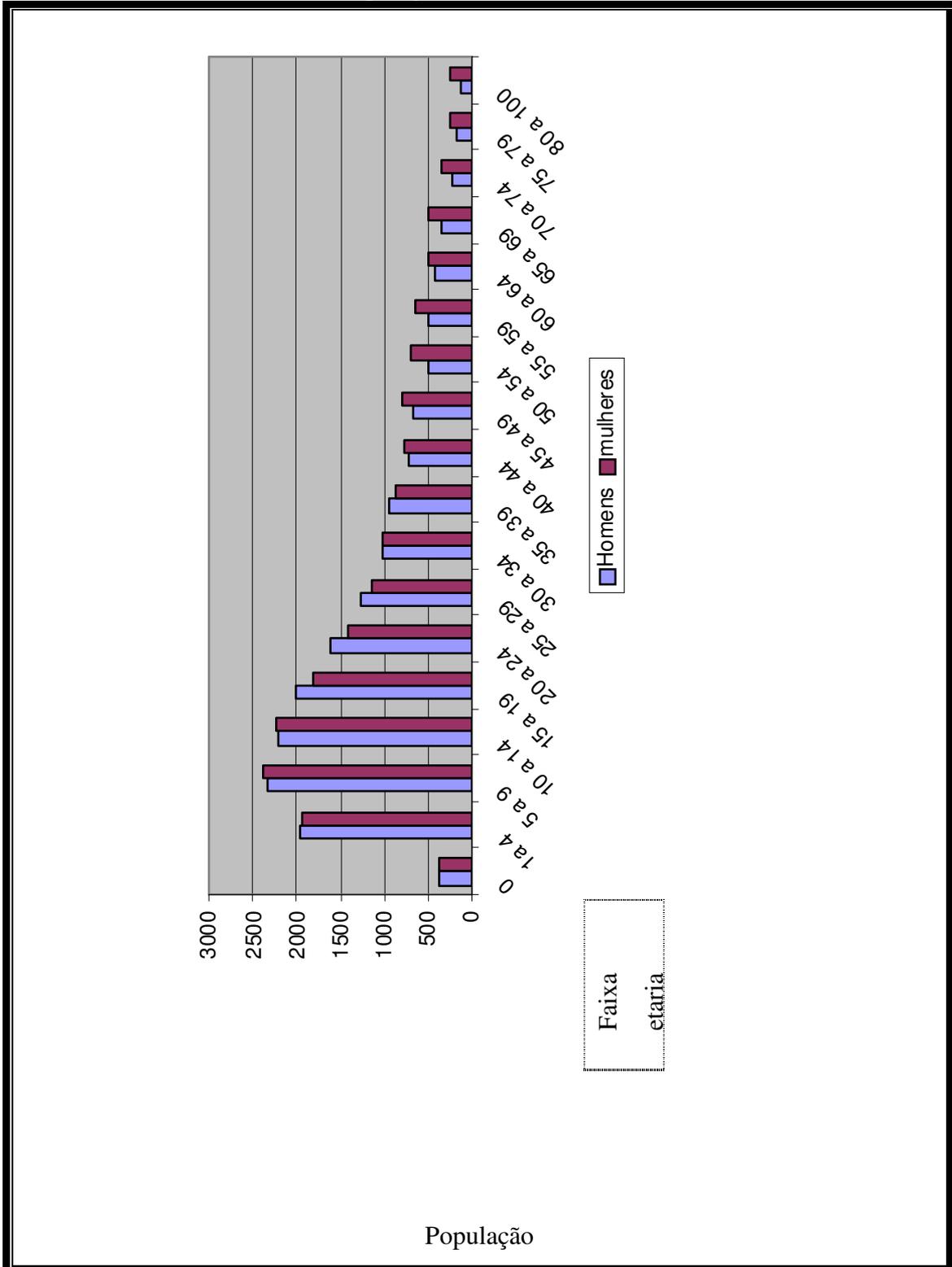
POPULAÇÃO POR POSTOS ADMINISTRATIVOS							
Posto	Censo pop. 1997			Censo pop. 2007			Diferença (%)
	População Masculina	População Femenina	Total	População Masculina	População Femenina	Total	
Bela-Vista	6,849	7,423	14,272	7,038	7,995	15,034	5.3%
Catembe N'sime	2,198	2,532	4,730	2,700	2,812	5,512	16.5%
Catuane	5,390	3,699	9,089	3,639	3,478	7,117	-21.6%
Machangulo	1,125	1,770	2,895	1,469	1,864	3,333	15.1%
Zitundo	2,110	2,065	4,175	3,172	2,998	6,170	47.7%
Total	21,371	13,790	35,161	18,018	19,147	37,166	5.7%

Fonte: (INE, 2007).

A população do distrito de Matutuine pertence majoritariamente a etnia Ronga, podendo ainda encontrar outras etnias, nomeadamente Nguni (ligados à família Zulo da

região do Natal e Suazi) Tsuas de Inhambane (localmente chamados de "Vatsua"), e os Changanas da Província de Gaza.

Gráfico 1 - Estrutura Etária da População do Distrito de Matutuíne



Fonte: INE, 2007

Os habitantes do Distrito de Matutuíne não se distribuem de forma homogênea por todo o território. O Posto Administrativo de Bela Vista contém 40,5% da população do distrito, seguido do Posto administrativo de Catuane com 19,14%, Catembe-Nsime com 14,8%, Zitundo com 16,60%, e por último Machangulo com 8,96% do total da população do distrito. Um exemplo de baixa densidade populacional é a que encontra-se na região a Sul da REM e entre o litoral e o Rio Futi, que é de 1,5 hab./Km².

De forma geral a área circundante à REM apresenta uma variedade de usos do solo, sendo experimentado por várias comunidades e concessionários. Estes incluem aspectos como: agricultura e pesca, atividade rural - gado e animais de caça, turismo, comércio e alojamento.

Tabela 2 - Concessões de Terra

Finalidade	Total de Pedidos (DINAGECA)	Área atribuída (Ha) (DINAGECA)	Total de Pedidos (SPGF)	Área Atribuída (Ha) (SPGC)
Agro-Pecuária	160	141,638.18	127	141,766.95
Pecuária	125	107,588.59	116	115,776.22
Turismo	65	11,922.96	79	14,691.72
Eco-Turismo	2	19,950.00	51	-
Fazenda de Bravio	2	10,600.00	51	-
Habituação e Agricultura	518	7,852.11	478	19,165.11
Agricultura	83	32,034.00	69	31,576.35
Outros	30	30,346.64	--	58,567.09
Total		361,873.34		381,543.00

Fonte: MAE, 2008

A maioria destas atividades ocorre ao longo do rio Maputo, mas algumas estão espalhadas ao longo da estrada de Ponta do Ouro - Salamanga com algumas iniciativas de alojamento perto das áreas centrais do turismo, como Ponta do Ouro e Ponta Malongane. A existência de população local no interior da REM embora que em número reduzido, é um problema que deve ser equacionado com cautela, de modo que se tome a melhor decisão possível. Embora o número de pessoas atualmente vivendo na reserva não se considere excessivo, seu impacto poderá vir a ser maior nos próximos anos dado o fator crescimento natural da população e o aumento das atividades extrativas e primárias.

4.2 O TURISMO NA RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO

4.2.1 Contexto do Turismo em Moçambique

Moçambique possui um potencial reconhecido para o desenvolvimento do turismo, com aproximadamente 2700 km de litoral tropical, biodiversidade de grande valor ecológico, incluindo espécies endêmicas e ainda patrimônio histórico cultural rico e diversificado. Numa perspectiva histórica segundo o PEDTM (2004), Moçambique foi considerado um dos destinos turísticos de primeira classe em África e este setor jogava um papel importante na economia do país.

Em 1973, Moçambique recebeu cerca de 400.000 turistas provenientes, principalmente da África do Sul, Zimbábue e Portugal. O turismo desenvolveu-se em torno de três temas de destaque, nomeadamente as praias, a fauna e o ambiente dinâmico oferecido pelos centros urbanos. Concentrava-se principalmente nas zonas sul e centro do país. As praias tropicais, as águas quentes e as oportunidades marcantes de pesca e passeios de barco eram únicos na África Austral.

O ambiente continental, a cozinha mediterrânea e as cidades cosmopolitas de Maputo e Beira constituíam uma componente importante da experiência turística. O produto faunístico encontrava-se muito desenvolvido e o Parque Nacional da Gorongosa era considerado uma das melhores reservas de animais da África Austral e a caça nas coutadas (áreas de caça) na zona centro possuíam padrão internacional.

Os prolongados conflitos armados que assolaram o país tiveram consequências graves na indústria turística do país, condenado-a a um período de paralisação quase total, até 1992 em que se assinaram os acordos de paz e a partir desse período o país atingiu estabilidade política e social permitindo que se reorganizasse gradualmente toda estrutura necessária para que o turismo voltasse a ser umas das atividades mais marcantes.

Conforme dados do MITUR (2008), entraram no país através das fronteiras da zona sul, cerca de 400.000 turistas. Atualmente o turismo corresponde apenas a 1,2% do PIB nacional, bem abaixo da média mundial de 10%, mas se encarado como um “recurso natural” renovável e sustentável e sendo objeto de correta gestão o turismo pode representar um valor a longo prazo maior do que muitos setores tradicionais da economia.

Desde o reinício da atividade turística em Moçambique, o país vem registrando um aumento gradual em termos de número de visitantes. Este número atingiu o volume mais

elevado em 2009, quando o país alcançou o recorde de cerca de dois milhões e quinhentos mil visitantes. No entanto em 2010 este número registrou uma queda substancial, passando para cerca de um milhão e oitocentos mil visitantes, como resultado do reflexo da crise financeira global. Em 2011 o número de visitantes se elevou, estabelecendo-se em cerca de 2 milhões de visitantes, mediante o esforço do governo em atrair visitantes do mercado regional que atualmente é dominado pela África de Sul. (DINATUR, 2012)

A mesma fonte aponta projeções para 2012 em que o número de visitantes deverá continuar aumentando, conforme as campanhas nacionais e internacionais de promoção de Moçambique como destino turístico privilegiados na região, e ainda pelo aumento da capacidade de hospedagem em quase todo o país.

O gráfico 2 ilustra o número de visitantes que o país recebeu de forma anual no período compreendido de 2004 a 2011. Pode-se observar que de 2004 a 2009 o número de visitantes cresceu gradualmente, em 2010 este ritmo de crescimento ficou reduzido, tendo retornado a subir em 2011.

Gráfico 2 - Fluxo de Visitantes em Moçambique



Fonte: DINATUR, 2012

Conforme os dados do gráfico 2 de 2004 a 2011, Moçambique recebeu cerca de 11.637.101 visitantes estrangeiros, cerca de 51% desse volume, correspondente a 5.934.922 eram provenientes da África do Sul, que atualmente representa o maior mercado emissor de

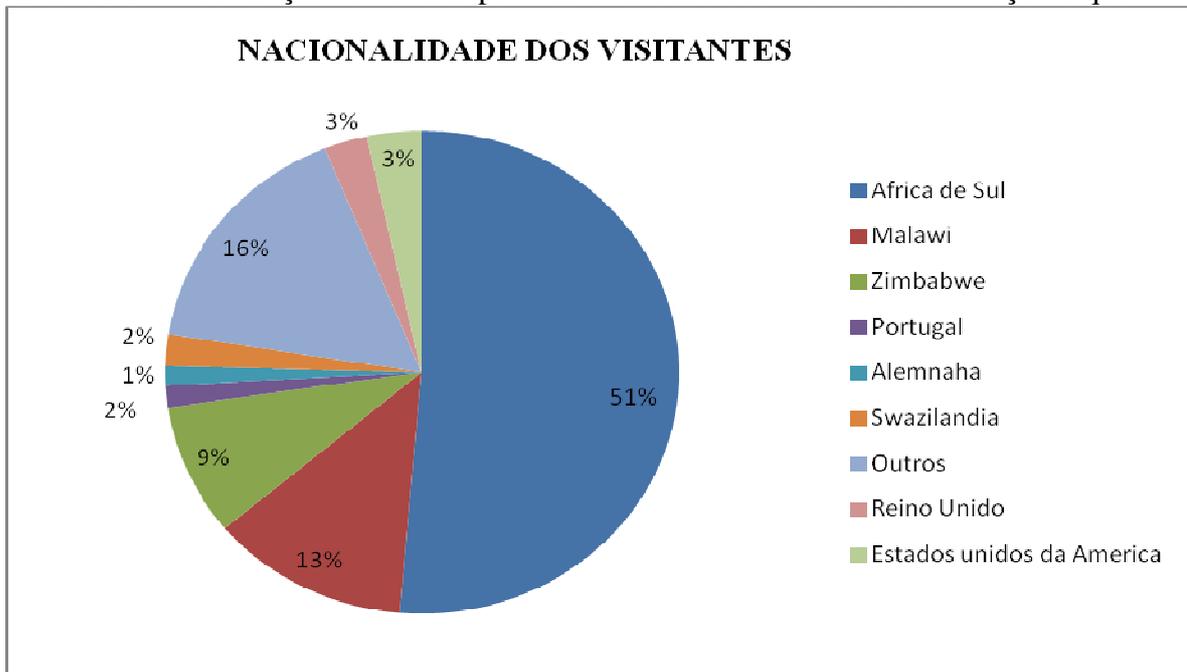
turistas para Moçambique. Em seguida segue-se o Malawi com 13% o que corresponde 1.512.823, o Zimbabwe com 9% o que corresponde a 1047339, os Estados Unidos e Reino Unido com 3% correspondente a 349.113 para cada país, Portugal e Alemanha com 2% correspondente a 232.742 para cada país e os restantes 16% refere-se a turistas de várias nacionalidades entre países europeus, asiáticos, Latino Americanos e Africanos.

Analisando os dados disponíveis nos gráficos 3 e 4 a seguir, pode-se observar que o maior mercado emissor de visitantes para Moçambique é o mercado regional da África Austral, onde a África do Sul, Zimbábue, o Malawi e o Reino da Suazilândia correspondem a mais de 75% dos visitantes em Moçambique.

No entanto, a visão de Moçambique é atualmente alargar a base do seu mercado para os países Europeus e os Estados Unidos da América, que atualmente representam apenas uma pequena parcela na emissão de visitantes, pouco mais de 9%. Para tal o país vem apostado na promoção de produtos específicos que possam atrair esse nicho específico, como são os casos do turismo de mergulhos e safáris nas áreas de conservação.

O gráfico 3 refere-se a distribuição percentual por nacionalidade dos visitantes que entraram em Moçambique no período compreendido entre 2004 a 2011.

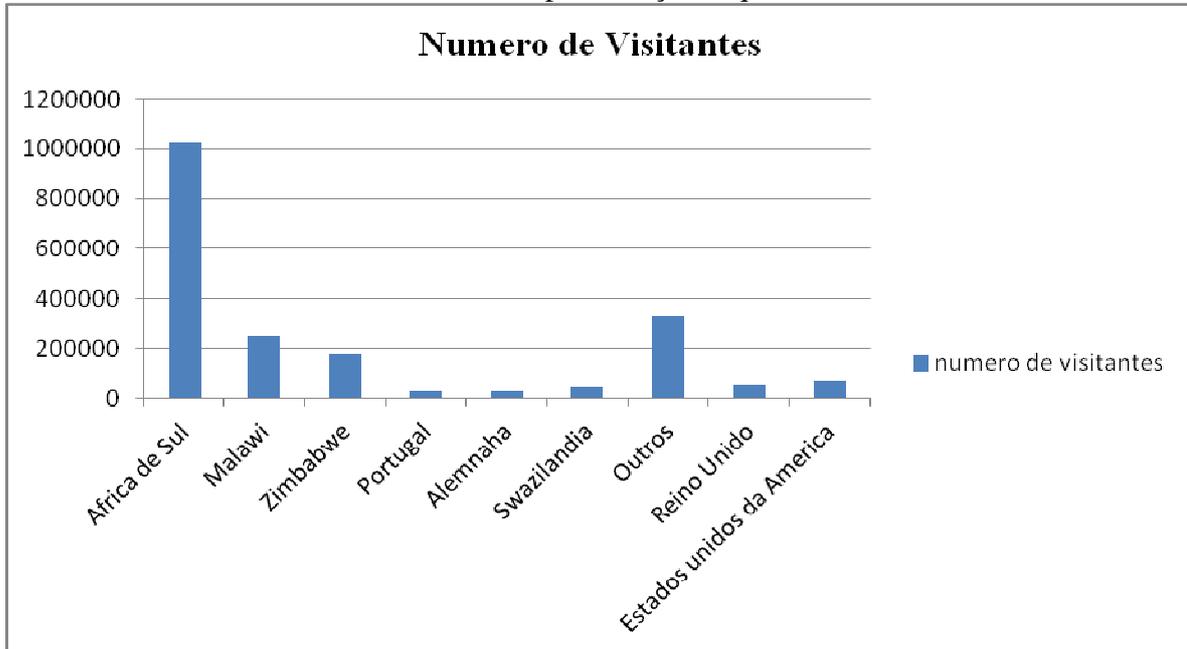
Gráfico 3 - Distribuição Percentual por Nacionalidade dos Visitantes em Moçambique



Fonte: DINATUR, 2012

O gráfico 4 refere-se ao número de visitantes por nacionalidade que visitaram Moçambique no período compreendido entre 2004 a 2011.

Gráfico 4 - Mercado Emissor de Turistas para Moçambique



Fonte: DINATUR, 2012

O setor de turismo em Moçambique atualmente tem características específicas que compreendem: estrutura pouco diversificada; maioria dos empreendimentos turísticos estão concentrado na zona costeira no sul do país, com exceção de algumas reservas naturais; a maior parte do investimento é estrangeiro; falta de regras claras e excesso de burocracia que tem gerado incertezas nos empreendedores do setor; forte dependência da importação devido à fraca produção nacional, tornando necessário importar grande parte dos bens e equipamentos o que torna Moçambique um destino caro.

O Turismo surge nesse período de recuperação econômica, como uma alternativa viável e sustentável de geração de emprego e renda para a população moçambicana. O potencial do país que incluem uma extensa linha de costa aliada a refúgios de vida selvagem tornam Moçambique um destino perfeito para os visitantes em busca de um safári na África combinado com um descanso em praias de beleza excepcional.

Esta visão deu origem ao conceito de roteiros ecoturísticos ligando a selva à praia, que foi inicialmente introduzido durante o plano integrado de desenvolvimento do turismo do parque transfronteiriço do grande Limpopo (GLTP), o conceito visa principalmente

estabelecer uma ligação entre os mais importantes atrativos ecoturísticos localizadas nas áreas de conservação de Moçambique até a região costeira do país.

O objetivo atual é expandir igualmente essa iniciativa de combinação de atrativos turísticos para outras regiões que apresentem tal potencial, como é o caso da província de Maputo promovendo, dessa forma, oportunidades econômicas através do fomento de investimentos na área do turismo nessas regiões.

Atualmente existem acordos firmados com países vizinhos que culminaram com o estabelecimento de três (3) áreas de conservação transfronteiriça envolvendo reservas e parques em Moçambique. O quadro 3 mostra a localização das áreas de conservação (entre parques nacionais, reservas nacionais e áreas de conservação transfronteiriça) distribuídas pelo País, ano de criação e a respectiva área ocupada.

Tabela 3 - Áreas de Conservação em Moçambique

PARQUES NACIONAIS			
Província	Designação	Ano de Criação	Área (km ²)
CABO DELGADO	Parque Nacional das Quirimbas	2002	7.500
SOFALA	Parque Nacional de Gorongosa	1960	3.770 (Área central) 1600 (Área tampão)
INHAMBANE	Parque Nacional de Zinave	1973	6.000
	Parque N. do Arquipélago de Bazaruto	1971	1.600
GAZA	Parque Nacional do Limpopo	2001	10.000
	Parque Nacional de Banhine	1973	7.000
RESRVAS NACIONAIS			
PROVÍNCIA	Designação	Ano de Criação	Área (km ²)
NIASSA	Reserva Nacional do Niassa	1964	Área central = 15.000 zona tampão = 17.000
ZAMBEZIA	Reserva Nacional de Gilé	1960	2.100

SOFALA	Reserva Especial de Marromeu	1960	1.500
MANICA	Reserva Nacional de Chimanimani	2000	7.500
INHAMBANE	Reserva Nacional de Pomene	1964	200
MAPUTO	Reserva Especial de Maputo	1960	700

Fonte: MITUR, 2004

Quadro 7 - Áreas de Conservação Transfronteiriça em Moçambique

ACTFs		
Localização	Designação	Áreas de conservação ACTF
Moçambique, África do Sul e Suazilândia	ACTF Lubombos	Reserva Especial de Maputo
Moçambique, África do Sul e Zimbabwe	ACTF Limpopo	Parque Nacional do Limpopo
Moçambique e Zimbabwe	ACTF Chimanimani	Reserva Nacional de Chimanimani

Fonte: MITUR, 2004

Com propósito de garantir o aproveitamento efetivo das oportunidades oferecidas pelo Turismo o Governo adotou a política do turismo que estabelece, dentre outros, os seguintes objetivos:

- a) Desenvolver e posicionar Moçambique como um destino turístico de classe mundial;
- b) Contribuir para a criação de emprego, crescimento econômico e para o alívio da pobreza;
- c) Desenvolver um turismo ambientalmente sustentável;
- d) Participar no desenvolvimento e proteção da biodiversidade;
- e) Preservar os valores culturais e orgulho nacional

De acordo com dados do MITUR (2008) a atividade turística em Moçambique encontra-se concentrada no sul do país, a cidade de Maputo e as províncias de Maputo, Gaza

e Inhambane detêm 50 % da capacidade total de estabelecimentos registrados e 65 % do total das camas, e em 2001 cerca de 60% das dormidas do país foram vendidas em Maputo-cidade. Nota-se que esta região tem beneficiado-níveis consideráveis de investimento público e detém a melhor infra-estrutura de todo o país.

O turismo de negócios encontra-se concentrado na cidade de Maputo, enquanto a província de Inhambane alberga o maior número de facilidades de acomodação para o lazer, correspondendo neste momento à zona do país que recebe maior número de turistas ligados ao lazer. Nos anos mais recentes, o desenvolvimento do turismo ao longo da zona costeira da região sul fugiu ao controlo e os governos provinciais decidiram tomar medidas para reverter a situação, criando uma plataforma para o crescimento sustentável do turismo.

A tabela que se segue mostra a distribuição dos equipamentos de alojamento distribuídos por cada província de Moçambique e sua respectiva capacidade.

Tabela 4 - Capacidade de Alojamento em Moçambique

PROVINCIA	NUM. DE ESTABEL.	QUARTOS	CAMAS
Niassa	43	574	702
Cabo Delgado	84	866	1.480
Nampula	169	2.023	2.923
Zambézia	124	1.289	1.718
Tete	40	568	875
Manica	53	769	1.088
Sofala	27	991	1.602
Inhambane	386	7.511	15.643
Gaza	21	303	565
Maputo Província	71	953	1.522
Maputo Cidade	157	5.072	10.142
Total	1.175	20.919	38.260

Fonte: DINATUR, 2012

O turismo de lazer se desenvolve em várias partes das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, os centros de desenvolvimento incluem as regiões de Ponta do Ouro e a Ponta Malongane para desportos aquáticos, Macaneta, Bilene e Xai Xai para turismo familiar e a zona costeira de Inhambane com uma mistura de todas as características já mencionadas.

Atualmente, a principal fonte de turistas para Moçambique é o mercado regional constituído por turistas africanos e os provenientes dos países vizinhos, por conseguinte, o mercado regional é responsável pela emissão da maioria dos turistas estrangeiros que entram em Moçambique.

Muitos desses turistas, normalmente usa seu próprio meio de transporte e em muitos casos também traz o seu próprio meio de alojamento (tendas de acampamento, barco, caravanas) assim como sua alimentação e bebidas. Gastos dos visitantes em Moçambique são ainda relativamente baixos na região. As receitas com turismo internacional são em média US\$250 per capita, quando a média no continente é de cerca de US\$404. Uma das razões deste nível baixo de receita é a baixa estadia média dos turistas que é de 2.3 dias, quando em Kenya por exemplo é de 8.4 dias (MITUR, 2008).

O desenvolvimento do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo irá proporcionar à zona sul do país oportunidades únicas para o desenvolvimento do turismo. O Parque Transfronteiriço inclui o parque nacional do Kruger na África do Sul, o parque nacional do Gonarezhou no Zimbábue e o Parque Nacional do Limpopo em Moçambique, e embora seja necessário esperar mais investimento até que o Parque Nacional do Limpopo esteja operacional para as várias possibilidades de turismo, existem já oportunidades para a zona de Massingir se ligar imediatamente ao Parque de Kruger, tirando proveito da popularidade e infra-estrutura deste. Outras oportunidades no eco-turismo são oferecidas pela Reserva Especial de Maputo e pela ACTF de Libombos no sul da província de Maputo.

De acordo com MITUR (2004), o norte do país pode designar-se como sendo a “joia do turismo” relativamente virgem de Moçambique. Aqui se encontra a rica história do passado da Ilha de Moçambique e do Ibo, a vida marinha e a beleza do que é provavelmente um dos mais lindos arquipélagos no mundo, o arquipélago das Quirimbas, a selva intacta e extensa da reserva do Niassa e a biodiversidade única do Lago Niassa. Todos estes fatores fornecem, quer em termos de qualidade, quer em termos de diversidade, uma experiência única de turismo.

A proposta de formação de uma ACTF entre a Reserva do Niassa e a do Selous na Tanzânia irá resultar numa das maiores e mais espetaculares experiências de fauna bravia em

África. A natureza fornece uma excelente base para o turismo, contudo, a região enfrenta dificuldades sérias em termos de acesso para e entre as diferentes zonas no norte e, durante estes últimos anos o turismo ainda não se desenvolveu de modo significativo (MITUR, 2004).

4.2.2 Contexto do Turismo na Reserva Especial de Maputo

Apesar do inegável potencial natural e cultural para o desenvolvimento do turismo, ao nível da REM o ecoturismo ainda se encontra em seus primeiros estágios. Um volume razoável de investimentos públicos e privados será necessário antes que sejam percebidos os efeitos econômicos positivos e duradouros do turismo na região.

Atualmente grande parte dos investimentos em turismo no Distrito de Matutuíne localizam-se nas povoações que se situam fora dos limites da REM, nomeadamente de ponta Malongane, ponta de Ouro e ponta Manoli, onde o turismo apresenta um certo nível de consolidação, configurando-se como um dos principais destinos turísticos na província de Maputo com pouco mais de 38 estâncias turísticas, segundo os dados fornecidos pelos Serviços Distritais de Atividades Economicas (SDAE).

Embora atualmente, seja pouco desenvolvida do ponto de vista turístico, a REM é considerada o coração do turismo no Distrito de Matutuíne, sendo parte da área de ACTF do Limbombo do lado de Moçambique, se beneficiou recentemente de um plano de desenvolvimento do turismo, que estabelece as principais diretrizes pelas quais o desenvolvimento do turismo na região deve se pautar.

O principal atrativo turístico são os elefantes e um conjunto de ecossistemas com alto valor de biodiversidade, onde se pode observar diversas espécies de flora, fauna, avifauna, herpetofauna e ichthyofauna. A existência de lindas praias em um ambiente costeiro paradisíaco confere à REM um enorme potencial pela possibilidade de diversificação das atividades turísticas, entre àquelas passíveis de se desenvolver em ambientes de sol e mar, assim como atividades em áreas de conservação.

Portanto, desenvolver o ecoturismo na REM a partir de um corredor ligando a selva à praia (e vice-versa) se estabelece como um potencial fator indutor do turismo na região e no país em geral. Ao longo de sua extensa e variada costa, há diversos tipos de praias arenosas de águas mornas e cristalinas, protegidas, onde se pode praticar várias modalidades de desporto aquático.

No interior do REM, a falta de infra-estrutura é compensada pela experiência única de se sentir isolado no meio da floresta em total contato com a natureza, em um ambiente rico em história natural e diversidade de ecossistemas, apropriados para caminhadas em trilhas ecológicas e observação da fauna.

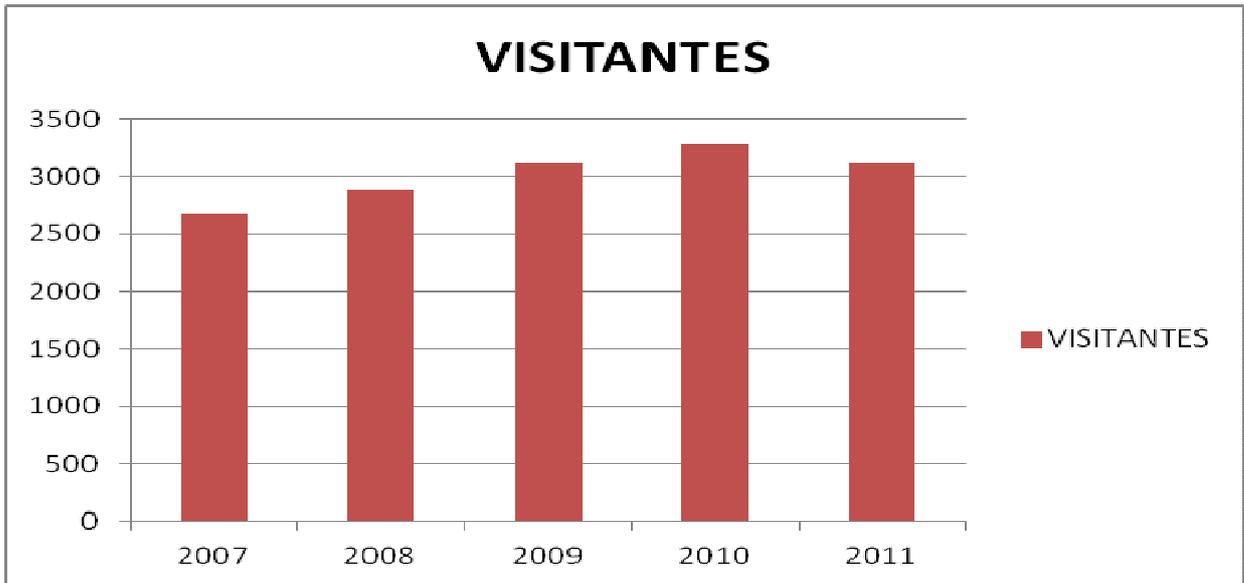
O projeto das Area de Conservação Transfronteira (ACTF) e o desenvolvimento do turismo representa a segunda etapa de várias fases de um processo a ser implementado durante os próximos 15/20 anos. O projeto foi concebido com base na primeira experiência de ACTF financiado pelo Fundo Global do Meio Ambiente (FGMA), que tinha como enfoque a capacitação institucional como forma de auxiliar Moçambique a capitalizar as suas oportunidades únicas de conservação da biodiversidade como base para o desenvolvimento do turismo em zonas rurais.

Desde o início das ações de revitalização da REM e a formação da ACTF do Lubombo, tem-se verificado um aumento considerável no número de visitantes. Contribuíram para esse aumento a abertura das estâncias turísticas comunitárias ao longo da zona tampão da reserva e ainda a reabertura do acampamento turístico de Milibangalala e conforme os registros disponíveis pela administração da REM de 2007 a 2011 alcançou cerca de 1.5093 visitantes.

Dados da REM mostram uma evolução em termos de entrada de visitantes desde 2007 quando registrou pouco mais de 2500, passando para pouco mais de 3000 visitantes em 2011. Acentuando que, o maior volume de visitantes observou-se em 2010 quando este número aproximou-se dos 3500 visitantes.

Projeções mostram que o número de visitantes deve aumentar substancialmente com abertura de mais acampamentos turísticos ao longo da zona costeira, e principalmente pela entrada em funcionamento de uma estância turística de nível internacional recentemente aprovada pelo governo de Moçambique no âmbito do Projeto Âncora⁴.

⁴ No âmbito de desenvolvimento do turismo em Moçambique, o projeto ancora surge pela necessidade de atrair projetos de qualidade internacional para as áreas prioritárias para investimentos em turismo em Moçambique

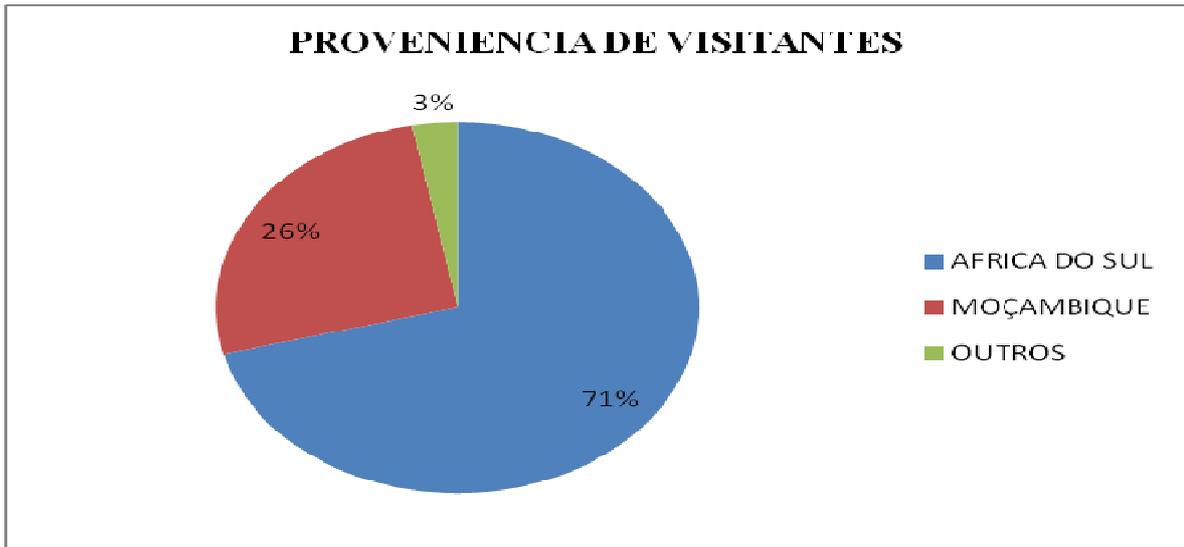
Gráfico 5 - Fluxo Anual de Visitantes na Reserva Especial de Maputo

Fonte: REM, 2012

Sabe-se que a procura pelos atrativos turísticos existentes na REM tem aumentado consideravelmente. Dados estatísticos disponíveis indicam que a maior percentagem de turistas que visitam o Distrito é proveniente da África do Sul, que representa cerca de 71% dos visitantes correspondente a aproximadamente 1.0716 visitantes, em seguida destaca-se os visitantes nacionais, impulsionados pelo aumento do turismo doméstico que representam cerca de 26% correspondente a aproximadamente 3924.

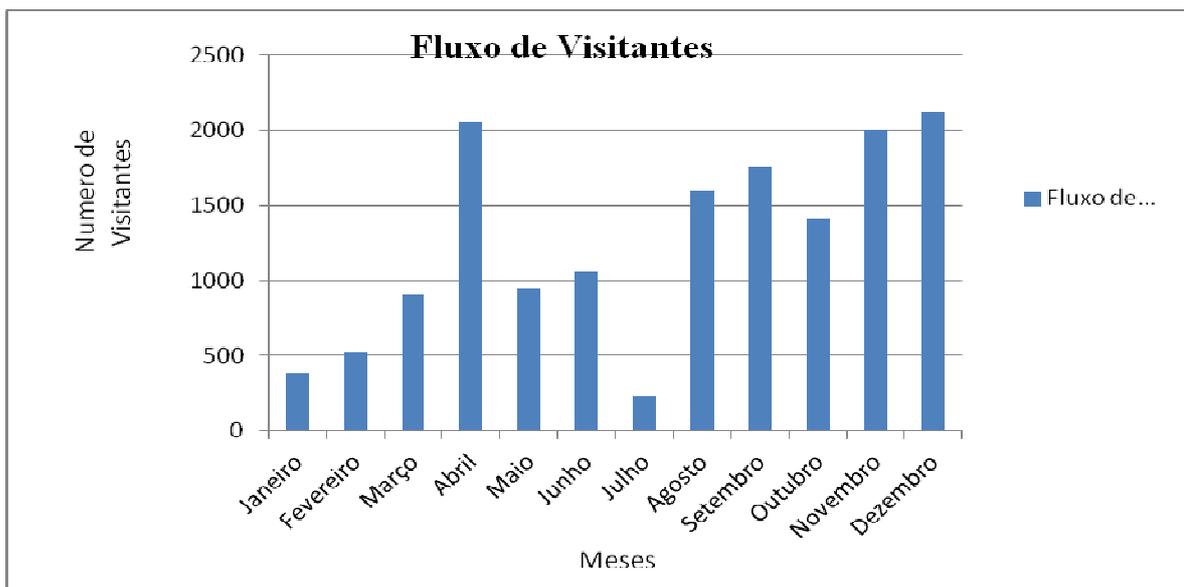
Embora de forma lenta, a REM têm sido visitada por turistas provenientes de países Europeus com destaque para o Reino Unido, Alemanha e França e ainda da Suazilândia que em conjunto representam os restantes 3% correspondente a cerca de 453 visitantes.

Com o lançamento de projetos de revitalização do turismo nesta região, onde se destaca o Projeto Âncora, que prevê a construção de “eco-estâncias” turísticas de classe internacional, acredita-se que o número de visitantes que a REM recebe irá aumentar consideravelmente. Outro aspecto que concorre para esse potencial aumento é a crescente demanda a nível internacional por produtos turísticos relacionados ao ecoturismo e a áreas de conservação no continente Africano.

Gráfico 6 - Distribuição por Origem dos Visitantes da Reserva Especial de Maputo

Fonte: REM, 2012

O gráfico abaixo demonstra a distribuição do fluxo de visitantes ao longo dos meses, sendo possível observar que os meses que maior procura pelos visitantes correspondem aos períodos referentes a abril, novembro e dezembro. Segundo informações apuradas esses períodos apresentam níveis mais elevados porque coincidem com período de férias escolares na África do Sul e ainda pelo período de páscoa. O período de menor fluxo correspondem aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março sendo o intervalo entre junho e julho o que apresenta o nível mais baixo em termos de visitantes, devido ao inverno.

Gráfico 7 - Fluxo de Visitantes Distribuídos Mensalmente

Fonte: REM, 2012

4.2.3 Zonas de Atração Turísticas na Reserva Especial de Maputo

As zonas turísticas foram, neste âmbito, definidas com base em trabalhos já efetuados que incluem o plano de uso da terra do Distrito de Matutuíne, plano de manejo da REM, o plano de desenvolvimento turístico da REM e corredor do Futi e o recentemente elaborado plano de ordenamento territorial. A apresentação destas zonas visa mostrar suas características específicas em termos de localização, o ambiente natural envolvente, os principais atrativos turísticos e ainda as atividades turísticas desenvolvidas.

Atualmente, constituem áreas de atração turísticas na REM, as regiões de Madjadjane e Gala, que possuem duas estâncias turísticas comunitárias em cada uma das regiões, respectivamente, e o acampamento turístico de Milibangalala na zona costeira da REM. As estâncias turísticas de Gala e Madjadjani são atualmente as únicas iniciativas privadas de base comunitária a explorar as possibilidades de ecoturismo dentro da REM.

No que tange ao ecoturismo pode-se considerar as seguintes tipologias como as mais representativas:

- **Turismo de Aventura** – que pode ser compreendido como uma série de atividades na qual um grupo de pessoas atua como protagonistas, desenvolvendo atividades participativas de menor ou maior intensidade, necessitando, no segundo caso, de equipamentos e serviços especializados. As atividades compreendem também incluir expedições em busca de lugares isolados de baixa densidade populacional, exigindo trabalho de equipe, na maioria das vezes, enquadram-se as seguintes atividades: surf e wind surf, mergulho autônomo livre, pesca desportiva, e veículos motorizados.
- **Turismo Rural** – Conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade, onde se destacam as seguintes atividades: artesanato, gastronomia típica, lazer e recreação.
- **Turismo Histórico-Cultural** – Conjunto de atividades turísticas que se desenvolve em função do patrimônio histórico-cultural e que permitem a observação da organização social do homem junto ao seu ambiente, retratando seus usos e costumes, tanto atual como de seus antepassados?, podem-se enumerar as seguintes práticas: apreciação de manifestações populares, visitas a sítios históricos e ainda visitas a sítios arqueológicos.
- **Turismo Técnico-Científico** – Conjunto de atividades que atrai grupos específicos de turistas que buscam o intercâmbio *in loco* de informações científicas e técnicas. Tem

como principais atividades: pesquisa e treinamento, visitas a sítios científicos, visitas técnicas a reservas de fauna e flora.

O conceito de safari oferece aos visitantes a possibilidade de contemplação da diversidade da vida selvagem da REM e os seus projetos de restauração e conservação. Oferece ainda uma comprovada experiência de safaris que permitem apreciar a diversidade da fauna bravia em expedições de safaris com interesses mais específicos como, por exemplo, as dedicadas a observação de pássaros, trilhas ecológicas, e passeios para lugares de valor socio-cultural da região. Esta experiência de safaris personalizados é conduzida por guias especializados para um máximo de catorze convidados e oferece íntimos e exclusivos safaris a pé apoiados por instalações concebidas para proporcionar comodidade.

São igualmente promovidos eventos de promoção da gastronomia local, onde os turistas podem apreciar diversos pratos típicos e tradicionais da região sul da província de Maputo. Promovem-se também ao nível das estâncias turísticas de Gala e Milibangalala alguns eventos de demonstração de manifestações folclóricas locais, com particular destaque para apresentações de grupos de canto e dança local.

Outra atividade explorada são os passeios de barco pelos lagos da região, onde é possível observar a curta distância da fauna lacustre local, onde se destacam os crocodilos do Nilo, os hipopótamos e ainda a avifauna. São igualmente oferecidos aos visitantes oportunidades de passeio pelas comunidades locais onde os mesmos podem ter contato direto com as populações nativas, apreciação de plantas medicinais endêmicas, e ainda visita a locais sagrados e de valor histórico-cultural.

De acordo com a administração da REM, esta região tem sido objeto de diversas pesquisas de universidades nacionais, assim como internacionais, pela sua localização no centro de endemismo de Maputaland, zona de diversidade biológica onde ocorrem várias espécies de fauna e flora endêmicas da região.

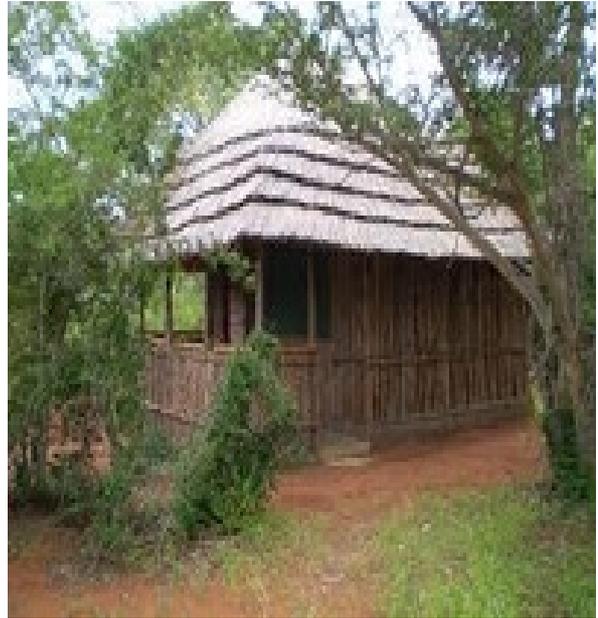
O Centro de Endemismo Maputaland engloba partes de Moçambique, África do Sul e Suazilândia e é internacionalmente reconhecido pelo seu valor ambiental.

Figura 14 - Vista parcial da estância turística Tinty Gala Lodge



Fonte: REM, 2012

Figura 15 - Vista parcial de alojamento rústico Madjagjani Community Lodge



Fonte: REM, 2012

A zona costeira de Milibangalala possui um acampamento turístico sob gestão da REM, esta região oferece possibilidades únicas de atividades eco-turísticas relacionadas com recursos de sol e mar. Possibilita excelentes condições para mergulho recreativo e snorkeling nos recifes de corais, ricos em biodiversidade marinha, onde se podem apreciar diversas espécies da fauna marinha de importância mundial, como baleias, tubarão baleia, golfinhos, tubarões, tartarugas marinhas e ainda raias jamanta. Estas atividades são exploradas por escolas de mergulho oriundas da região da ponta de ouro e algumas provenientes da África do Sul, não existindo nenhum operador turístico a nível local que ofereça a esse tipo de produto.

A existência de diversidade biológica marinha tem feito da pesca desportiva neste local outro importante fator de atração de visitantes que tem atraído tanto turistas estrangeiros, com particular destaque para turistas Sul Africanos, assim como nacionais, que encontram condições naturais favoráveis para o desenvolvimento desta atividade.

As praias da REM apresentam um potencial reconhecido para desenvolvimentos de desportos náuticos com particular destaque para vela, surf, wind surf, e a praia de Milibangala oferece ótimas condições para passeios de Jet Sky e kayaking, por apresentar águas relativamente calmas. Estas condições tem atraído principalmente visitantes europeus e sul africanos.

Figura 16 - Vista parcial do acampamento turístico de Milibangalala



Fonte: REM, 2012

Figura 17 - Turistas praticando pesca desportiva na praia de Milibangalala



Fonte: REM, 2012

A zona costeira da REM apresenta igualmente uma série de praias arenosas de águas cristalinas (Ponta Chemucane, Ponta Menbene, Ponta Milibangalala e Ponta Dobela), aliado ao clima tropical da região formam um forte atrativo turístico da região sul de Moçambique e que tem ganhado destaque a nível nacional e internacional fomentado pelo projeto da ACTF.

O Governo de Moçambique através do projeto “ancora” concessionou as pontas de Dobela (3 mil hectares) e Milibangalala (1.500 hectares), à companhia MdI-Mozaíco do Índigo S.A, para a construção de uma unidade hoteleira de cinco estrelas, ao longo da linha da costa e ainda 60 lodges residenciais no interior da REM , respectivamente.

Segundo o gestor da REM, no mesmo âmbito atribui-se a primeira concessão a comunidade local, a ser gerida pelas próprias comunidades, fazendo negócios turísticos que assegurem a sustentabilidade financeira para a conservação e desenvolvimento das áreas protegidas, estabelecendo assim bases para inclusão das comunidades no processo de desenvolvimento turístico da região.

Portanto, pelos aspetos acima considerados pode-se considerar que os elementos-chave competitivos em Moçambique e na REM em particular distinguem-se pela qualidade dos seus produtos de praia, pelo ambiente exótico, perfil cultural multifacetado e pela biodiversidade florestal e de vida selvagens. A REM é uma das poucas áreas de conservação que pode oferecer produtos assim diversificados de praia, ecoturismo e cultura.

O quadro 9 refere-se ao diagnóstico do turismo na Reserva Especial de Maputo, onde são apresentados as oportunidades, ameaças, forças e fraquezas. Este diagnóstico mostra de forma resumida os principais aspetos referentes ao desenvolvimento do turismo

Quadro 8 - Análise SWOT⁵ do Turismo na REM

<p><u>OPORTUNIDADES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Setor privado manifesta interesse no circuito Selva e Mar • Potencial para atrair público diverso (regional e internacional) • Fortalecimento da Parceria Público-Privado • Criação de pequenas e médias empresas locais • Geração de empregos para população local • Treinamento e assistência técnica aos projetos • Fortalecimento institucional das Instituições Governamentais • Melhoria em infraestrutura básica. • As praias são destinos conhecidos do mercado regional de Africa 	<p><u>FORÇAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Posição logística estratégica na fronteira com a África do Sul • Experiência mais “selvagem” e atrativos diferentes do Kruger • Excelente mercado de nicho: mergulho, pesca e birdwatching • Grande ênfase na divulgação da Área de Conservação Transfronteira • Circuito já faz parte das opções de algumas operadoras • Experiência cultural diversificada para mercados regional e internacional
<p><u>AMEAÇAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Tendência de redução na quantidade de fauna bravia • Infraestrutura deficiente ou inexistente na parte interna • Rede hoteleira quase inexistente na parte interna • Acesso deficiente (principalmente em dias de chuva) • Marketing externo pouco eficiente • Imagem do país abalada por guerra, doença, pobreza 	<p><u>FRAQUEZAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de regras mais claras para atrair setor privado estrangeiro • Falta de empreendedorismo local organizado • Pouca coordenação entre as diferentes esferas de governo (distrital, provincial e nacional) • Aumento da criminalidade • Crescimento desordenado do turismo na costa • Descuido com a conservação do Meio Ambiente • Dificuldades na gestão do processo de reassentamento • Cheias

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012

⁵A Análise SWOT ou Análise FOFA (em português) é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente, determinando as oportunidades, ameaças, forças e fraquezas).

Existe um consenso geral que a REM possui potencial para se afirmar como um dos principais destinos turísticos de Moçambique, porém, este potencial precisa se traduzir em produtos e serviços de qualidade aceitáveis. O principal obstáculo para o desenvolvimento do turismo na REM é , sem dúvida, a falta de investimento em infraestruturas básicas por parte do setor público, de modo a proporcionar condições para atração do investimento privado para o setor.

É igualmente necessário que se desenvolvam esforços no sentido de definir uma estratégia de marketing impactante tanto a nível regional, assim como internacional no sentido de mudar a imagem que ainda prevalece de Moçambique como um país instável e assolado por epidemias, visando aumentar as probabilidades de atração de mais investimento privado para o turismo.

Outro fator que pode representar uma ameaça aos esforços que se têm empreendido para construir uma plataforma consolidada do ecoturismo na REM é a tendência de aumento da caça furtiva que vem reduzindo de forma gradual o efetivo da fauna bravia, que constitui um dos principais atrativos turísticos para as áreas de conservação

4.3 CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO TURISMO NA RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO

O turismo é uma atividade que gera impactos sociais sobre as comunidades onde ele se estabelece. Atualmente vários estudos sobre destinação turística têm apontado que o sucesso dos destinos turísticos encontra-se condicionado a boa vontade dos moradores locais, seu apoio é essencial para o seu desenvolvimento, operação bem-sucedida, e sustentabilidade.

Apresenta-se em seguida a lista dos impactos sociais do ecoturismo na REM, a partir da percepção da comunidade residente, com o propósito para compreender de que forma os residentes locais tem percebido a importância social desta atividade.

A tabela 6 refere-se a faixa etária dos entrevistados. Conforme os dados obtidos observa-se que a maioria dos entrevistados é representada principalmente por pessoas adultas, com idade compreendida entre os 35 a 60 anos, que correspondente a cerca de 48.6% dos entrevistados. Segundo o gestor da REM este cenário resulta do fato da maior parte da população jovem optar por se deslocar para outras regiões, como por exemplo a vila de Bela Vista e cidade de Maputo com o objetivo de continuar os estudos e procurando melhores condições de vida.

Tabela 5 - Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Numero	Percentual
18 - 24	21	14.6 %
24 - 35	53	36.8 %
35 - 60	70	48.6%
TOTAL	144	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012

Quanto ao sexo dos entrevistados, a tabela 7 mostra que 38.2% são do sexo feminino e 61.8% do sexo masculino. Nota-se que o percentual dos entrevistados do sexo feminino constitui a maioria, que de acordo com explicações colhidas na área de estudo, este fato deve-se ao hábito de migração (iniciada no período colonial) dos homens para vizinha África de Sul onde geralmente trabalham nas minas e nas grandes plantações

Tabela 6 - Distribuição por Gênero dos Entrevistados

Sexo	Número	Percentual
Feminino	89	61.8%
Masculino	55	38.2%
TOTAL	144	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012

A percepção dos residentes da REM sobre a contribuição social do ecoturismo foi avaliada considerando o grau de concordância e discordância em relação aos benefícios gerados pelo turismo, e tendo se agrupado as variáveis da seguinte maneira :

- Melhoria da infra-estrutura local – Vias de acesso, fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água;
- Oportunidade de emprego e geração de renda – Geração de emprego, oportunidades de negócio, aumento de renda;
- Intercâmbio e valorização do patrimônio histórico cultural – valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural, oportunidade para intercâmbio cultural,

4.3.1 Melhoria da Infraestrutura Local

Em relação a melhoria das vias de acesso somente 34% dos entrevistados considerou que de algum modo o desenvolvimento do turismo trouxe algum tipo de benefícios, com ênfase para melhoria na transitabilidade da principal estrada que atravessa a REM. Deste percentual, 19% dos entrevistados considerou os benefícios gerados como poucos, 11% dos entrevistados opinou que os benefícios são relativos e apenas 4% dos entrevistados achou que o desenvolvimento do turismo na região proporciona muitos benefícios.

Foi possível constatar que a administração da REM tem desenvolvido um trabalho periódico de melhoria da principal via de acesso aos pontos de atração turística dentro da REM para facilitar o acesso destas zonas por parte dos visitantes. Essas vias de acesso acabam por beneficiar igualmente a população local que consegue movimentar os produtos agrícolas e outros bens com mais facilidade.

De acordo com constatações na área de estudo, foi possível verificar que o serviço de transporte de pessoas e bens dentro da REM também assistiu a uma ligeira melhoria,

apesar de continuar bastante precário, pois com os trabalhos de melhoramento das vias de acesso, surgiram pequenos proprietários de viaturas que passaram a dedicar-se ao transporte de pessoas e bens, tanto dos visitantes que pretendem deslocar-se no interior da REM, assim como para a população em geral que igualmente viu sua capacidade de deslocamento muito mais facilitada.

De acordo com os dados constatou-se que a maioria dos entrevistados, os restantes 66%, considerou que a atividade turística não trouxe nenhum contributo na melhoria das vias de acesso, portanto a comunidade não percebe qualquer tipo de benefício no que concerne a componente em análise, em função do desenvolvimento do turismo na região.

Ficou claro, que a maioria dos entrevistados que respondeu que o turismo não ocasiona nenhum benefício em relação ao item em análise reside em zonas distantes, isto é, fora de alcance das vias de acesso, que garantem o fluxo tanto de visitantes como da comunidade local.

No que se refere à melhoria no fornecimento de energia elétrica, apenas 21% dos entrevistados considerou que o desenvolvimento da atividade turística trouxe de alguma forma algum benefício nesse aspecto, sendo que 12% considerou os benefícios como sendo poucos, 7% considerou como benefícios relativos, e somente 2% considerou como muitos benefícios.

Constatou-se que os benefícios do turismo em relação a melhoria no fornecimento de energia elétrica são perceptíveis nas comunidades que se localizam junto a infra-estruturas existentes, como as estâncias turísticas e no edifício central da REM, pois o processo de eletrificação destas áreas permitiu igualmente que as comunidades circunvizinhas se beneficiasse deste serviço.

A maioria dos entrevistados, cerca de 79 %, considerou que o turismo não tem nenhum contributo no melhoramento do serviço de fornecimento de energia elétrica, portanto eles não veem qualquer relação entre o desenvolvimento do turismo na região e a melhoria na distribuição de energia elétrica.

Apesar do Governo de Moçambique ter implantado um projeto de instalação de rede elétrica na região como forma de dinamizar o turismo e as demais atividades na região, grande parte da população continua sem acesso a energia elétrica, isto porque as linhas de distribuição, de forma geral, ainda são pouco abrangentes. Concorrem igualmente para o baixo nível de cobertura o fato de a população local considerar as taxas cobradas para adesão do serviço como sendo elevadas para a sua condição de vida.

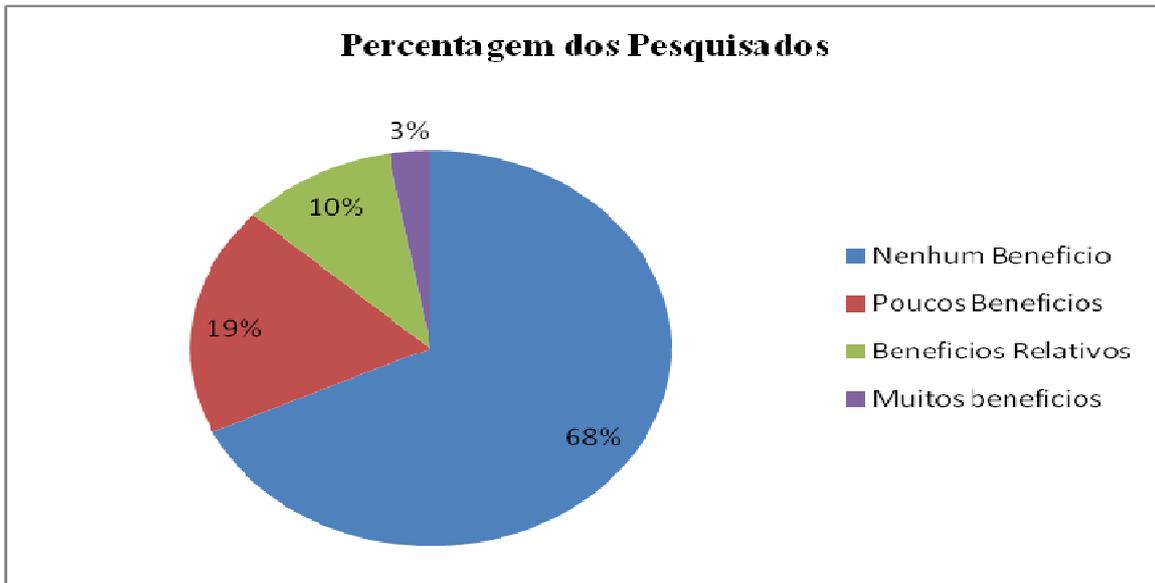
Em relação a componente de abastecimento de água, cerca de 11% dos entrevistados considerou que o desenvolvimento do turismo trouxe algum tipo de benefício ao fornecimento de água na região, sendo que 6% considerou os benefícios como poucos e 5% considerou os benefícios como relativos. Estes benefícios são apenas são perceptíveis somente nas comunidades circunzinhas de Gala e Madjadjane e ainda no edifício central da REM, onde existem sistemas particulares de captação de água que embora com restrições acabam também por beneficiar às comunidades.

Constatou-se que cerca de 89% dos entrevistados considerou que a atividade turística não trouxe qualquer tipo de benefício na componente de abastecimento de água para região, onde a população continua recorrendo as fontes naturais, como rios e lagoas para obtenção deste bem essencial à sobrevivência.

Há outros benefícios na melhoria de infraestruturas resultantes do desenvolvimento do turismo, embora com pouca significância, foram constatados em Gala onde a comunidade cita a construção de um posto de socorro com base no material local, a reabilitação da escola e a compra de carteiras.

De forma geral, no que concerne a melhoria de infra-estrutura local, constatou-se que cerca de 68% dos entrevistados considerou que o turismo não traz nenhum benefício, 19% dos entrevistados opinou que a atividade traz poucos benefícios, 10% dos entrevistados achou os benefícios como relativos e somente 3% dos entrevistados considerou que o turismo traz muitos benefícios. Conforme o gráfico abaixo, nota-se que a maioria dos entrevistados respondeu desfavoravelmente em relação aos benefícios sociais causados pelo turismo, e somente 32% considerou, que de alguma forma o turismo gera benefícios sociais nas comunidades residentes na REM.

Gráfico 8 - Percepção dos Pesquisados em Relação a Melhoria de Infra-estrutura



Fonte: Elaborado pelo autor, 2012

4.3.2 Oportunidade de Emprego e Geração de Renda

Em relação a oportunidades de emprego, cerca de 46% dos entrevistados considerou que o turismo de alguma forma gera benefícios no que concerne a oportunidades de emprego, sendo que 21% considerou como poucos benefícios, 16 considerou como benefícios relativos e somente 9% opinou como muitos benefícios. Os restantes 54% dos entrevistados considerou que o desenvolvimento da atividade turística em nada tem trazido benefícios no que concerne a oportunidades de emprego.

No que diz respeito a oferta de emprego direto, os empreendimentos turísticos de Gala e Madjadjane empregam um total de 17 trabalhadores, dos quais cerca de 60% das vagas são ocupadas por mulheres e 40% é representada por trabalhadores do sexo masculino, todos de nacionalidade moçambicana, recrutados ao nível das comunidades locais.

Analisando a oferta de emprego direto disponibilizado pelas estâncias turísticas da região pode-se considerar de pouco relevante o seu efeito. Pouco se faz sentir na comunidade. Por exemplo, as vagas disponíveis para emprego cobrem apenas uma parte insignificante dos agregados familiares, nível baixo quando comparados aos projetos turísticos de Dzanga-Sangha na República Centro Africana, que conseguiu oferecer emprego e salário regular a 53% dos homens desta comunidade em vários trabalhos, e ao projeto de Umngazi, que ofereceu emprego a 112 trabalhadores permanentes (MAHONY, ZYL 2002, p. 91).

Outras formas de emprego que o turismo tem proporcionado aos membros da comunidade local relacionam-se com atividades ligadas à construção e manutenção das infraestruturas (estâncias e acampamentos turísticos), como guias dos turistas, fornecedores de produtos agropecuários, embora em uma escala bastante reduzida e pouco estruturada e ainda como produtores de peças de artesanato.

Comparando o nível de relacionamento entre as comunidades e o setor do turismo com outras comunidades da África Austral, que vivenciam o mesmo tipo de experiência, no que se refere ao fornecimento de produtos agropecuários, nota-se que as comunidades da REM possuem um nível baixo, a exemplo de programas de turismo comunitário na Suazilândia e África do Sul, onde o turismo criou condições para aparecimento de pequenos negócios que servem de ligação entre a estância e a comunidade.

Nestes casos formam estabelecidas ligações entre o lodges e as empresas locais para o fornecimento de produtos como frutas, vegetais, peixe e produtos de artesanato e por sua vez a estância fornece informações, sementes para agricultura e matéria-prima aos artesãos.

Alguns membros da comunidade se beneficiaram de treinamento e capacitação, de modo a aproveitar várias oportunidades associadas ao desenvolvimento do turismo. Foram estabelecidos grupos de interesse que beneficiaram de formações nas áreas de turismo, apicultura e de artesanato. O responsável pelo Comitê de Gestão dos Recursos Naturais deu exemplo de membros da comunidade que se deslocaram a ponta D' Ouro, ponta Malongane (destinos consolidados de turismo em Moçambique) e ainda para Namíbia para receber treinamento na área do turismo.

Em relação ao aumento de renda na comunidade, cerca de 42% dos entrevistados considera que de algum modo a atividade turística tem vindo a incrementar o nível de renda ao nível da comunidade, sendo que 21% considerou os benefícios como poucos, 12% considerou os benefícios como sendo relativos e somente 9% considerou os benefícios como sendo muitos. Os restantes 58% não vem qualquer benefício em termos de aumento de renda como resultado do aparecimento e desenvolvimento da atividade turística na região.

De acordo com a administração da REM a comunidade tem recebido anualmente 20% do valor total das arrecadações resultantes da exploração dos recursos naturais por parte dos operadores turísticos, conforme o estabelecido pela lei de Florestas e Fauna Bravia. Este valor é disponibilizado às comunidades no final de cada ano de exploração, ficando sob responsabilidade da comunidade decidir sobre sua aplicação.

Assim, com o desenvolvimento da atividade turística na região e consequentemente com aumento no número de visitantes o valor disponibilizado para as comunidades tende a aumentar, e de acordo com outras fontes esse valor tem sido usado na maioria de algumas infra-estruturas sociais como escolas e postos de saúde.

Em relação a oportunidades de negócios, cerca de 71% dos entrevistados considerou que o turismo de alguma forma gera benefícios na componente em análise, sendo que 32% considerou como poucos benefícios; 22% considerou como benefícios relativos e somente 17% considerou como muitos benefícios. Os 39% dos entrevistados considerou que o desenvolvimento da atividade turística em geral não gera nenhum benefício REM relação ao item em análise.

Nota-se que o turismo na região, despertou atenção nas comunidades locais sobre a possibilidade de desenvolver algumas atividades comerciais, de forma a aproveitar a demanda por produtos de primeira necessidade que surgiu como resultado do aumento dos visitantes, assim assiste-se o surgimento de pequenos estabelecimentos comerciais pertencentes às comunidades.

De acordo com residentes locais os turistas que visitam a REM constitui seu maior volume de clientes, tendo optado por esta atividade como resultado do aumento gradual de visitantes da REM. Foi possível apurar igualmente que os meses de maior fluxo de visitantes constitui da mesma forma o período de maior faturamento dos estabelecimentos comerciais que operam na área de estudo, fato que demonstra a importância da atividade turística para incremento do comércio local.

Figura 18 - Estabelecimentos Comerciais na Reserva Especial de Maputo



Fonte: REM, 2012

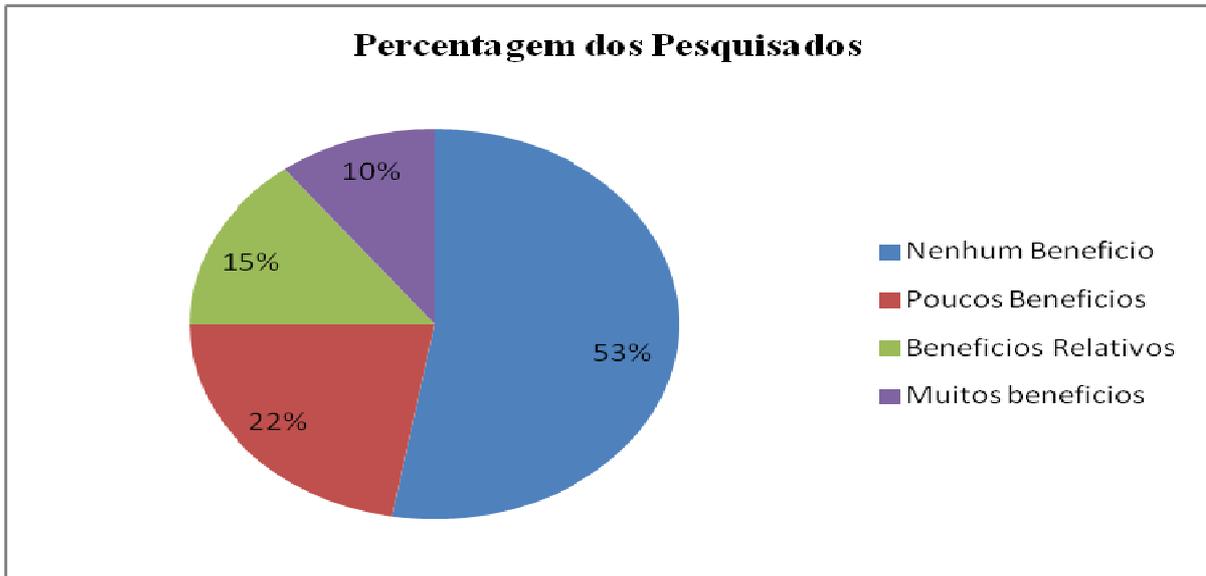
Apesar de ainda ser á um nível baixo, como já foi referenciado anteriormente, parte da comunidade encontra nas estâncias turísticas o mercado para colocação de alguns produtos agrícolas, o que tem contribuído para aumento da renda familiar a nível local. Outra oportunidade de negócio para a comunidade, impulsionada pelo turismo, é a possibilidade que a mesma possui de realizar exposição dos produtos de artesanato, exibir as suas danças para que sejam apreciadas pelos visitantes, e colocação do mel à disposição dos visitantes, devendo os expositores desembolsar uma taxa 10% por cada produto vendido a estância turística.

Figura 19 - Stand de Venda de Artesanato



Fonte: REM, 2012

De forma geral, quando inquiridos em relação aos benefícios da atividade turística na geração de emprego e aumento de renda, cerca de 53% dos entrevistados considerou que o turismo não traz benefício algum, 22 % dos entrevistados opinou que a atividade traz poucos benefícios, 15% dos entrevistados achou os benefícios como relativos e somente 10% dos entrevistados considerou que o turismo traz muitos benefícios. Conforme o gráfico 9, nota-se que a maioria dos entrevistados, cerca de 53% respondeu que o turismo não traz nenhum benefício no que se refere a componente em análise, os restantes 47% considera que de alguma forma o turismo gera benefícios na geração de emprego e aumento de renda nas comunidades locais.

Gráfico 9 - Percepção dos Pesquisados em Relação a Geração de Emprego e Renda

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012

4.3.3 Intercâmbio e Valorização do Patrimônio Histórico-cultural.

Em relação a valorização e preservação do patrimônio cultural constatou-se que 75% dos entrevistados considerou que o turismo não induz nenhum tipo de benefício. Apenas 25% considerou que de algum modo, a atividade turística tem gerado benefícios a valorização do patrimônio histórico-cultural das comunidades da REM, sendo que 16 % considerou os benefícios como sendo poucos, 7% considerou os benefícios como sendo relativos e somente 2 % considerou os benefícios como sendo muitos.

No que concerne aos benefícios notou-se que alguns lugares considerados como sagrados pela comunidade local e de importância histórica e social tem sido alvo de ações, conservação financiadas pelos operadores de turismo na região, principalmente, em lugares onde geralmente são realizadas cerimônias tradicionais como forma de favorecer a visitação por turistas interessados em ter mais conhecimentos dos aspectos culturais da região.

Foi possível constatar que algumas danças folclóricas que se encontravam pouco difundidas ou quase esquecidas passaram a ser difundidas com mais frequência, tornando-se uma das principais atrações turísticas da região. A valorização da gastronomia local outrora remetida ao esquecimento resurge agora como uma das principais atrações nos lodges comunitários, atraindo turistas de vários cantos de mundo.

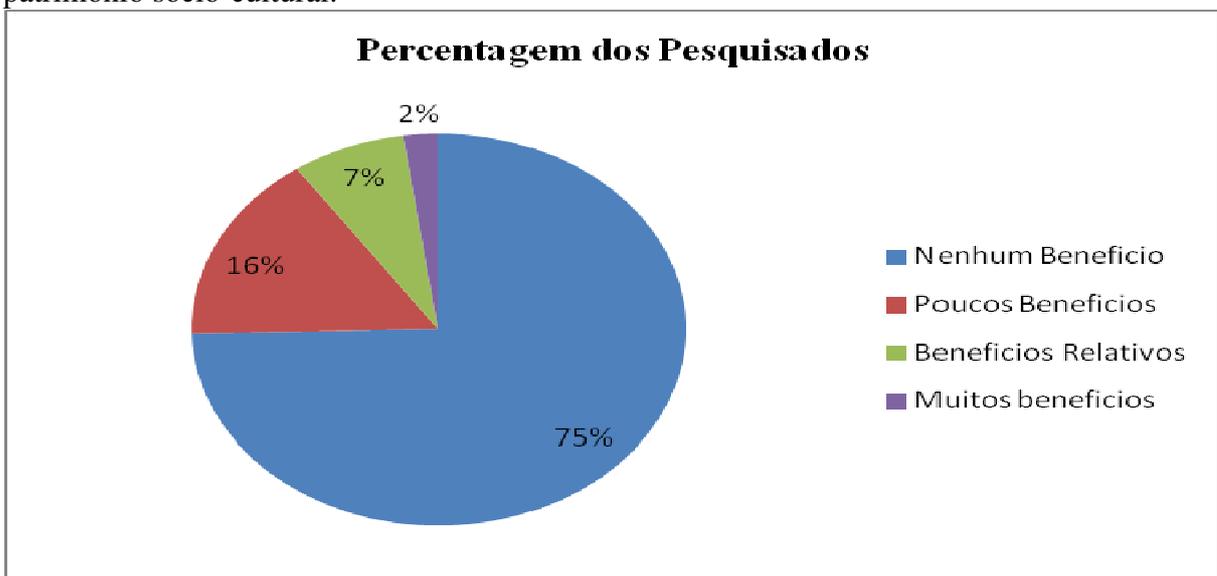
Em relação ao intercâmbio cultural constatou-se que 83% dos entrevistados considerou que o turismo não traz nenhum tipo de benefício. Apenas 17% considerou que de

algum modo a atividade turística gera beneficiado em relação a oportunidade de intercâmbio cultural na REM, sendo que 11 % considerou os benefícios como poucos e 6% considerou como benefícios somente relativos.

Embora pouco reconhecido pelos membros da comunidade o intercâmbio entre residentes locais e visitantes representa um outro benefício social para as comunidades, pois permite que estes possam interagir com outras culturas e aprender mais sobre as culturas estrangeiras, ao mesmo tempo que divulgam os seus próprios hábitos e costumes para os visitantes. A procura de souvenirs por parte dos visitantes é um fator que contribui para a valorização do artesanato local, que passa a ser mais difundido e despertando no seio da comunidade a necessidade de preservação desses valores culturais.

De forma geral, quanto aos benefícios do turismo na componente intercâmbio cultural e valorização do patrimônio sócio-cultural , cerca de 75% dos entrevistados considerou que o turismo não traz nenhum benefício social para comunidade, apenas 25% considerou que esta atividade traz algum tipo de benefício, deste percentual 16% considera que a atividade traz benefícios relativos e apenas 7% consideram que o turismo proporciona muitos benefícios sociais as comunidades locais.

Gráfico 10 - Percepção dos Pesquisados em relação ao intercambio e valorização do patrimonio sócio-cultural.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2012

Se por um lado a comunidade local reconhece alguns benefícios sociais que surgem em função do desenvolvimento do turismo como novas oportunidades de trabalho,

geração de renda, valorização sociocultural e conseqüente manutenção dos valores da comunidade, proporcionando a seus moradores um sentimento de pertença à localidade, melhoria da infra-estrutura local aumento na geração de renda, por outro lado, observou-se ainda com pouca intensidade, que esta atividade apresenta alguns impactos e custos sociais negativos, onde destacam-se ameaça ao estilo de vida e aos hábitos tradicionais da comunidade e ainda aumento de preço de alguns bens de consumo.

O efeito demonstração e o efeito imitação do modelo de consumo do turista, como resultado da adoção como referência para a comunidade visitada, em particular a população jovem que passa a adotar comportamentos antes desconhecidos localmente e que contrastam com a realidade local. Este fato é mas notório nos jovem que tem contato direto com os visitantes, no momento em que se dedicam a prestação de serviços aos mesmos.

O turismo pode ter um papel muito importante na preservação da herança cultural e, em alguns casos, até mesmo no resgate desse patrimônio. O interesse que o turista demonstra pela história e pela riqueza cultural de um país provoca um efeito importante na conservação de seus movimentos históricos, das suas obras de arte e do seu passado.

O produto cultura, a partir do momento em que expressa um valor econômico em razão da existência da demanda turística, assume todas as formas possíveis de um produto de mercado. Observou-se que os aspetos culturais da comunidade reconhecido seu valor como atrativo turístico, predispõe a convertê-lo em produto exclusivamente para mercado.

4.4 CONTRIBUIÇÃO AMBIENTAL DO TURISMO NA RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO

Nesta etapa foi avaliada a percepção dos residentes da REM sobre a contribuição ambiental do ecoturismo, para tal foi considerado o grau de concordância e discordância em relação aos benefícios gerados pelo turismo nos aspectos relacionados à disseminação de campanhas de educação ambiental, ampliação de financiamento de projetos de conservação ambiental e aumento da capacidade de fiscalização.

4.4.1 Ampliação do Financiamento de Projetos de Preservação Ambiental

Em relação a componente ampliação do financiamento de projetos de preservação ambiental, foi possível apurar que cerca de 67% dos entrevistados considerou que de algum modo o turismo tem trazido benefícios, sendo que 26% considerou como pouco benefícios, 28% considerou como benefícios relativos e 13% considerou muitos benefícios. Do número total dos entrevistados 33% considerou que o turismo não tem trazido nenhum benefício no que concerne a preservação ambiental.

Em relação aos benefícios, constatou-se que a administração da REM, em parceria com os operados turísticos tem desenvolvido alguns projetos nas comunidades de modo a diversificar os meios de subsistência tradicionais das comunidades, com particular ênfase para agricultura, caça e produção de carvão. Pela sua natureza essas atividades se desenvolvem num contexto que implica a uso dos recursos naturais, e muitas vezes atinge proporções alarmantes pelos danos ambientais decorrentes dessas práticas.

Foram elaborados projetos voltados para apicultura, artesanato e avicultura, de forma a fornecer mais alternativas de sobrevivência para as comunidades. Estudos recentes apontaram que as principais causas dos problemas ambientais mais frequentes como a desertificação, queimadas descontroladas e ainda extinção de espécies faunísticas, estão diretamente associadas ao desenvolvimento de práticas de subsistência acima mencionadas.

Segundo apurou-se desde o início destes projetos tem-se verificado a redução na incidência desses problemas ambientais, principalmente em relação a queimadas descontroladas, que ocorriam em detrimentos da caça, e ainda da desertificação onde extensas áreas eram desbravadas para fornecer material lenhoso para os produtores do carvão vegetal.

Vale salientar que estes projetos foram instalados nas comunidades junto as estâncias turísticas de modo a garantir mercado para os produtos produzidos no local. Com o aumento da atividade turística acredita-se que este programa poderá ser alargado para outras localidades ampliando a sua abrangência.

4.4.2 Disseminação de Campanhas de Educação Ambiental

Em relação aos benefícios do turismo na disseminação de campanhas de educação ambiental ao nível das comunidades, 63% dos entrevistados considerou que a atividade turística de alguma forma tem gerado benefícios neste aspecto. Sendo que 34% considerou os benefícios como poucos, 22% considerou os benefícios como relativos e 17% considerou como muitos benefícios. Do total dos entrevistados 37% considerou não perceber nenhum benefício que o surgimento do turismo tenha gerado em relação à matéria.

Conforme apurado no local, várias campanhas de educação ambiental têm sido promovidas entre os operadores turísticos em parceria com a administração da REM, com vista a incrementar o nível de consciencialização da população local sobre as práticas mas corretas do uso dos recursos naturais, por forma a evitar problemas no meio ambiente natural na REM. As campanhas visam essencialmente temas ligados a queimadas descontroladas, desflorestamento, e caça furtiva, por estes serem reconhecidos como problemas ambientais mais notórios na região.

Os projetos de educação ambiental comunitários incluem a formação em educação turística e ambiental para os membros da comunidade, para os guias turísticos e inclui ainda pesquisa e proteção das tartarugas marinhas promovendo alternativas econômicas à caça da tartaruga, desenvolvimento agrícola de produtos como verduras e outros vegetais que possam ser fornecidos aos empreendimentos.

Ao longo da zona costeira tem-se desenvolvido campanhas de educação ambiental específica para o problema da erosão dos solos que se agrava em virtude da retirada do material vegetal destas formações e sobre a proteção de espécies marinhas ameaçadas de extinção, com destaque para as tartarugas marinhas, visto que a região costeira da REM é tida como uma região de referência na reprodução desta espécie ameaçada de extinção. Em

relação a proteção faunística são igualmente proferidas palestras sobre a convenção às CITES⁶, de qual Moçambique é signatário.

4.4.3 Aumento da Capacidade de Fiscalização e Incentivos a Proteção Ambiental

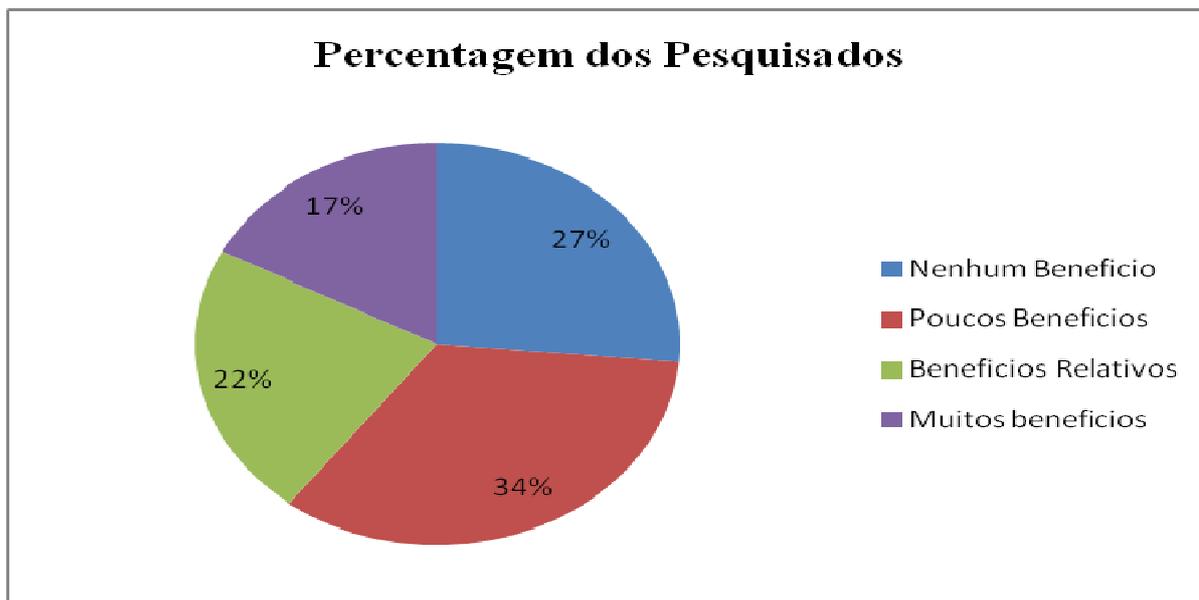
Em relação aos benefícios do turismo no que se refere ao aumento da capacidade de fiscalização e incentivos a proteção ambiental, 67% dos entrevistados considerou que a atividade turística de alguma forma tem gerado benefícios neste aspecto sendo que 31% considerou os benefícios como poucos, 26% considerou como benefícios relativos e 10% considerou como muitos benefícios. Do total dos entrevistados, 33% considerou não perceber qualquer tipo de benefício do desenvolvimento do turismo em relação a componente em análise.

Constatou-se que com o evoluir da atividade turística na região, a capacidade de fiscalização também obteve melhorias significativas, tanto ao nível de recursos materias como ao nível de recursos humanos. Ao mesmo tempo, as comunidades organizam um comitê de gestão dos recursos naturais na região, em que uma das suas principais atribuições é fiscalizar o uso dos recursos naturais que ali predominam.

Segundo apurou-se, o comitê de gestão dos recursos naturais recebe auxílio para o funcionamento dos operadores de turismo da região, contribuindo igualmente na conservação dos ecossistemas, que constituem o principal atrativo turístico. Uma outra forma de incentivo a fiscalização dos recursos naturais é a disponibilização para comunidade local dos 20% do total das receitas proveniente da exploração dos recursos, que é cedido anualmente tanto pelos operadores da região assim como pela administração da REM.

De forma geral, em relação a contribuição ambiental do ecoturismo na REM, apurou-se que a maioria dos entrevistados, cerca de 63% considerou que o desenvolvimento da atividade turística tem trazido benefícios, sendo que 34% considerou como poucos benefícios, 22% considerou como benefícios relativos e 17% considerou como muitos benefícios. Do universo dos entrevistados somente 27% considerou que o turismo não tem trazido qualquer tipo de benefícios na componente de preservação ambiental.

⁶ Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, firmada em Washington, a 3 de março de 1973.

Gráfico 11 - Percepção dos Pesquisados em Relação aos Benefícios Ambientais do Turismo

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012

Não obstante observa-se que o ecoturismo, traz de algum modo, benefícios ambientais na REM, sendo possível constatar que a atividade também tem gerado alguns problemas ambientais, embora estes possam ser considerados pouco relevantes, pelo estágio inicial do desenvolvimento do turismo na região, no entanto é necessário que se tomem medidas de forma a controlar tais problemas, sob risco deles evoluírem atingindo estágios alarmantes.

Foram identificados problemas ambientais como, destruição da vegetação nas dunas e aceleração da erosão como resultado da condução de veículos motorizados com destaques para Quad Bikes, bastante usadas pelos visitantes, poluição sonora pela utilização de veículos motorizados, aumento da produção de resíduos sólidos, principalmente junto as unidades de alojamento, devido ao aumento gradual de visitantes; perturbação do hábito de reprodução e matança de animais, principalmente ao longo da zona costeira, com destaque para as tartarugas marinhas como resultado da condução ao longo da praia; extração ilegal de recursos naturais por parte de alguns visitantes que se aproveitam da deficiente fiscalização e ainda focos de poluição nos rios e lagos causados por objetos usados pelos visitantes.

4.4 Implicações Gerenciais

Com os resultados da pesquisa, espera-se que a administração da REM, promova de forma articulada maior participação das comunidades locais no processo de tomada de decisão sobre o processo de turistificação da REM, contribuindo para aprofundar as ligações entre a comunidade residente e as possibilidades criadas pelo turismo na região por forma a estabelecer bases para melhorar a vida dos residentes.

A gestão da REM, pode intervir de modo a garantir maior acessibilidade aos benefícios sociais gerados pelo turismo, uma vez que atualmente esses benefícios possuem uma abrangência bastante reduzida, limitando-se quando possível as comunidades que residem nas zonas circunvizinhas as infra-estruturas existentes, deixando de fora maior parte da comunidade residente, que igualmente necessita desses benefícios.

Em relação as questões ambientais verificados na REM, a gestão deve apoiar e colaborar e desenvolver programas ambientais, estudos e pesquisas científicas sobre flora, fauna, endemismos, dinâmica dos ecossistemas, efeitos da fragmentação e redução dos habitats e técnicas para a recuperação de áreas degradadas, entre muitos outros, para aprofundar o conhecimento sobre a região e ainda mapear dos diferentes fatores de concorrem para degradação ambiental.

A gestão da REM pode incentivar nos demais órgãos oficiais e privados para promover a implantação de equipamentos turísticos ambientalmente responsáveis que concorram para a promoção do desenvolvimento sócio-económico da região e simultaneamente causem menos impactos possível e contribuam para a proteção ambiental, seja para restauração de danos ao meio ambiente causados pelas diversas atividades económicas.

No âmbito do potencial existente para o desenvolvimento do ecoturismo, a gestão da REM em parceria com outras instituições ligadas ao turismo em Moçambique, devem procurar estabelecer políticas de marketing focadas para o mercado europeu e norte americano, com o propósito de atrair visitantes desses mercados e por conseguinte aumentar os benefícios sócio-ambiental a nível local.

E necessário que a gestão da REM idealize em parceria com outras instituições públicas um centro de atendimento ao turismo, por forma a coordenar todas as atividades recreativas que se desenvolvem na região e adéqua-las ao conceito de ecoturismo conforme o estabelecido na política nacional do turismo.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusão

Os impactos do desenvolvimento do ecoturismo em áreas protegidas tem sido objeto de estudos e análises por diversos pesquisadores, pela necessidade de se compreender qual a implicação desses impactos sobre o meio, inseridos no contexto de desenvolvimento sustentável. Percebe-se que as análises que identificam as contribuições do ecoturismo, na percepção das comunidades locais, com objetivo de propor medidas amenizadoras ou formas de uso baseado na sustentabilidade dos recursos naturais, da cultura local e inclusão da população local são de extrema importância para que de fato ocorram mudanças ao atual modelo de uso dos recursos naturais e garantam o sucesso da destinação.

Neste sentido, o presente estudo identificou os principais contributos sócio-ambientais do ecoturismo a partir da percepção das comunidades residentes na Reserva Especial de Maputo, com ênfase para os tópicos relacionados a melhoria da infra-estrutura local, oportunidades de emprego e aumento de renda, oportunidade de intercâmbio cultural e valorização do patrimônio histórico-cultural, ampliação do financiamento de projetos de preservação ambiental, disseminação de campanhas de educação ambiental e ainda o aumento da capacidade de fiscalização e ainda incentivos à proteção ambiental.

Moçambique possui um potencial reconhecido para o desenvolvimento do turismo, com cerca de 2700 km de litoral tropical, biodiversidade de grande valor ecológico, incluindo espécies endêmicas e ainda patrimônio histórico cultural rico e diversificado. O turismo desenvolveu-se em torno de três temas de destaque nomeadamente as praias, a fauna bravia e o ambiente dinâmico oferecido pelos centros urbanos que concentrava-se, principalmente, nas zonas sul e centro do país.

Pelo seu valor ecológico, as áreas de proteção ambiental em Moçambique, sobretudo àquelas que se localizam junto a zonas costeiras, guardam muitos dos maiores atrativos do ecoturismo do país. Esses atrativos podem se constituir de apenas uma, ou de uma combinação de espécies raras da flora ou da fauna, de uma vida silvestre abundante, de altos índices de diversidade de espécies, de formações geomorfológicas incomuns, ou de manifestações culturais históricas ou atuais singulares.

A REM configura-se como um dos proeminentes destinos turísticos de Moçambique, devido ao grande potencial turístico, baseado na associação das atividades sol e

mar e o turismo de natureza. Apesar de reconhecido o potencial desta região, o turismo encontra-se nos seus primeiros estágios de evolução, necessitando tanto de investimento público assim como privado, de forma a tornar-se um destino de referência na região.

Pelas suas características físicas e naturais, a REM tem atraído visitantes de várias partes do mundo que encontram nesta região condições adequadas para a prática do ecoturismo, que incluem atividades relacionadas ao turismo de aventura, turismo histórico cultural, turismo rural, turismo técnico-científico. Ressaltando que, o maior mercado emissor de turistas para a REM é o mercado regional e doméstico, onde se destaca como principal país emissor a África do Sul.

Assim, o ecoturismo tem se assumindo como uma das mais importantes atividades econômicas em áreas naturais em Moçambique e em particular no Distrito de Matutuíne, propiciando oportunidades para os visitantes vivenciarem manifestações da natureza e da cultura, e aprenderem sobre a importância da conservação da biodiversidade e das culturas locais. Ao mesmo tempo em que gera benefícios de ordem sócio-ambiental nesta região.

No que se refere a melhoria da infra-estrutura local, embora a maioria dos entrevistados considera que o turismo não gera qualquer tipo de benefício a nível da comunidade, parte dos entrevistados considerou que de algum modo o turismo tem gerado benefícios, apontando principalmente melhoria de vias de acesso, melhoria no fornecimento de energia elétrica e ainda melhoria no abastecimento de água e coleta de lixo, embora este último tenha sido mencionado apenas por um número bastante reduzido dos entrevistados.

Em relação a oportunidades de emprego constatou-se que embora em escala reduzida parte dos entrevistados considerou que a atividade turística tem gerado benefícios na comunidade, que se traduz na integração dos membros da comunidade em atividades como a construção e manutenção das infraestruturas turísticas e ainda contratação de membros da comunidade como trabalhadores e como guias turísticos dos empreendimentos. Em relação a oportunidades de negócios parte dos entrevistados apontou que com o desenvolvimento do turismo surgiram iniciativas voltadas a venda de produtos agropecuários, aos lodges e aos visitantes, venda de produtos de artesanato e ainda surgimento de pequenos estabelecimentos comerciais.

No que concerne a oportunidades para intercâmbio cultural e valorização do patrimônio cultural constatou-se que grande parte dos entrevistados considerou que o turismo em nada tem contribuído para valorização e intercâmbio sócio cultural. Embora em número

bastante reduzido, parte dos entrevistados considerou que a atividade turística tem gerado alguns benefícios no que se refere a componente em análise, que se resumem na valorização da gastronomia local, do artesanato, a diversidade cultural e ainda incentivo a preservação de lugares sagrados.

No que diz respeito a contribuição ambiental do ecoturismo, concluiu-se que a maioria dos entrevistados considerou que esta atividade tem contribuído para ações de conservação ambiental, que se resumem em ampliação do financiamento de projetos de preservação ambiental, disseminação de campanhas de educação ambiental e ainda ao aumento da capacidade de fiscalização e incentivos a proteção ambiental. Os benefícios ambientais também são citados na comunidade, pois assiste-se a diversas iniciativas muitas vezes ligadas ao setor do turismo e de incentivo a preservação ambiental na região

Foi possível concluir que, embora em escala reduzida o desenvolvimento do turismo na região também tem sido causa de problemas sócio-ambientais que podem resumir-se em: erosão costeira, devido a condução de veículos sobre as dunas, aumento na produção dos resíduos sólidos na região, o efeito demonstração, desestruturação da estrutura de produtiva local, perda de autenticidade em alguns aspectos da cultura local e ainda especulação nos loteamentos da zona costeira da REM.

De forma geral, no que concerne a percepção das comunidades residente em relação a contribuição sócio-ambiental do ecoturismo na Reserva Especial de Maputo, conclui-se que embora parte dos entrevistados tenham apontado alguns benefícios como resultado do desenvolvimento do ecoturismo na região, a maioria dos entrevistados não considera que o turismo seja indutor de benefícios tanto de ordem social assim como na vertente ambiental.

5.2 Recomendações.

- Garantir a participação das comunidades na tomada de decisões sobre aspectos que possam afetar o seu modo de vida e bem-estar;
- Elaborar modelos inovadores para resolver os problemas das comunidades que residem no interior de REM sem prejudicá-las;
- Garantir que os recursos naturais são explorados racionalmente e repartidos de forma equitativa entre as gerações;

- Facilitar o acesso das comunidades às infra-estruturas criadas localmente, para dinamizar o setor do turismo;
- Desenvolver incentivos que possam fortalecer o setor de conservação e facilitar a rápida reabilitação da fauna bravia na REM;
- Contribuir para a melhoria de condições sócio-econômicas da população local por meio da identificação de recursos disponíveis e potenciais de desenvolvimento;
- Otimizar o uso da fauna bravia através do setor privado no desenvolvimento e expansão da indústria do ecoturismo regional;
- Mobilizar recursos financeiros, humanos e materiais no setor público que possam traduzir no aumento da capacidade de implementação das políticas e programas aprovados pelo governo;
- Incentivar o envolvimento da população local, principalmente no emprego, no investimento e na criação de pequenas e micro empresas para que possam aproveitar de forma efetiva as oportunidades de negócios;
- Incentivar as parcerias entre o setor privado e público e comunidades, devendo ser considerado como assunto primordial e apontado como estratégia que deverá ser incorporada nos futuros programas na REM;
- Incentivar a elaboração de mais programas de conservação ambiental com participação das comunidades residentes, reforçando seu papel na fiscalização da REM;
- Melhorar o Marketing internacional, de modo a tirar a visão do país como um destino inseguro e assolado por epidemia;
- Reduzir os riscos de exclusão da população local, degradação de monumentos históricos, perda de registros culturais, urbanização distorcida, degradação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Wanda. **Guia para Apresentações de Teses, Dissertações, Trabalhos de Graduação**. 2 ed.. Maputo: Livraria Universitária, 1999.
- ANAIS do IV SeminTUR – **Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Caxias do Sul: UCS, 2006.
- ANTUNES, Rogéria. Desenvolvimento turístico: um olhar sobre as comunidades receptoras. In: RUSCHMANN, Dóris e SOLHA, Karina. **Planejamento turístico**. Barueri SP: Manole, 2006.
- AYRES H. H. F. & IRVING, M. A. O olhar psicossocial para a gestão participativa de áreas protegidas: refletindo sobre possibilidades e desafios. In **IRVING, M. (org) Áreas Protegidas e Inclusão Social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio Rio/Aquarius, 2006.
- BARROS II, Silvio Magalhães; LA PENHA, Denise Hamú M. (Coord.). **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.
- BELL, S.; MORSE, S. **Sustainability indicators: Measuring the immeasurable**. Earthscan. London, 2000.
- BESCUIDES A, Lee ME e MCCORMICK PJ. **Residents ‘perceptions of the cultural benefits of tourism: Annals of Tourism Research**. Elsevier.2002.
- BOO, E. **Ecoturismo: potenciales y escollos**. World Wild Life Fund for Nature & The Conservation Foundation. Washington, DC, EUA, 1990.
- BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- Burns PM. **Turismo e antropologia: uma introdução**. São Paulo: Chronos, 2002.
- CALVENTE MCMH. **O impacto do turismo sobre comunidades de Ilha Bela (SP)**. In: Lemos, AIG (organizadores). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec;2001.
- CAVALCANTI, C. (Org). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

- CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Integrating Biodiversity into the tourism sector: best practice guidelines**. Report submitted to UNEP/UNDP/GEF/ Biodiversity Planning Support Programme. Junho de 2001.
- CERVO, A.L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. Sao Paulo: Printice Hall, 2002.
- CORIOLOANO, L.N.M.T. **Bases Conceituais do Desenvolvimento e do Ecoturismo**. In **Turismo e Ambiente: Temas Emergentes**. Queiroz, O.T.M.M. São Paulo, 2006.
- CORRÊA, Maria Laetitia. PIMENTA, Solange Maria. ARNDT, Jorge Renato Lacerda. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente: Contradições e Convergências – Belo Horizonte**: Autêntica Editora, 2009.
- COSTA, Patrícia Côrtes. **Ecoturismo**. São Paulo: ALEPH, 2002.
- COOPER, Chris – Fletcher, John- Wanhill, Stephen- Gilbert, David- Shepherd, Rebecca. **Turismo, Princípio e Prática**. Porto Alegre: Bookman 2º edição, 2001
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza Da. **Introdução a geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo**. Sao Paulo: Altas 2003.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. Sociologia do Turismo. São Paulo: Altas. 2008.
- DIRECÇÃO NACIONAL DO TURISMO: **Evolução do Turismo em Moçambique e as Oportunidades Regionais**, 2012.
- DNAC. **Plano de Gestão da Reserva Especial de Maputo, 2010-2014**. vi + 108pp 2009.
- DRUM, A.; MOORE, A. **Desenvolvimento do Ecoturismo: um manual para profissionais de conservação**. Arlington, Virgínia: The Nature Conservancy, v.1, 2002.
- FARSARI, Y.; PRASTACOS, P. Sustainable tourism indicators: Pilot estimation for the Municipality of Hersonissos, Crete. **Proceedings of The International Scientific Conference on "Tour-ism on Islands and Specific Destinations"**, University of the Aegean, Chios. Disponível em: <<http://www.iacm.forth.gr/regional/pa-pers/XIOS-englishversion.pdf>> 23/03/2012
- FRANÇA, Julima Pereira. **Desenvolvimento Sustentável e Turismo como Alternativa de Desenvolvimento Socioeconômico**. Local: 2009.

- GIL, António Carlos (1999). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas
- GUATTARI, F. **As três ecologias. Campinas: Turismo internacional: uma perspectiva**. Papirus, 1990.
- HAWKINS, Donald E. e KAHN, Maryam M. **As oportunidades para o turismo ecológico nos países em desenvolvimento**. In THEOBALD, William F. *Turismo Global*. São Paulo: Senac, 2001.
- HOLDER, Jean S. **Pattern and Impact of tourism on the environment of the Caribbean**. In: Medlik, S.(ed.) *Managing tourism*. Londres: Butterworth-Heinemann, 1991.
- IGNARA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira 1999.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTRATISTICA (INE). *Recenseamento Geral da População e Habitação 2007 – Resultados Definitivos, Província de Maputo*.
- KÖRÖSSY, Nathália. **Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. Rio de Janeiro**. Caderno virtual do turismo. 2008
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989
- KREJCIE e MORGAN (1970:608) in GERARDI, L. e SILVA, B. **Quantificação em geografia**. São Paulo: Difusão Editorial, 1981
- KREJCIE e MORGAN (1970:608) in GERARDI, L. e SILVA, B. **Quantificação em geografia**. São Paulo: Difusão Editorial, 1981
- LICKORISH, Leonard J. JENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. Trad. Vasconcellos, Fabíola de Carvalho S. Rio de Janeiro: Campus, 2000
- LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo 1999
- MAGALHÃES, Cláudia F. **Directrizes para turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.
- MAHONY, K; ZYL, J. V. "The impact of tourism investment on rural communities: three case studies in South Africa". *Development Southern Africa*, vol. 19, n. 1. Mar. 2002. Disponível em: <<http://www.aginternetwork.org>>. Acesso em: 16 out. 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios; publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001

MARQUES, P. C. L. **Turismo Alternativo no Pátio de São Pedro**: Estabelecimento de Relações entre Turistas e Manifestações Culturais Pernambucanas. In: BAH, 2005

MARTINS, R. C. R. & MARTINS, S. F. **O Turismo como força transformadora do Mundo Contemporâneo**. São Paulo: ROCA, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA) - **Convenção sobre Diversidade Biológica: Conferência para Adoção do Texto Acordado da CDB – Ato Final de Nairobi**. (Biodiversidade, 2) / Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Florestas / Ministério do Meio Ambiente, 2000.

MINISTÉRIO DO TURISMO DE MOÇAMBIQUE – MITUR. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004— 2014**. 2004.

MINISTERIO DO TURISMO DE MOÇAMBIQUE – MITUR. **Turismo em Moçambique e os desafios para integração na SADC**, 2008.

MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL - MAE. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Matutuine 2009- 2014. Maputo, 2008

MINISTÉRIO PARA COORDENAÇÃO DA AÇÃO AMBIENTAL MICOA - **Lei do Ambiente**. Maputo: MICOA, 1997.

MINISTERIO DO TURISMO: **Política de Turismo e Estratégia de Sua Implementação**. Maputo, 2003.

MOLINA, E. Sérgio. **Turismo e Ecologia**. Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: Edusc, 2001.

MONTEJANO, Jordi Montaner (2001). **Estrutura do Mercado Turístico**. 2ªed. São Paulo: Roca, 2004.

NEIMAN, Zysman. **Ecoturismo em unidades de conservação como estratégia para a educação ambiental**. Disponível em:

http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT15/zysman_neiman.pdf.

acessado em 05 de 03 2012.

NOGUEIRA, Jorge Madeira. IMBROSI, Denise et al: **Ecoturismo e Conservação da Diversidade Biológica: Uma avaliação econômica e potencialidades complementares.** Universidade de Brasília, 2001

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Introdução ao Turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

ORGANIZACAO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Turismo internacional: uma perspectiva global.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução à metodologia da pesquisa em turismo.** São Paulo: Roca, 2005.

PARTIDÁRIO, M.R. Integração do conceito de desenvolvimento sustentável no turismo nacional. **Jornal Água & Ambiente, v.69,** Instituto Ecobrasil. Acordo de Mohonk, 1999.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo.** São Paulo: SENAC, 1997.

PHILIPPI.JR. Arlindo. RUSCHMANN. Doris Van de Meene: **Gestão Ambiental e Sustentabilidade Ambiental no Turismo.** São Paulo: Manole, 2010

REIS, Maurício J. L. **ISO 14000 – gerenciamento ambiental: um novo desafio para a sua competitividade.** 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

RODRIGUÊS, Adyr Balastrieri. (org.) (2002). **Turismo e Desenvolvimento Local.** 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec.

RUSCHMANN, D. V.D. M; ROSA, R. G. **A sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento em empreendimentos turísticos – O caso da Ilha de Porto Belo / SC.** In: Anais do IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul: UCS, 2006.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do Meio Ambiente.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997

SAARINEN, J. Traditions of sustainability in tourism, studies. **Annals of Tourism Research.** 2006.

SADLER, B. Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental. In: PARTIDÁRIO, M.R.; JESUS, J. (eds). **Avaliação do impacto ambiental: Conceitos, procedimentos e aplicações.** Caparica: Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, 1999.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Atlas. 2004.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental**. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2000.

SILVA, Edna Lucia. MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. – 3 ed. Ver. Atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distancia.

TIBONI, Conceição G. Rebelo (2003) **Estatística Básica para o Curso de Turismo**. 2 ed. São Paulo: Atlas.

TOSUN, C. Roots of unsustainable tourism development at the local level: the case of **Urgup in Turkey**. **Tourism Management**, v.19, n.6, p.595-610, 1998.

TOURISM CONCERN: Practice of sustainable Tourism Planning. 1992

UNWTO UNITED NATIONS WORLD TOURISM **ORGANIZATION**. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos**: Guia prática. Madrid: UNWTO, 2004.

VASCONCELLOS, J. M. de O. **Educação e Interpretação Ambiental em Unidades de Conservação. Cadernos de Conservação. Ano 03. nº 04. Dezembro de 2006**. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Curitiba. 86p

WEARING, Stephen e NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo: Manole, 2001.

APÊNDICES

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado em Turismo

**Pesquisa: TURISMO E MEIO AMBIENTE: UMA ANALISE DO ECOTURISMO E SUA
 CONTRIBUIÇÃO SOCIO-AMBIENTAL DO DISTRITO DE MATUTUINE: CASO DA REM**

APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO

1. Como o Sr(a) avalia os seguintes benefícios sociais gerados para a sua comunidade, pelo Turismo na Reserva?

BENEFÍCIOS	NENHUM BENEFÍCIO	POUCOS BENEFÍCIOS	BENEFÍCIOS RELATIVOS	MUITOS BENEFÍCIOS
MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA LOCAL				
• Melhoria no abastecimento de Água				
• Melhoria no abastecimento de energia				
• Melhoria de vias de acesso				
De forma geral como avalia os benefícios do turismo para esta componente?				
OPORTUNIDADE DE EMPREGO E AUMENTO DE RENDA				
• Oportunidades de emprego				
• Oportunidades de Negócio				
• Aumento da Renda local				
De forma geral como avalia os benefícios do turismo para esta componente?				
OPORTUNIDADE PARA INTERCÂMBIO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL				
• Valorização e preservação do patrimônio histórico				
• Oportunidade para intercâmbio cultural				
De forma geral como avalia os benefícios do turismo para esta componente?				

2. De uma maneira geral, como o Sr(a) avalia os benefícios sociais gerados para a sua comunidade, pelo Turismo na Reserva?

NENHUM BENEFÍCIO	POUCOS BENEFÍCIOS	BENEFÍCIOS RELATIVOS	MUITOS BENEFÍCIOS

3. Como o Sr(a) avalia os seguintes benefícios ambientais gerados para a sua comunidade, pelo Turismo na Reserva?

BENEFÍCIOS	NENHUM BENEFÍCIO	POUCOS BENEFÍCIOS	BENEFÍCIOS RELATIVOS	MUITOS BENEFÍCIOS
Aumento de financiamento de projetos de preservação ambiental				
Disseminação Campanhas de educação ambiental				
Ampliação da capacidade de fiscalização				

De uma maneira geral, como o Sr(a) avalia os benefícios ambientais gerados para a sua comunidade, pelo Turismo na Reserva?

Nenhum Benefício	Poucos Benefícios	Benefícios Relativos	Bons Benefícios	Muitos Benefícios

4. Na sua opinião, o turismo na Reserva gera mais problemas ou mais benefícios para a sua comunidade?

Muito Mais Problemas	Mais Problemas	Igual	Mais Benefícios	Muitos Mais Benefícios

Perfil do Entrevistado

Sexo: Masc Fem

Faixa Etária: 18-24 24-35 35-60 > 70

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado em Turismo

**Pesquisa: TURISMO E MEIO AMBIENTE: UMA ANALISE DO ECOTURISMO E SUA
 CONTRIBUIÇÃO SOCIO-AMBIENTAL DO DISTRITO DE MATUTUINE: CASO DA REM**

APÊNDICE II: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Aspectos a Considerar	Elementos a Observar
Infraestrutura	Tipos de infraestrutura básica e específica para o turismo;
Recursos naturais	Potencial existente elegível para o ecoturismo, e os impactos das atividades sobre os mesmos
Cultura, Hábitos e Costumes	Manifestações culturais como: dança, canto, dramatização, gastronomia local e outros eventos típicos do meio. Monumentos históricos, Locais de valor sagrado
Atividades Rotineiras	Principais atividades socioeconômicas desenvolvidas na área
Impactos sócio-ambientais	Impactos sociais positivos e negativos Impactos ambientais positivos e negativos.

**Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado em Turismo**

**TURISMO E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE DO ECOTURISMO E SUA CONTRIBUIÇÃO
SOCIO-AMBIENTAL DO DISTRITO DE MATUTUINE: CASO DA REM**

APÊNDICE III : ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GESTORES.

1. Para o Sr. (a) o que quer dizer ecoturismo?
2. O Sr. (a) vê diferenças entre ecoturismo e turismo „convencional“?
3. Quais as principais atrações que a REM possui?
4. Quais são as atividades recreativas associadas ao turismo mas praticadas na REM?
5. Quais são as metas em termos de turismo da REM?
6. Essas metas estão sendo alcançados?
7. Em sua opinião qual a relação entre o turismo e preservação ambiental?
8. Em sua opinião qual a principal contribuição do ecoturismo na preservação ambiental?
10. O Sr. (a) considera o turismo como estratégia para a conservação da natureza?
11. Quais as consequências ambientais do desenvolvimento do turismo na REM?
12. Quais são os principais ações levadas a cabo pela gestão para minimizar esses impactos?
13. Há envolvimento da comunidade no processo de gestão ambiental da REM?

ANEXOS

ANEXO I – TABELA PARA CALCULO DO TAMANHO DA AMOSTRA

Determinação do tamanho da amostra a partir do tamanho da população

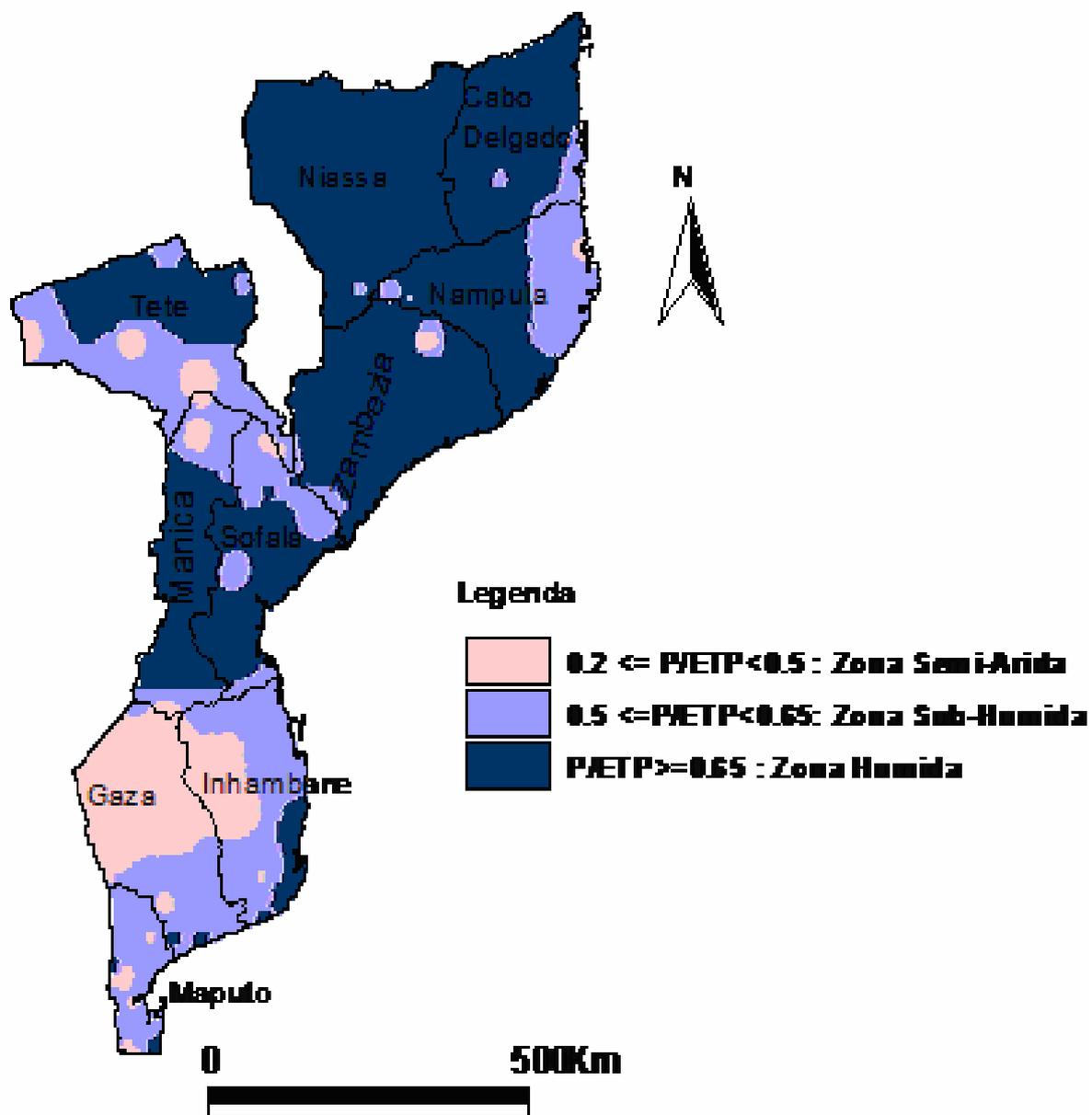
N*	A*	N	A	N	A
10	10	220	140	1200	291
15	14	230*	144*	1300	297
20	19	240	148	1400	302
25	24	250	152	1500	306
30	28	260	155	1600	310
35	32	270	159	1700	313
40	36	280	162	1800	317
45	40	290	165	1900	320
50	44	300	169	2000	322
55	48	320	175	2200	327
60	52	340	181	2400	331
65	56	360	186	2600	335
70	59	380	191	2800	338
75	63	400	196	3000	341
80	66	420	201	3500	346
85	70	440	205	4000	351
90	73	460	210	4500	354
95	76	480	214	5000	357
100	80	500	217	6000	361
110	86	550	226	7000	364
120	92	600	234	8000	367
130	97	650	242	9000	368
140	103	700	248	10000	370
150	108	750	254	15000	375
160	113	800	260	20000	377
170	118	850	265	30000	379
180	123	900	269	40000	380
190	127	950	274	50000	381
200	132	1000	278	75000	382
210	136	100	285	100000	384

* N = tamanho da população

* A = tamanho da amostra

ANEXO II

MAPA DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E CLIMÁTICO DE MOÇAMBIQUE



ANEXO III

LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

